

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

SIRLEI MOLETTA

**PRODUÇÃO E EMANCIPAÇÃO EM CASA:
A EXPERIÊNCIA DAS MULHERES NOS APLs DE IMBITUVA E TERRA ROXA**

**PONTA GROSSA
2019**

SIRLEI MOLETTA

PRODUÇÃO E EMANCIPAÇÃO EM CASA:
A EXPERIÊNCIA DAS MULHERES NOS APLS DE IMBITUVA E TERRA ROXA

Tese apresentada para obtenção do título de doutora na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de concentração: Cidadania e Políticas Públicas. Linha de pesquisa: Estado, Direito e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Edina Schimanski

PONTA GROSSA
2019

Moletta, Sirlei
M719 Produção e emancipação em casa: a experiência das mulheres nos APLs de Imbituva e Terra Roxa. / Sirlei Moletta. Ponta Grossa, 2019.
188 f.

Tese (Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Edina Schimanski.
Coorientadora: Profa. Dra. Augusta Pelinski Raiher.

1. Arranjos produtivos locais. 2. Empreendedorismo em casa. 3. Empreendedorismo feminino. 4. Gênero. I. Schimanski, Edina. II. Raiher, Augusta Pelinski. III. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cidadania e Políticas Públicas. IV.T.

CDD: 338.9

TERMO DE APROVAÇÃO

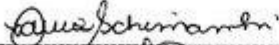
Sirlei Moletta

Produção e emancipação: A experiência das mulheres nos Apis de Imbituva e Terra Roxa.

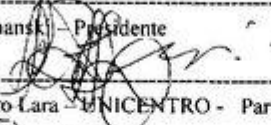
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa, 30 de agosto de 2019.

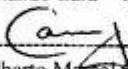
Assinatura pelos Membros da Banca:



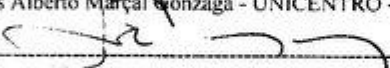
Prof. Dra. Edina Schimanski - Presidente



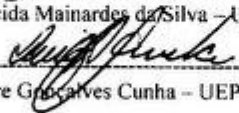
Prof. Dr. Luiz Fernando Lara - UNICENTRO - Participante Externo



Prof. Dr. Carlos Alberto Marçal Gonzaga - UNICENTRO - Participante externo



Prof. Dra. Lenir Aparecida Mainardes da Silva - UEPG - Participante Interno



Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha - UEPG - Participante Interno

Prof. Dr. Luis Mauricio Martins de Resende - Suplente Externo

Prof. Dra. Silvana Souza Netto Mandalozzo - UEPG - UEPG - Suplente Interno

Para o Guilherme.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde me formei e pude ter minha primeira experiência de trabalho, o ambiente acadêmico sempre me inspirou.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, pela experiência ímpar em novos conhecimentos e horizontes.

À Prof^a Dra. Edina Schimanski, pela orientação e possibilidade de uma nova formação, um novo patamar de pesquisa.

Aos meus pais, Nilo Moletta (in memoriam), pela vida e por todas as lições, e Noemi Moletta, por ser a primeira a me falar que a mulher precisa estudar e ser independente, sei que você deixou muitos sonhos de lado para que eu pudesse realizar os meus. Por me possibilitarem os estudos e investirem tudo o que puderam na minha formação.

Ao meu filho Guilherme Moletta Oliveira, a prova viva de que é possível ter o seu coração batendo fora do corpo, pela compreensão dos momentos não compartilhados.

Aos amigos Andréa Coutinho, Rosemary Martins Roberto, Juvancir da Silva e Carlos Ubiratan Schier, pela oportunidade de compartilharmos momentos felizes e pelo apoio nos momentos difíceis.

Aos colegas do Departamento de Administração, pelo apoio nesta etapa da minha formação.

À minha família amada, irmãos, sobrinhos, cunhadas, pela graça de nos conhecermos e compartilharmos a vida.

O que é esse nobre vulto, que depois de ter animado com seu sangue aquele recém-nascido, beija-o, sorri-lhe e amamenta-o: ensina-lhe depois a balbuciar palavras e dar passos, a refletir e a orar?
É a mulher mãe.

O que é este vulto formoso, que, cheio de encantos e graças do espírito e corpo, revela, por suas perfeições, todo o poder da criação, e que, pura de alma, sujeita muitas vezes naturais impulsos a um sacrifício, que toma por complementa da perfeição?
É a mulher virgem.

Quem é aquela figura sublime, terna companheira do homem, não menos no dia da adversidade e dos trabalhos que nos dá prosperidade, e dos gozos, que o aconselha; que o guia; o suaviza; que o anima; que o retém; que o ama; que toda vive nele; que toda se estremece de afetos, que toda se desata em dedicação?
É a mulher esposa.

Quem é aquele amoroso vulto, postado à cabeceira do ancião, minorando-lhe as dores, adoçando-lhe as horas longas, suprimindo os olhos que já não veem, os ouvidos que já não escutam, a boca que já não fala?
É a mulher filha.

RESUMO

O presente estudo trata das relações das mulheres com a política pública de fomento aos APLs, nas cidades de Imituva e Terra Roxa, e de sua trajetória, e busca compreender as interações destas mulheres com as atividades produtivas e reprodutivas sob sua responsabilidade. Quanto à pesquisa, tem abordagem quantitativa, ao analisar os documentos oficiais e os dados sobre ambos APLs, disponíveis no site do IPARDES. Os dados qualitativos foram levantados a partir de entrevistas semiestruturadas com as mulheres que iniciaram suas atividades produtivas dentro de suas casas, buscando-se saber como fizeram a conciliação de tantas atividades que aconteciam de forma paralela ou sobreposta. As mulheres de ambos os APLs viveram experiências semelhantes quanto ao envolvimento com o setor produtivo, porém com particularidades que as diferenciam, quanto ao relacionamento com a família, com as concorrentes, com o próprio APL e com a cidade. A pesquisa revela que todas as mulheres entrevistadas, sentindo-se incomodadas com a situação econômica vivida, fizeram um movimento para gerar renda, aproveitando conhecimentos já adquiridos e que realizavam no seu tempo livre. Ao ensinarem o que sabiam para outras mulheres, multiplicaram os negócios e impactaram a cidade e a região onde viviam. Tiveram participação efetiva na implantação da política de Arranjos Produtivos Locais e cuidaram de suas famílias, adaptando as suas casas e as suas vidas, deixando um legado impactante em ambas as cidades.

Palavras-chave: Arranjos Produtivos Locais. Empreendedorismo no espaço da casa. Empreendedorismo feminino.

ABSTRACT

The present study is dedicated to the the relations of women with the public policy of the APLs, in the cities of Imbituva and Terra Roxa, and also, their trajectory, which seeks to understand the interactions of these women with the productive and reproductive activities under their responsibility. Regarding research, it has a quantitative approach, analyzing the official documents and data on both APLs, available on the IPARDES website. Qualitative data were collected from semi-structured interviews with women who started their productive activities inside their homes, seeking to know how they conciliated so many activities that happened parallel or overlap. The women from both APLs had similar experiences regarding their involvement with the productive sector, however with particularities that differentiate them, as for their relationship with their families, their competitors, their own APL and the city. The survey reveals that all the women interviewed feeling uncomfortable with their economic situation, made a movement to generate income, taking advantage of knowledge already acquired and that they performed in their free time. By teaching what they knew to other women, they multiplied business, impacted the city and region where they were. They had an effective participation in the implementation of the Local Productive Arrangements policy and took care of their families, adapting their homes and their lives, leaving an impacting legacy in both cities.

Keywords: Local Productive Arrangements. Home-based entrepreneurship. Female entrepreneurship.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – PIB per capita nos APLs de confecção do Paraná	82
Gráfico 2 – Índice de desenvolvimento humano nos APLs de confecção do Paraná.....	83
Gráfico 3 – Número de estabelecimentos nos APLs de Confecções do Paraná	84
Gráfico 4 – Emprego total nos APLs de confecção do Paraná	85
Gráfico 5 – Relação do setor com o município – número de empregos	86
Gráfico 6 – Emprego por faixa etária	87
Gráfico 7 – Escolaridade dos trabalhadores no setor de confecções - 2015.....	88
Gráfico 8 – Valor Adicionado	89
Gráfico 9 – Percentual de presença feminina nos APLs de confecção do Paraná.....	90
Gráfico 10 – Renda em salários mínimos - 2000.....	91
Gráfico 11 – Renda em salários mínimos - 2005.....	92
Gráfico 12 – Renda em salários mínimos - 2010.....	93
Gráfico 13 – Renda em salários mínimos - 2015.....	94

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Comitê Gestor da Rede APL.....	63
Figura 2 - Mapa de Imbituva.....	123
Figura 3 – Feira de Malhas de Imbituva	123
Figura 4 – Cartaz de divulgação da Feira de Malhas de Imbituva 2019.....	124
Figura 5 – Mapa de Terra Roxa	125
Figura 6 – Feira de Moda Bebê em Terra Roxa.....	125
Figura 7 - Logo do APL de Moda Bebê em Terra Roxa	126
Figura 8 – Imagem representativa de uma dona de casa em 1960	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Participação de Atividades Industriais selecionadas na capacidade instalada da indústria paranaense, 1985, 1990, 1995, 2000 – em %.....	58
Tabela 2 –	Resumo das aglomerações consideradas como APLs.....	60

LISTA DE SIGLAS

ABRAFAB'Q	Associação Brasileira dos Fabricantes de Bonés de Qualidade
ACIA	Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Apucarana
ADETEC	Associação do Desenvolvimento Tecnológico de Londrina
AIMESALOR	Associação das Indústrias de Metais Sanitários de Loanda e Região
ANA	Agência Nacional de Águas
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional do Petróleo
ANPROTEC	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
APL	Arranjo Produtivo Local
APPC	Associação Paranaense dos Produtores de Cal
APROCA	Associação Paranaense dos Produtores de Cal do Paraná
ASAMODA	Associação de Shoppings Atacadistas de Moda de Cianorte
ASCONVEST	Associação das Indústrias de Confecção do Vestuário de Cianorte
ASSIBRA	Associação das Indústrias de Bonés e Brindes de Apucarana
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BRDE	Banco Regional de desenvolvimento do Extremo Sul
CACISPAR	Coordenadoria das Associações Comerciais em empresariais do Sudoeste do Paraná
CEDESPONTA	Conselho de Desenvolvimento de Ponta Grossa
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CESUMAR	Centro Universitário de Maringá
CETIS	Centro Tecnológico e Industrial do Sudoeste do Paraná
CITS	Centro Internacional de Tecnologia de Software
CNPQ	Conselho Nacional de Pesquisa
CODEM	Conselho de Desenvolvimento de Maringá
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações
EXPOVEST	Exposição Feira do Vestuário
FACIAP	Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná
FADEP	Faculdade de Pato Branco
FECILCAM	Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão
FECOMÉRCIO	Federação do Comércio do Estado do Paraná
FIEP	Sistema da Federação de Indústrias do Paraná
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FUNESP	Fundação para o Vestibular da Unesp
GTAPL	Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
INTEC	Incubadora Tecnológica de Curitiba
INTEC	Incubadora Tecnológica de Curitiba
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

MINEROPAR	Minerais do Paraná S.A.
ONU	Organização das Nações Unidas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PMES	Pequenas e Médias Empresas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROES	Programa de estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-Pr	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEIM	Secretaria do Estado da Indústria do Comércio e Assuntos do Mercosul
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem
SEPL	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
SESI	Serviço Social da Indústria
SETI	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SIMA	Sindicato das Indústrias de Móveis de Arapongas
SINDEMCAP	Sindicato das Indústrias de Extração de Mármore, Calcários e Pedreiras no Estado do Paraná
SINDICAL	Sindicato das Indústrias de Cal do Paraná
SINDICOST	Sindicato dos Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores da Indústria de Confecções de Cianorte
SINDILOUÇA	Sindicato das Indústrias de Vidro, Cristais, Espelhos, Cerâmicas de Louça e Porcelana do Estado do Paraná
SINVEPAR	Sindicato das Indústrias do Vestuário do Sudoeste do Paraná
SINVESTE	Sindicato das Indústrias do Vestuário de Cianorte
SOFLEX	Sociedade para Promoção da Excelência de Software Brasileiro
TECPAR	Instituto de tecnologia do Paraná
TECPAR	Instituto Tecnológico do Paraná
TELEBRAS	Telecomunicações Brasileiras S/A
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICENP	Centro Universitário Positivo
UNIFIL	Centro Universitário Filadélfia
UNISEP	Faculdade Educacional de dois Vizinhos
USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	29
1.1 O DESENVOLVIMENTO SETORIAL E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	41
1.2 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO.....	45
CAPÍTULO 2 – OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO BRASIL	49
2.1 OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO BRASIL.....	55
2.2 OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO PARANÁ.....	56
2.3 REDE APL E AS INSTITUIÇÕES DE APOIO NO PARANÁ.....	62
2.4 A ESTRUTURA DA REDE APL.....	64
2.4.1 Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL Responsável pela Coordenação da Rede.....	64
2.4.2 Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul - SEIM.....	64
2.4.3 Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior – SETI....	65
2.4.4 Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES	65
2.4.5 Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR.....	65
2.4.6 Sistema da Federação de Indústrias do Estado do Paraná – FIEP.....	66
2.4.7 Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade – IBQP.....	66
2.4.8 Agência Curitiba.....	66
2.4.9 Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae.....	66
2.4.10 Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE.....	67
2.4.11 Banco Brasileiro de Descontos S/A – Bradesco.....	67
2.4.12 Banco do Brasil – BB.....	68
CAPÍTULO 3 – HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS APLS DE CONFECÇÃO DO PARANÁ	70
3.1 APL DE BONÉS DE APUCARANA.....	71
3.2 APL DE CONFECÇÕES DE CIANORTE.....	73
3.3 APL DE CONFECÇÕES DE FRANCISCO BELTRÃO.....	74
3.4 APL DE MALHAS DE IMBITUVA.....	75
3.5 APL DE CONFECÇÕES DE MARINGÁ.....	76
3.6 APL MODA BEBÊ DE TERRA ROXA.....	79
CAPÍTULO 4 – A INVISIBILIDADE DA MULHER NA BUSCA PELA EMANCIPAÇÃO	96
4.1 O GÊNERO E O PROTAGONISMO DAS MULHERES NO ESPAÇO PRODUTIVO.....	103
4.2 AS MULHERES E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO PARANÁ.....	117
4.3 AS MULHERES E A PRODUÇÃO DE CONFECÇÕES.....	119
4.4 O TRABALHO DA MULHER EM CASA E A EMANCIPAÇÃO.....	120

4.5	IMBITUVA E TERRA ROXA – O TRABALHO DA MULHER NA INDÚSTRIA TÊXTIL	122
-----	--	-----

CAPÍTULO 5 - MAIS QUE UM TRABALHO DE TEMPO LIVRE: DA PRECOCIDADE DO LABOR MANUAL DOMÉSTICO AO TRABALHO EMPREENDEDOR NA CONFECÇÃO129

5.1	AS MENINAS E A ADERÊNCIA CULTURAL E SOCIAL FEMININA NO TRABALHO DOMÉSTICO.....	136
5.2	A CASA É A FÁBRICA: O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DOS ARRANJOS FAMILIARES.....	142
5.3	A INSEGURANÇA DAS MULHERES NO CRESCIMENTO DAS EMPRESAS E A FRÁGIL COOPERAÇÃO DAS EMPREENDEDORAS....	156
5.4	PREPARAÇÃO DOS SUCESSORES	165

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....172

REFERÊNCIAS.....176

APÊNDICE A	185
ANEXO A	185
ANEXO B.....	187

INTRODUÇÃO

Duas cidades, dois contextos diferentes, porém com muitas e dispersas similaridades em relação às suas mulheres: Imbituva e Terra Roxa – Paraná. A cidade de Imbituva, conhecida como a Cidade das Malhas, teve seu auge em termos de número de malharias na década de 1980, quando mais de 100 empresas faziam parte da Associação de Malhas de Imbituva. Havia um grande envolvimento da população da cidade com a cadeia de produção de malhas tricô, desde a compra de lã, a tecelagem das peças, arremates e acessórios, nas fábricas, casas e prestadores de serviço.

No início, todas as fábricas pertenciam à mulheres, e todas começaram a produção de malhas tricô dentro de casa, com máquinas manuais, a produção era baixa e as vendas eram realizadas nas próprias casas, em lojas improvisadas.

Quando o Arranjo Produtivo Local - APL foi estruturado em Imbituva, em 2005, já havia a Associação de Malhas havia 20 anos e a liderança local estava pesquisando formas de exportar seus produtos altamente sazonais, para aproveitar a capacidade ociosa das máquinas nos meses em que a malha tricô não era comercializada, pois os produtos servem às estações outono/inverno.

Em dezembro de 2017, a cidade de Terra Roxa foi diplomada como a Capital Nacional da Moda Bebê, através da Lei 13.537 de 15 de dezembro de 2017. A atividade de produção de roupas para bebês de 0 a 3 anos envolve cerca de 30% da mão de obra empregada na cidade. As empresas se estruturaram em torno das ações do APL, que sempre teve papel relevante nas decisões e no crescimento das empresas e da cidade. Todas as fábricas iniciaram no interior das casas e foram iniciativas de mulheres.

A trajetória das cidades de Imbituva e Terra Roxa é diferente, mas quanto ao envolvimento das mulheres, tem muitos pontos em comum: foram as mulheres que iniciaram as atividades em ambas as cidades, sendo o início muito parecido. Diante da necessidade de se desenvolver uma atividade que pudesse gerar renda, as mulheres foram transformando as suas casas em fábricas, ensinando e contratando mais mulheres. As atividades, aos poucos, extrapolaram o espaço das casas e ocuparam lugares maiores e com mais estrutura, até que se tornaram fábricas e referências para ambas as cidades e regiões.

Essas mulheres empreendedoras são também mães, esposas, filhas, irmãs e exercem outras atividades paralelamente às atividades produtivas, de modo que saber como coordenam as atividades reprodutivas com as produtivas, bem como se deu a descoberta de uma atividade rentável e como ela foi incorporada às suas casas, passou a ser o objeto deste trabalho.

As Ciências Sociais se ocupam de temas pertinentes a essas interações, pois algumas atividades são consideradas inerentes ao papel da mulher na sociedade, e as que vão além deste papel enfrentam com maior ou menor intensidade os entraves sociais do machismo, do patriarcado, da imposição de papéis sociais, que acabam por minar iniciativas de participar do mercado de trabalho. Por outro lado, as mulheres podem receber incentivos, acompanhamentos que, necessários ou não, acabam determinando os resultados de seus empreendimentos.

Considerando que as relações são dinâmicas e interdependentes, estas mulheres encontram caminhos distintos para realizarem seus objetivos como empresárias, donas de casa e mães, e a presente investigação pretende desvendar estes caminhos percorridos por estas mulheres e buscar nestas duas cidades: o relacionamento das mulheres com as atividades domésticas socialmente destinadas à elas e às atividades produtivas desenvolvidas no mesmo espaço, proporciona emancipação e visibilidade?

A investigação destes fenômenos precisa ser pautada em métodos condizentes de estudo que possam explicar teoricamente os fenômenos e articulá-los com a realidade, através do método científico, utilizando de suas técnicas e métodos apropriados.

Minayo (1992) define que metodologia é o caminho e o instrumental próprio de abordagem, que faz parte intrínseca da visão social de mundo, determinando um caminho claro, coerente que ultrapasse a criatividade do pesquisador para que possa conferir o máximo de neutralidade possível.

A escolha da abordagem deverá estar alinhada aos objetivos da pesquisa, podendo ser qualitativa, quantitativa ou mista, dependendo do modo como se pretende abordar a realidade estudada.

No presente estudo, a abordagem quantitativa e qualitativa foi o caminho escolhido para expressar a realidade estudada, pois é mais profundo e subjetivo, não podendo ser expresso apenas com análise numérica, pois precisa entender os

comportamentos e as contradições apresentadas na narrativa dos sujeitos pesquisados.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2015).

Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região "visível, ecológica, morfológica e concreta", a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia (MINAYO, 2015).

Através de uma visita aos APLs de Imbituva e Terra Roxa, conversando com as pioneiras, com os responsáveis pelos APLs, foram levantadas algumas categorias de análise que poderão ajudar no entendimento das relações das mulheres com suas casas, com os negócios, com a família e com o futuro.

A partir das entrevistas realizadas para obtenção dos dados preliminares da pesquisa, foram construídas categorias de estudo, as quais foram evidenciadas pela análise das entrevistas realizadas com as pioneiras em ambos APLs. Estas categorias serão apresentadas e discutidas no Capítulo 4.

Em Imbituva, o primeiro contato foi com o presidente da Associação de Malhas de Imbituva, que responde pelo APL de malhas, quando tivemos acesso às primeiras atas da Associação de Malhas e pudemos verificar a participação das mulheres nas primeiras iniciativas, em especial na diretoria da associação. Através das atas, chegamos às pioneiras dos negócios, levantando suas histórias, que já foram registradas em outros trabalhos acadêmicos.

Através do presidente da Associação de Malhas de Imbituva, foram localizadas as pioneiras e realizada entrevista semiestruturada para levantar suas histórias e o envolvimento com o APL, que viria depois da organização da associação. O APL foi mais uma entidade com a qual se envolveram, e a partir daí, todas as decorrências

de participarem de duas associações e tudo o que isto representa para os associados, tanto da Associação de Malhas quanto do APL.

O contato com Terra Roxa foi com o APL, através de sua secretaria, e as empresas pioneiras foram localizadas para agendar as entrevistas, que foram realizadas nas empresas. Terra Roxa não possuía nenhum tipo de diretoria nem associação para tomar decisões conjuntas antes da política pública de fomento ao APL, o que acabou conduzindo à formação de uma governança local, para, a partir daí, ocorrerem as decisões que conduziriam os rumos das empresas e dos APLs nos últimos 12 anos.

Em todo o Paraná, iniciativas de industrialização começaram a aparecer nos anos 1970 em várias regiões no interior do estado, cujo núcleo mais dinâmico tinha sido até então, a produção de proteína vegetal e animal, compreendendo as cadeias da soja e do milho, a indústria de rações, a indústria de processamento de carnes de aves e suínos, bem como as indústrias farmacêutica, química e metalomecânica, que complementam a atividade agrícola (IPARDES, 2005).

Esta estrutura produtiva proporcionou a expansão de outras cadeias ligadas às cadeias agroindustriais, tais como: madeira e mobiliário, cadeia de papel e celulose, cadeia do café, cadeia do algodão, cadeia do trigo, cadeia da cana-de-açúcar e álcool, cadeia da mandioca, cadeia do amendoim e cadeia da cevada (IPARDES, 2005).

Em 2004, nas cidades do interior do estado do Paraná, levantamentos sobre os aglomerados produtivos já existentes subsidiariam uma Política Pública do Governo Federal, denominada de APL, que incentivou os Estados a conhecerem suas regiões e suas vocações produtivas, como parte dos Planos Plurianuais do Governo Federal.

Através de esforços conjuntos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da criação do Grupo de Trabalho Permanente de APLs, todos os estados brasileiros foram incentivados a criarem núcleos estaduais gestores das ações de APLs em cada um dos estados da Federação, que fizeram um levantamento das vocações regionais, para através deste levantamento conhecer e incentivar tais ações de maneira sistemática e acompanhada por instituições reconhecidamente capacitadas a dar suporte e transmitir conhecimentos necessários para a continuidade e crescimento destas iniciativas.

Foi adotado o nome de Arranjos Produtivos Locais - APL, por se tratar de empresas que compartilham o mesmo espaço geográfico, formado por pequenas e

médias empresas, oriundas da própria região e que tenham uma importância no crescimento e desenvolvimento.

No Paraná, em 2006, por meio de levantamento realizado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES e pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, utilizando metodologia desenvolvida por Wilson Suzigan - UNICAMP, João Furtado - USP e Renato de Castro Garcia - USP, adotando procedimentos de identificação das aglomerações, mapeamento dos ativos institucionais e seleção e validação dos APLs considerados estratégicos para o Estado, foram identificados 144 arranjos com características de APL, e foram escolhidos 22 dos seguintes setores: Aparelhos e Equipamentos Médicos e Hospitalares, Equipamentos e implementos agrícolas, Cal e Calcário, Confecções, Louças e Porcelanas, Móveis, Software e Mandioca e Féculas. Como se verá adiante neste trabalho, os APLs no Paraná têm uma importância muito grande do ponto de vista econômico e social (IPARDES, 2005a).

O setor de confecções é conhecido mundialmente como aquele que tem a mulher como protagonista, sendo esta presença feminina um elemento importante na configuração deste trabalho de tese. O protagonismo da mulher no processo de produção deste setor nos APLs de confecções do Paraná será devidamente evidenciado nesta pesquisa adiante.

No Estado do Paraná, são 6 APLs do setor de confecções, a saber: Bonés de Apucarana, Confecções de Cianorte, Confecções de Francisco Beltrão, Malhas de Imbituva, Confecções de Maringá e Moda Bebê de Terra Roxa.

Embora em todos os APLs de confecções exista cerca de 80% de mão de obra feminina, a concepção de APL no Brasil e, conseqüentemente, no Paraná, indica que os levantamentos iniciais não contemplam nenhuma preocupação com as mulheres e suas necessidades, ainda que elas sempre estivessem presentes, tanto como mão de obra contratada por indústrias, como empreendedoras, assumindo o controle de várias iniciativas que acabaram mudando a economia de cidades e regiões onde os APLs de confecções estão localizados.

Ao analisarmos as demandas levantadas em cada APL, para que os melhores caminhos fossem traçados, visando a prosperidade dos negócios locais, verificamos que, em todos os APLs de confecções do Paraná, existia presença de mulheres, devido ao perfil do setor, porém como protagonistas, que iniciaram seus negócios praticamente sozinhas, dentro de casa, destaca-se os APLs de Imbituva e Terra Roxa.

Segundo Saffioti (1984, p. 98), a indústria têxtil e de confecções apresentam características próprias em termos de processo de trabalho, afirmando que a indústria do vestuário permanece bastante artesanal, exigindo força de trabalho especificamente treinada para executar tarefas artesanais, ainda que muitas máquinas já façam parte do processo, grande parte desta mão de obra é constituída por mulheres que receberam treinamentos de corte e costura no interior da família.

À medida que o processo de industrialização avança, estas atividades são absorvidas pelos estabelecimentos maiores, empregando a mão de obra feminina, mas ainda utilizando-se de serviços terceirizados, realizados por mulheres, no espaço das suas casas.

As atividades nos APLs de confecção no Paraná nasceram no interior das casas, com a necessidade das famílias em aumentar a renda, em uma época de crise na agricultura, como foi o caso do café no norte do Estado e a baixa diversificação de atividades produtivas em todas as regiões, iniciativas de negócios que poderiam suprir as necessidades mais imediatas, surgiram em várias cidades do estado.

A presença das mulheres como protagonistas nos APLs de Confecções do Paraná não acontece de forma igual. Em alguns, ela sempre foi coadjuvante, conforme a história oficial dos APLs; em outros, ela é a protagonista e responsável pelo início e continuidade das atividades do APL.

São mulheres que, ocupando o espaço da própria casa para produzir, acabavam empregando outras pessoas da família e da comunidade. O setor foi crescendo à medida que as pessoas se sentiam seguras para abrirem seus próprios negócios, tornando a cidade próspera e aumentando o número de empregos diretos e indiretos e muitos serviços.

Historicamente, cabe à mulher o ônus por conciliar as atividades reprodutivas com as atividades produtivas, como se a sociedade toda não dependesse das novas gerações de consumidores e de trabalhadores. Vê-se, neste setor, uma carência por ações mais específicas, como capacitação, financiamentos e atividades de apoio.

Esta pesquisa buscou conhecer as características dos APLs de confecções do Paraná, através de um levantamento preliminar realizado a partir de fontes oficiais, tais como IPARDES, RAIS, entre outras, para mensurar a participação feminina no processo de formação dos APLs.

Deste modo, este trabalho tem a intenção de conhecer a participação e importância das mulheres que atuam neste setor, como uma atividade complementar,

e acabaram criando um negócio lucrativo e próspero, sendo uma referência no Estado do Paraná, embora não tenha trazido visibilidade para a mulher enquanto protagonista

As mulheres têm participação direta no crescimento e evolução do setor de confecções, que surgiu dentro do próprio espaço doméstico, e alavancaram a economia do setor de confecções de determinadas regiões. Assim, conciliando o papel que a sociedade considera como “natural” e próprio para a mulher – trabalho doméstico e seus afazeres – com o protagonismo de sua própria vida e de responsável pela prosperidade do setor de confecções, elas têm se tornado importantes sujeitos no processo de desenvolvimento do Estado do Paraná.

A política dos APLs adotada no Brasil nos anos 2000 trouxe possibilidades de organização, profissionalização, financiamento e crescimento aos pequenos negócios em várias regiões do Brasil. No Paraná, diversos setores foram beneficiados com esta política, dentre os quais o de confecções tem uma característica comum, pois são iniciativas que utilizaram o espaço das casas, tendo, muitas vezes como protagonistas as mulheres, que, ao produzirem para aumentar a renda, proporcionaram ganhos para si mesmas e para a região. (IPARDES, 2004)

Porém, ressalta-se que, nos relatórios oficiais relacionados aos APL raramente a mulher aparece. Ao se conhecer melhor as histórias dos APLs de Confecções do Paraná, revela-se o esforço de mulheres, que estando envolvidas com as atividades da casa (espaço reprodutivo da vida social), iniciaram atividades de produção para melhorar a renda da família ou conseguirem sustentar sozinhas seus filhos, sem deixá-los aos cuidados de terceiros.

Neste sentido, este trabalho parte da pesquisa exploratória e tem um papel fundamental em revelar estas iniciativas de mulheres e seus desafios em torno de conciliar as atividades reprodutivas com as atividades produtivas no espaço de suas casas, produzindo confecções – uma atividade com perfil considerado mais afeto ao mundo feminino – que acabaram se tornando um grande negócio, acontecendo em várias cidades do Paraná.

O principal argumento deste trabalho de pesquisa centra-se na tese de que o desenvolvimento do Paraná, através das pequenas indústrias, tem muitas vezes como protagonista a mulher, que abrigou no espaço da casa uma atividade produtiva, acabou gerando emprego, renda e desenvolvimento, principalmente no setor de confecções.

Ao levantar informações sobre os aglomerados produtivos, constata-se não haver maior preocupação com as necessidades e/ou dificuldades encontradas pelas mulheres para conciliar o processo produtivo e as atribuições das mulheres como donas de casa e mães. Assim, encontrar estas mulheres, descrever seu papel e principalmente como elas se veem e se organizam no processo de conciliar atividades produtivas e reprodutivas conduzem para se atingir o objetivo geral:

- Explicitar como as mulheres envolvidas nas primeiras iniciativas no setor de confecções dos APLs de Imbituva e Terra Roxa conciliam as atividades produtivas e as atividades reprodutivas sob sua reponsabilidade, no espaço da casa.

Para atingir o objetivo geral, são colocados os seguintes objetivos específicos:

- Levantar a Política Pública de fomento aos APLs e a sua dinâmica no Estado do Paraná;
- Descrever os aglomerados produtivos de confecção selecionados para participarem da Política Pública de fomento aos APLs do Paraná que tenham a mulher como protagonista;
- Relatar como as mulheres começaram seus empreendimentos no espaço da casa nos APLs de Imbituva e Terra Roxa;
- Detalhar como as mulheres conciliaram as atividades reprodutivas com as atividades produtivas no mesmo espaço nos APLs de Imbituva e Terra Roxa;
- Caracterizar as mulheres com relação à cooperação nas relações de concorrência nos APLS de Imbituva e Terra Roxa;
- Discorrer como as mulheres pensam o futuro dos seus negócios nos APLs de Imbituva e Terra Roxa;
- Apresentar as relações de dependência das mulheres com outros atores no contexto dos negócios por elas iniciados nos APLs de Imbituva e Terra Roxa;
- Indicar e analisar as diferenças, aproximações e semelhanças entre as mulheres nos APLs de Imbituva e Terra Roxa;

Para atingir os objetivos propostos nesta tese, foi utilizada a abordagem qualitativa e quantitativa. Segundo Minayo (2015, p.21):

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um aspecto mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.[...] o universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser em números e indicadores quantitativos.

Serão levantadas as histórias das primeiras empresas dos APLs de confecção do Paraná e analisadas através do olhar das mulheres que iniciaram seus empreendimentos no espaço da casa, bem como seus desafios, seus objetivos com o empreendimento e a forma como conciliaram o espaço produtivo com o espaço reprodutivo de suas casas. Da mesma forma, serão analisadas as percepções das mulheres atuais que estão à frente do processo produtivo.

Pesquisa quantitativa é uma classificação do método científico que utiliza diferentes técnicas estatísticas para quantificar opiniões e informações para um determinado estudo. É realizada para compreender e enfatizar o raciocínio lógico e todas as informações para um determinado estudo, que possam mensurar as experiências humanas (OLIVEIRA, 2011). A pesquisa quantitativa utiliza pesquisas anteriores e conhecimento teórico para a escolha das variáveis, através de dados secundários em bases de dados preexistentes. Para esta pesquisa, foram utilizadas as bases de dados da RAIS e do IPARDES, pois a credibilidade dos dados já trabalhados em bases confiáveis permite e facilita a sua análise e interpretação.

Na pesquisa bibliográfica, busca-se levantar, em materiais já produzidos, o conhecimento sobre o assunto, que segundo Cervo, Bervian e da Silva (2007, p. 61), “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”. Trata-se de uma pesquisa exploratória, que busca mais informações sobre determinado assunto de estudo, recomendada quando se tem pouco material sobre o problema a ser estudado.

Quanto aos procedimentos técnicos, esta pesquisa utilizará a Pesquisa Documental, que segundo Gil (2008) se vale de documentos e materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados conforme os objetivos da pesquisa. No presente estudo, serão utilizados os relatórios iniciais do IPARDES, que levantaram os aglomerados produtivos das diversas regiões do Paraná e que serviram de base para a escolha dos que seriam beneficiados com a política de APLs. Com base nestes relatórios, serão pesquisados os APLs de confecções, que

através destes levantamentos, apresentam uma maior concentração de mulheres envolvidas no processo produtivo.

Para conhecer mais profundamente a realidade das mulheres dos APLs de Imbituva e Terra Roxa, optou-se por realizar uma entrevista semiestruturada com as protagonistas dos APLs, a entrevista como técnica de pesquisa possibilita a compreensão de crenças, atitudes, valores e motivações em relação aos comportamentos das pessoas em contextos específicos. Assim, toda “pesquisa com entrevista é um fenômeno social, uma interação ou um empreendimento corporativo, em que as palavras são o meio principal de troca.” (ALVES; SANTOS, 2014, p. 71).

Ao perceber que as informações sobre a história das mulheres raramente são registradas nos relatórios do IPARDES, optou-se pela entrevista semiestruturada para levantar a trajetória das pioneiras. Segundo Alves e Santos (2014, p. 74):

As entrevistas semiestruturadas são realizadas mediante roteiro preestabelecido e flexível, com perguntas ou tópicos que estimulam os sujeitos a falar sobre o tema, possibilitando a flexibilidade do diálogo, por conseguinte, a obtenção, pelo entrevistador, de mais informações sobre os tópicos do roteiro e outros conteúdos da narrativa, mediante o aprofundamento dos comentários do entrevistado.

A análise dos dados obtidos através de entrevistas em profundidade com uso de um roteiro semiestruturado foi tratada por meio da análise de conteúdo, pelo confronto entre o referencial teórico e os dados coletados.

A análise do conteúdo é uma técnica de pesquisa com características metodológicas como objetividade, sistematização e inferência.

A análise do conteúdo representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens (BARDIN, 2011 p. 42).

A análise de conteúdo tem início pela leitura das falas, realizada por meio das transcrições de entrevistas, depoimentos e documentos. Segundo Minayo (2010), na maioria das vezes, todos os procedimentos levam a relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados, e articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processos de produção de mensagem. Este conjunto analítico visa a dar consistência interna às operações.

Bardin (2011) apresenta diferentes etapas referentes à análise de conteúdo, organizadas em três fases: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A fase da pré-análise sistematiza as ideias iniciais que compõem o referencial teórico, fornecendo mecanismos para a interpretação das informações coletadas, onde o pesquisador realiza a leitura do material eleito para a análise. Com relação à análise de entrevistas, elas deverão estar transcritas.

Os dados escolhidos para serem analisados deverão levar em consideração os seguintes critérios:

- **Exaustividade:** considera todos os componentes constitutivos do corpus. Segundo Bardin (1977), o ato de exaurir significa não deixar fora da pesquisa qualquer um de seus elementos, sejam quais forem as razões;
- **Representatividade:** refere-se à seleção de uma amostra, caso o número selecionado de dados seja elevado. A amostragem considera-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial (BARDIN, 2011);
- **Homogeneidade:** os documentos selecionados precisam ser homogêneos e estar dentro dos critérios de seleção;
- **Pertinência:** a fonte documental deve estar adequada ao objetivo instigado pela análise (BARDIN, 1977).

Após a seleção do *corpus* de análise, deverá ser realizada a preparação do material (fase intermediária), composta das informações coletadas, como gravações, observações, etc., objetivando a preparação formalizada dos textos. As observações realizadas pelo pesquisador expressam com fidedignidade outros cenários de comunicação, enriquecendo a análise dos textos.

A segunda fase, exploração de material, define codificação como a transformação, por meio de recorte, agregação e enumeração, com base em regras precisas sobre as informações textuais, representativas das características do conteúdo (BARDIN, 1977), onde:

- O texto das entrevistas e do material coletado é recortado em unidades de registro, onde serão apreendidos os parágrafos de cada entrevista, os textos de documentos ou anotações de diários de campo;

- As palavras-chave dos parágrafos são identificadas, onde é realizado o resumo de cada parágrafo para uma primeira categorização, agrupado de acordo com temas similares, dando origem às categorias iniciais;
- As categorias iniciais são agrupadas por temas, dando origem às categorias intermediárias, que são reunidas em função da ocorrência dos temas e resultam nas categorias finais;
- O texto das entrevistas é recortado em unidades de registro (palavras, frases, parágrafos), agrupadas tematicamente em categorias iniciais, intermediárias e finais, as quais possibilitam as inferências.

A terceira fase consiste no tratamento dos resultados, inferência e interpretação, apreendendo os conteúdos manifestos e latentes contidos no material coletado (entrevistas, documentos e observação). A análise comparativa ocorre pela agregação das várias categorias existentes em cada análise, evidenciando aspectos considerados semelhantes e diferentes.

A confiabilidade está intrinsecamente ligada à consciência interpretativa do investigador, fundada no pressuposto de que o pesquisador não pode fugir de suas interpretações, devendo assumir este fato e buscar caminhos para tratar claramente a subjetividade inerente ao processo de pesquisa (SANDBERG, 2005).

Com o objetivo de proteger a integridade da pesquisa e seus participantes, a participação das empresárias convidadas ocorreu de forma espontânea, sem qualquer coação ou exigência, sendo esclarecidos os interesses e objetivos a serem alcançados com a realização das entrevistas. Foi garantido o sigilo dos nomes das empresárias e das empresas participantes da pesquisa.

O contato foi com as mulheres protagonistas dos primeiros empreendimentos que vieram a fazer parte dos APLs de Confecções do Paraná, com a intenção de conhecer o processo pelo olhar daquelas que desbravaram o setor de confecções das cidades de Imbituva e Terra Roxa e sua trajetória.

Para compor a amostra, foi realizado o levantamento do número de empresas dos APLs de Imbituva e Terra Roxa que tiveram mulheres como protagonistas da iniciativa, entrando-se em contato com a liderança de ambos os APLs. Os dados foram fornecidos pelo presidente da Associação de Malharias de Imbituva e pela secretária do APL de Terra Roxa, em 2017.

Em Imbituva, o número oficial de malharias associadas em 2015 era de 24, porém, algumas encerraram as atividades e, em 2018, quando do levantamento para

esta pesquisa, 15 malharias estavam em atividade. dentre as quais 9 são lideradas por mulheres e 5 por homens.

Todas as malharias lideradas por mulheres foram contatadas por e-mail e posterior telefonema para agendamento de visitas, com a finalidade de uma entrevista. Das 9 malharias, foi possível entrevistar 4 mulheres que iniciaram os negócios em casa e que ainda estão à frente das empresas. Apesar da insistência, 5 malharias recusaram receber visita pelos mais diversos motivos: porque estavam com atividades além da malharia, o que impediria receber a pesquisadora; porque estavam tratando de doenças na família; ou porque estavam cansadas de conceder entrevistas.

Como em Imbituva as primeiras malharias iniciaram suas atividades na década de 1970, foram entrevistadas 3 mulheres responsáveis pelas primeiras malharias da cidade e que não trabalham mais com malhas, mas participaram da composição do APL, compondo, assim, uma amostra de 7 mulheres entrevistadas no APL de Imbituva, no período de setembro a novembro de 2018.

Em Terra Roxa, são 29 empresas cadastradas no APL, sendo 2 prestadores de serviço e 1 facção. Das 26 empresas restantes, 10 estavam desde o início das atividades do APL, sendo o foco desta pesquisa. Foram enviados e-mails e posteriormente realizados telefonemas para as responsáveis pelas empresas, de modo que 6 aceitaram receber a pesquisadora para a entrevista, ocorrida de 22 a 25 de janeiro de 2019.

A partir dos levantamentos em documentos oficiais e da realização das entrevistas, os dados foram organizados para apresentação neste trabalho.

O presente trabalho foi organizado em 5 capítulos, sendo seu primeiro capítulo voltado a discutir o contexto de desenvolvimento econômico na perspectiva dos arranjos produtivos locais e a tentativa de países subdesenvolvidos passarem para tecnologias mais elaboradas de produção, através da iniciativa de pequenos produtores, em empresas familiares, sendo alguns setores – como é o caso do setor de confecções – totalmente concebidos e gerenciados por mulheres, principalmente dos APLs estudados: Imbituva e Terra Roxa.

No segundo capítulo, será descrita a política pública de fomento aos Arranjos Produtivos Locais no Brasil, sua origem e como os aglomerados produtivos foram caracterizados e escolhidos para fazer parte dos investimentos governamentais, bem como o levantamento de todos os APLs identificados no Paraná.

O Capítulo 3 traz a descrição dos APLs de confecção do Paraná, que, após os primeiros levantamentos para este estudo, foram os que tiveram maior participação das mulheres, e, na sequência, a escolha dos APLs de Imbituva e Terra Roxa, por concentrarem o maior número de mulheres à frente dos negócios, desde o início das atividades produtivas que levaram os aglomerados a serem reconhecidos como APLs.

No Capítulo 4, as questões da reestruturação produtiva, na primeira revolução industrial, imprimiram características tão marcantes de produção que acabaram sendo reproduzidas em todo o mundo, inclusive no Brasil. As muitas horas na atividade produtiva, as atividades reprodutivas atendidas no mesmo espaço de produção eram a realidade de muitas mulheres, que precisavam desenvolver uma atividade para gerar renda e não conseguiam sair de suas casas, em virtude da responsabilidade pelos cuidados com os filhos.

E o Capítulo 5 traz a realidade de mulheres que iniciaram uma atividade produtiva em suas casas para gerar renda, e que acabaram fazendo parte da política pública de fomento aos APLs. Uma descrição dessas realidades, através das categorias levantadas, demonstra o quanto pode ser desafiador para as mulheres acumularem atividades de cuidados com a casa e com os filhos, juntamente com uma atividade produtiva que cresceu muito além do que elas imaginavam.

CAPÍTULO 1

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

As mudanças produtivas no setor têxtil provocaram a primeira revolução industrial na Inglaterra no século XVII, e, ao longo do século XIX, outros países como França, Bélgica, Holanda, Rússia, Alemanha e Estados Unidos ingressaram nesse novo modelo de produção industrial. Estas transformações possibilitaram a consolidação do capitalismo (SOUZA, 2007).

A economia, em nível mundial, sofreu grandes transformações. O processo de produção de mercadorias acelerou-se bastante, já que a produção manual foi substituída pela utilização da máquina. O resultado foi o estímulo à exploração dos recursos da natureza de maneira excessiva, uma vez que a capacidade produtiva aumentou. A Revolução Industrial também impactou as relações de trabalho, gerando uma reação dos trabalhadores, cada vez mais explorados no contexto industrial (SOUZA, 2007).

Nesse período, houve a expansão do comércio, a mecanização possibilitou maior produtividade e, conseqüentemente, o aumento dos lucros. As indústrias expandiam-se cada vez mais, criando, então, um cenário de progresso jamais visto.

As principais invenções do período contribuíram para o melhor escoamento das matérias-primas utilizadas nas indústrias e também favoreceu o deslocamento de consumidores e a distribuição dos bens produzidos, ampliando as bases do capitalismo para vários países, gerando crescimento econômico.

Nos países subdesenvolvidos como o Brasil, as diversas tentativas de industrialização têm a proposta de crescimento econômico através da atividade produtiva industrial, mas com a desigualdade social gerada pelo próprio capitalismo, fica evidente que apenas crescimento econômico não é suficiente para fazer um país conseguir o desenvolvimento econômico, mais amplo e mais profundo do que o simples crescimento econômico (SOUZA, 2007).

Ao longo da história do capitalismo contemporâneo, intelectuais de várias áreas têm discutido o conceito de desenvolvimento econômico. Para a maioria, o desenvolvimento econômico trata da relação direta entre desenvolvimento e produção, não havendo, entretanto, um conceito universalmente aceito.

Smith (2017) sustenta que a riqueza de uma nação se constitui a partir do trabalho produtivo, com aumento dos investimentos em capitais produtivos, a especialização da mão de obra e a divisão do trabalho. O interesse coletivo é resultado das ações individuais privadas e os indivíduos buscam atender ao seu interesse próprio; ao fazerem isso de forma indireta, acabam por atender aos interesses da coletividade, surgindo, assim, o conceito da “mão invisível do mercado”.

Adam Smith (2017) foi o precursor da moderna Teoria Econômica e postulava que o papel do Estado na economia deveria corresponder apenas à proteção da sociedade contra eventuais ataques e à criação e manutenção de obras e instituições necessárias, mas não à intervenção nas leis de mercado.

No estudo da economia, os maiores economistas da época, que compreende o século XVIII até o século XX, seguiam o método dedutivo em seus estudos, admitindo a intervenção do Estado no terreno econômico (ANDRADE, 2005, p. 24).

Ao postular que existe uma “mão invisível do mercado” que regula as trocas e protege os interesses maiores, não deixando que interesses individuais prevaleçam, cria-se a ideia de estado mínimo, não sendo este o maior responsável pelo crescimento econômico, portanto, os empresários seriam os responsáveis pela criação de emprego, geração de riqueza e crescimento de uma nação.

Isto gera um questionamento sobre o papel dos capitalistas no crescimento econômico, pois seriam os únicos a gerar riqueza através dos bens de produção, portanto, os trabalhadores seriam apenas parte do mecanismo de produção, e que o próprio mercado se responsabilizaria por amenizar as diferenças sociais e as necessidades.

Estes trabalhadores estariam envolvidos em atividades consideradas importantes no processo produtivo, recebendo pelo seu tempo de trabalho, e seriam, por analogia, mais importantes dos que não estivessem envolvidos diretamente na geração de riquezas, o que nos faz pensar na importância do contingente de mulheres que ficaram por muito tempo fora do mercado de trabalho e sua importância no contexto produtivo.

Smith (2017) afirma que a progressão natural do capital e o desenvolvimento dos países passariam por 3 fases: a agricultura, a manufatura e comércio exterior. Estas três fases foram os primeiros passos na sistematização do pensamento econômico. Outro autor clássico no contexto da economia e do desenvolvimento econômico é David Ricardo. Sua principal obra, *Princípios de Economia Política e*

Tributação, publicada em 1817, tem como preocupação central o crescimento econômico e não o desenvolvimento.

Os fatores econômicos influem na história, mas não são os únicos, nem sempre os mais decisivos. Há fatos históricos fundamentais que não podem ser reduzidos à economia (FONTANA, 1969, p. 199).

O sistema capitalista consiste na produção de mercadorias em que tudo o que é produzido não tem em vista o valor de uso (por exemplo, uma malha que fazemos para nosso próprio uso), mas tem por objetivo o valor de troca, isto é, a venda do produto. Sendo a mercadoria um produto do trabalho, o seu valor é determinado pelo total de trabalho socialmente necessário para produzi-la. De acordo com teoria marxista isto chama-se mais-valia, portanto, é valor que o operário cria além do valor de sua força de trabalho, e que é apropriado pelo capitalista (ARANHA, 1993).

Muito além da dita riqueza e da “mão invisível” descrita acima, observa-se que, para Marx (1983), o capitalismo, com a revolução industrial, promoveu o crescimento da produção, que, por sua vez, foi acompanhada por forte concentração funcional da renda, não contribuindo para a melhoria na qualidade de vida para a maior parte das pessoas, os trabalhadores, quando o critério é a quantidade de riqueza produzida no estágio de produção econômica capitalista.

Assim, para Marx (1983), o desenvolvimento econômico, principalmente nas colônias, é totalmente dependente dos países centrais, colonizadores, que embora pudessem fazer as colônias evoluírem de um sistema mais primitivo de atividade agrícola, continuaram a exploração, impedindo ou atrasando a industrialização das colônias.

Ainda as nações mais ricas dispõem de profissionais de saúde, educação, cultura, o que é um luxo nos países mais pobres. O crescimento econômico é um aliado do desenvolvimento, entretanto, para Marx, o excessivo materialismo e o individualismo podem resultar no aumento da desigualdade das possibilidades de escolha entre os indivíduos, no entanto, essa desigualdade pode ser coibida com ações institucionais de interesse da coletividade (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 353).

Na visão marxista, por exemplo, o interesse maior do capitalismo sempre foi o lucro e a sua maximização, e, para tal, ignorar a desigualdade social que o capitalismo gera sempre foi o sustento do próprio modelo econômico, colocando milhares de pessoas à margem do processo produtivo.

O mesmo mecanismo que gera crescimento gera também a precarização do trabalho, e as mulheres foram as mais atingidas, envolvidas no processo produtivo na primeira revolução industrial, juntamente com as crianças, por receberem menores salários. Entretanto, nem mesmo Marx preocupou-se em pensar no papel da mulher no processo de desenvolvimento, embora tenha alertado muitas vezes para as condições precárias do trabalho feminino e das crianças em seus estudos.

Sabe-se que a mulher, no desenvolvimento do capitalismo, teve uma participação precoce e, apesar de sua condição física mais fragilizada, um desempenho singular nas fábricas e principalmente no setor têxtil. A indústria têxtil é um dos maiores setores de produção do mundo. O Brasil representa o quinto mais importante lugar nesse segmento, em escala global. Conseqüentemente, a confecção de fios, tecidos e afins é uma das principais responsáveis pela movimentação da economia brasileira.

No Brasil, o sistema têxtil ganhou força por volta do século XIX, com o padrão fordista. No contexto mundial, foi nessa época que a figura feminina passou a ganhar um maior reconhecimento, especialmente na virada para o século XX. Dos cerca de 1,7 milhão de colaboradores empregados no setor têxtil no Brasil, mais de 70% são mulheres. A relação da mulher com o mercado de trabalho e com o setor têxtil será discutida com mais profundidade no Capítulo 4. Entretanto, antes disso é importante pensar sobre a importância do desenvolvimento dentro do contexto do capitalismo.

O estabelecimento de organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), para a consolidação de uma governança global para o novo contexto geopolítico do pós-guerra, bem como os acordos internacionais para estimular o comércio internacional no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), e a fundação do Banco Mundial, com o objetivo de reconstruir os países devastados pelo conflito, apontam para um certo tipo de compromisso global em nome da estabilidade econômica pós-crescimento (NIEDERLE, 2016, p.15).

Durante os “trinta anos gloriosos” (1945-1975), um pacto entre capital e trabalho foi responsável por sustentar o padrão desenvolvimentista e industrializante. Neste período, as teorias do desenvolvimento foram modernizantes e simplistas e sustentavam que os países subdesenvolvidos precisavam passar de um estágio tradicional a um estágio moderno, através de inúmeras etapas intermediárias. Rostow (1961) ressalta que seriam necessárias medidas de industrialização compulsória para acelerarem o crescimento econômico, aumentarem a renda e diminuir a pobreza;

que existiriam condições necessárias para se alcançar tal modernização, e que a sociedade como um todo e o relacionamento entre os seus componentes econômicos e não econômicos, interagindo e produzindo resultados, são determinantes para o desenvolvimento e não apenas dos fenômenos sociais.

Rostow (1961) estabelece a possibilidade de desenvolvimento econômico em cinco etapas, sendo elas:

Etapa 1 – Sociedade tradicional, baseada na produção rudimentar e tradicional, que busca a subsistência e prioriza o trabalho, os principais recursos provêm da agricultura, obtendo limitada quantidade de capital.

Etapa 2 – Sociedade em processo de transição, em que o autor considera que aconteça o princípio do arranco ou decolagem, com o aumento da especialização do trabalho e modernização tecnológica, acontecendo nas áreas do conhecimento, política e sistemas de valores, alavancando a produtividade e o desenvolvimento econômico. Começam a surgir os primeiros empreendimentos, aumentando o comércio interno e externo e um Estado capaz de proporcionar as mudanças tecnológicas e socioculturais necessárias à modernização.

Etapa 3 – O autor denomina de “arranco”, em que já não existem amarras tecnológicas, políticas, institucionais, morais que impeçam o desenvolvimento, que pode ser definido como uma revolução industrial, ocorrendo migração de mão de obra para o setor industrial, surgindo um novo sistema político, institucional e social.

Etapa 4 – Também chamada pelo autor como marcha para a maturidade, em que o aumento da tecnologia, o incentivo à produção e a busca pela diversificação dos produtos são agregados à economia e a mão de obra especializada aumenta nos centros urbanos; bens importados passam a ser produzidos internamente; o Estado tem participação efetiva na consolidação do crescimento econômico, e a inovação técnica pode produzir quase tudo, fazendo novas áreas produtivas aflorarem.

Etapa 5 – Considerada pelo autor como a era do consumo em massa, com o consumo de uma sociedade industrial massificada com o aumento da renda per capita, estimulando o sistema econômico centrado no consumo intensivo, e, por consequência, um aumento na busca por uma melhor distribuição de renda.

A teoria de Rostow, ao estabelecer as 5 etapas do desenvolvimento econômico, se revela muito mais ideológica do que científica, tornando-a frágil. Segundo Niederle (2016, p. 16):

Independentemente das consequências sociais e ambientais que o modelo rostowiano suscitou, sua fragilidade se encontra na própria aceção de que existe um modelo único a ser replicado em toda parte, o que se repercutiu na desastrosa ideia de que existem países, regiões e agricultores atrasados cuja única opção é adotar o pacote técnico e ideológico da modernização.

Para Schumpeter (1982), as mudanças surgem no âmbito da produção e não do consumo, a economia de um país pode ser equilibrada sem desenvolvimento, denominada de “economia estacionária”, e cabe à inovação produtiva o rompimento deste equilíbrio, com produtos inovadores capazes de gerar lucro e perturbação neste estado de equilíbrio, proporcionando, assim, o desenvolvimento. O pensamento de Schumpeter (1982, p. 74) é assim exposto:

Entendemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretendíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e portanto a explicação do desenvolvimento dessem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica.

O ponto central na teoria de Schumpeter (1982, p. 114) é “o papel que tem a inovação ao introduzir discontinuidades que produzem desequilíbrios no sistema, levando a uma nova configuração qualitativamente distinta da anterior”. Neste contexto, sobrevivem as empresas com maior capacidade de inovação, e “quanto maior a empresa, maior a capacidade de inovação [...]”. Assim, a formação de monopólios seria benéfica ao processo de inovação e ao desenvolvimento.

Segundo Niederle (2016, p. 19), pode-se afirmar que, de modo geral,

[...] a teoria de Schumpeter é mais adequada para países que contam com elevado número de empresários potenciais, com capacidade de financiamento e com possibilidades de criar tecnologias, além de quadros institucionais eficientes.

O autor certifica que, no caso da América Latina, “[...] a ação governamental passou a ser muito importante não apenas nas condições institucionais mas também no financiamento e na ação empreendedora Estado-inovador [...]”; com menor investimento do setor privado e de grandes corporações, o governo foi responsável

pelo aporte no setor industrial. Sendo o crescimento econômico inevitavelmente criador de desigualdades, é importante que o Estado execute escolhas que favoreçam os menos favorecidos, acreditando que os problemas do subdesenvolvimento podem ser superados através da intervenção estatal.

A síntese do pensamento de Hirschman, na visão de Niederle (2016, p. 45), é que “a arte do desenvolvimento está justamente em gerir esta cadeia de desequilíbrios e os conflitos a ela inerentes, sem a pretensão de caminhar rumo a qualquer forma de equilíbrio preestabelecido”. Considerando que os conflitos não são necessariamente negativos, podendo atuar como “cola” ou como “solvente” das relações sociais, não é possível saber de antemão o limite de tolerância necessária para que uma situação de conflito seja superada. Ainda, que não existem benefícios mútuos, mecânicos ou abstratos gerados de antemão pelas leis do mercado.

O mercado, considerado como espaço de interação dos diversos agentes produtores, sem uma entidade neutra que consiga direcionar as ações apesar dos conflitos, é o espaço da competição, onde os mais fortes, mais preparados e mais poderosos podem tomar decisões, sem levar em consideração às necessidades dos demais envolvidos. Sem o desenvolvimento, que seria interessante para todos e onde cada um teria suas necessidades supridas e trabalhariam em prol de um benefício comum, o mercado seria apenas o espaço de competição e exploração.

A abordagem do desenvolvimento como liberdade é feita pelo economista indiano Amartya Sen. Sen (2000) inseriu nos debates a questão da diversidade humana, reconhecendo os valores e a concepção de vida daqueles que seriam “alvos” dos projetos de desenvolvimento.

As mudanças globais do pós-guerra mostraram faces do desenvolvimento que extrapolam as medidas convencionais relacionadas ao crescimento econômico. Sen (2000) enfatiza que, neste contexto, emergem diversas abordagens que buscam compreender de modo mais amplo e integrado as transformações sociais e econômicas, sem cair nas armadilhas do economicismo, que geralmente recorre a uma ideia de etapas de desenvolvimento, com os países ditos subdesenvolvidos tendo que se adequar aos modelos das economias avançadas.

Os critérios econômicos convencionais não eram suficientes para explicar a mudança social das décadas de 1980 e 1990, e se passou a levar em consideração a maior necessidade de atenção aos sujeitos sociais e às suas capacidades de alterar os padrões institucionalizados.

A compreensão do modo como as pessoas veem seu lugar no mundo passou a ser a ênfase das novas abordagens do desenvolvimento e procurou construir alternativas para viabilizar a vida que elas mesmas julgavam adequadas. Os indivíduos foram situados no centro das novas abordagens do desenvolvimento, merecendo a atenção que antes era direcionada ao Estado e ao mercado como únicas forças promotoras do desenvolvimento.

Juntamente com o economista paquistanês Mahbudul Haq, em 1993, Sen propôs o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual vem sendo aplicado desde então pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em seu relatório anual, tornando-se uma das medidas comparativas de desenvolvimento utilizadas por inúmeras organizações em todo o mundo.

O IDH é composto de dados relativos à expectativa de vida ao nascer, à educação e ao PIB per capita. Ele possibilita comparar a situação de diferentes países, regiões, estados e municípios em dado momento, ou em séries históricas, com vistas a analisar os avanços ao longo do tempo (NIEDERLE, 2006, p.53).

Sen (1993) sustenta que o desenvolvimento só pode ser alcançado quando os indivíduos dispõem dos “meios” pelos quais podem realizar os “fins” que almejam. Sen (1993, p. 97) define que “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição enquanto agentes de sua própria mudança”.

O desenvolvimento é compreendido como liberdade, mais precisamente, liberdade de escolha (SEN, 1993), que analisa a pobreza do ponto de vista da incapacidade pessoal para sair da miséria, onde forças maiores precisam atuar (governo, instituições, etc.) para aumentar os intitamentos, as liberdades políticas, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, a garantia de transparência e a segurança protetora (habitação, segurança social, saneamento, aposentadoria, transporte, etc.).

Sem estas liberdades políticas, afirma Sen (1993), o indivíduo não alcançará todos os benefícios de um ser social livre, pois estará preso em questões de sobrevivência, como alimentação e segurança, muito aquém do que poderia conseguir em condições mais favoráveis. Portanto, o desenvolvimento econômico em Sen (1993) não pode ser considerado como um fim em si mesmo, uma concepção sensata

de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do PIB e de outras variáveis relacionadas, como o aumento da qualidade da vida.

O desenvolvimento econômico na América Latina segue a pretensão universalista da existência de um único modelo explicativo capaz de abarcar a diversidade das situações históricas, e como afirma Celso Furtado (1992, p. 26), “era necessária uma nova formulação capaz de descer ao estudo de situações concretas e reconhecer que os processos de desenvolvimento não se davam fora da história”, no caso do contexto periférico latino-americano.

Celso Furtado (1981), juntamente com outros intelectuais vinculados à Comissão de Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), passaram a destacar a necessidade de construção de um corpo teórico distinto para a interpretação e a análise dos processos econômicos dos países não centrais, que levasse em consideração as peculiaridades históricas de formação social dessas economias.

A análise do subdesenvolvimento da América Latina veio permeada de preocupação com a superação deste subdesenvolvimento, onde o estado seria o modo mais efetivo para se levar adiante o processo de desenvolvimento. Furtado (1981) destaca que, nas proposições cepalinas, não se presumia a estatização total do mercado, a exemplo da matriz soviética, mas

[...] uma participação ativa do Estado não somente no aumento da demanda, como também no investimento direto naqueles segmentos indispensáveis ao desenvolvimento – bens intermediários – que não interessavam a iniciativa privada ou não poderiam ser atendidos por ela. O capital privado, por sua vez, se concentraria em atividades mais eficientes em termos de progresso técnico, sobretudo na produção de bens de consumo duráveis, controlando assim o setor mais dinâmico da economia e concentrando a riqueza que, com frequência era enviada para fora do país. (FURTADO, 1981, p. 314)

No caso do Brasil, esta modalidade de intervenção em favor da industrialização deu-se via substituição de importações e do apoio à produção nacional, iniciando este processo pelas indústrias mais simples, que não exigiam muita tecnologia e capital, para, em seguida, alcançar as indústrias de bens de capital e de matérias-primas intermediárias.

Diferentemente de Rostow, que aponta a existência de diferentes etapas do desenvolvimento, Furtado (1961, p. 180) caracteriza o subdesenvolvimento como uma variante do processo de desenvolvimento decorrente da trajetória desigual entre os

países, sendo, portanto, um processo autônomo e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento.

De acordo com Furtado (1961), o subdesenvolvimento é uma condição estrutural dos países pouco industrializados (latino-americanos), onde as inovações nos padrões de consumo e a adoção de um estilo de vida nos moldes dos países centrais não foram capazes de aumentar a adoção de métodos produtivos eficazes. O autor sustenta que é o próprio processo capitalista que cria o subdesenvolvimento, na medida em que o capitalismo não necessita integrar todos os indivíduos na divisão social do trabalho, concluindo que o subdesenvolvimento é estruturalmente funcional para o próprio desenvolvimento.

Ao analisar as razões do subdesenvolvimento brasileiro, Furtado (1981 [1974]) destaca que, além de estar diretamente associado ao modo de produção estabelecido, que era a agricultura comercial, com precariedade das relações de trabalho, a excessiva concentração da propriedade da terra e da riqueza e o atraso das condições tecnológicas, também encontrou uma característica cultural, que era o destino conferido ao excedente produzido.

Explica Niederle (2006) que, enquanto nos países desenvolvidos o excedente era, em sua maior parte, utilizado para financiar o investimento produtivo, nos países subdesenvolvidos ele serviu para manter um estilo de vida de uma pequena elite econômica similar ao encontrado nos países desenvolvidos, condicionando a utilização do excedente para consumo improdutivo.

Cardoso e Faletto (1981) discutiram que as disputas entre diferentes grupos sociais, envolvendo interesses e poderes heterogêneos, foi um dos condicionantes básicos da situação de subdesenvolvimento, ao mesmo tempo em que propuseram a teorização sobre o Estado, porque este aprofundava a desigualdade, apropriando-se de interesses privados, evidenciando que a saída da dependência implicaria uma contenda política acerca das prioridades de investimento estatal. Esta teorização sobre o Estado foi essencial, pois nas teses cepalinas o Estado era visto com um viés instrumental.

A influência do pensamento da CEPAL na formação do pensamento econômico brasileiro é fato amplamente reconhecido pela literatura. Prebisch (1949) e o documento elaborado pela CEPAL, em 1951, são marcos da construção do que se convencionou chamar de “pensamento cepalino original” ou simplesmente “velha

CEPAL”. Em última análise, pode-se afirmar que estes trabalhos consolidaram o que posteriormente denominou-se “desenvolvimentismo”.

O ponto de partida é a organização da divisão internacional do trabalho em dois blocos: o centro, formado pelo conjunto de economias industrializadas; e a periferia, composto pelos países que participavam desta divisão internacional do trabalho como fornecedores de insumos, matérias-primas e produtos agrícolas.

O argumento da “velha CEPAL” é que esta divisão internacional do trabalho se constituía no principal responsável pelo subdesenvolvimento das regiões periféricas. As relações comerciais entre o centro e a periferia instituíam este vínculo entre as características da estrutura produtiva e o grau de desenvolvimento econômico. Prebisch (1949) entende que a divisão internacional do trabalho entre centro e periferia promoveria, ao longo do tempo, uma “deterioração dos termos de troca” entre as regiões, com evidente desvantagem para a periferia.

Em síntese, dada a divisão internacional do trabalho, os períodos de expansão das economias periféricas gerariam desequilíbrios comerciais insustentáveis no longo prazo. Neste contexto, restava aos formuladores de política econômica a utilização de instrumentos de retração da atividade que encerravam o ciclo de crescimento. A industrialização seria a forma de superar a restrição externa imposta ao crescimento dos países periféricos (PREBISCH,1949).

A superação do subdesenvolvimento se daria, portanto, a partir do processo de industrialização e da redefinição das relações comerciais entre centro e periferia. Promover a industrialização, na visão da ‘velha CEPAL”, era sinônimo de promover o desenvolvimento. Seguindo esta orientação, denominada cepalina, o Brasil investiu em diversos setores com o objetivo de fomentar a industrialização,

Segundo Schneider (2013), alguns dos principais destaques de desempenho da década de 1990 e 2000 foram os maiores produtores de aço, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Usiminas; de aviões, a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer); de mineração, a Vale, originalmente Companhia Vale do Rio Doce (CVRD); de petróleo, a Petrobras e os fabricantes de automóveis multinacionais. Essas são algumas das maiores empresas brasileiras no país, as de maior volume de exportações, as que se internacionalizaram de forma mais agressiva, bem como as líderes tecnológicas em seus respectivos setores.

Todas as empresas acima citadas, exceto as montadoras multinacionais, começaram como empresas estatais, deixando claro o investimento do governo, que

continuou investindo em alguns setores estratégicos, mesmo depois de algumas privatizações (SCHNEIDER, 2013).

Os investimentos do governo Lula (2003-2011) se deram não apenas em grandes empresas e setores estratégicos para o país, a política pública de fomento aos APLs que ganha ênfase neste estudo foi uma tentativa de viabilizar a indústria local, que tinha uma influência regional, empregando mão de obra direta, utilizando poucos recursos e baixa tecnologia.

Estudos sobre as iniciativas locais levantaram o perfil dos até então denominados aglomerados produtivos (empresas do mesmo setor), e remetem ao conceito de desenvolvimento regional e ao conceito de território.

Para Albuquerque (2015, p. 16), o termo local, ou territorial, faz referência à promoção econômica nos níveis municipal, estadual, departamental ou regional, podendo definir problemas, circunstâncias concretas e atores mais precisamente, não sendo apenas a aplicação de decisões centralizadas sem levar em consideração o contexto específico e a participação ativa dos atores envolvidos. Implica em conseguir sustentar a capacidade produtiva local para criar um excedente econômico, emprego e renda que melhorem a qualidade de vida da população de um território.

O conceito de território, segundo Santos (1994), é uma abordagem política, considerando-o como o nome político para o espaço de um país. O espaço, muito mais amplo, seria a totalidade, englobando a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. O território passa a ser formado no desenrolar da História, com a apropriação humana de um conjunto natural preexistente.

Além dos aspectos políticos, Santos (1994) também realça a importância dos aspectos sociais, econômicos e culturais entrelaçados em virtude do movimento da sociedade no decorrer dos diversos momentos históricos e do desenvolvimento das técnicas, chegando à conclusão de que o trabalho é um dos pontos fortes para a compreensão do território.

Na política de fomento aos APLs, também devem estar além dos objetivos produtivos os investimentos em educação, formação profissional, infraestruturas básicas e serviços sociais, entre outros, o que implica numa cultura empreendedora local e um plano sustentável dos distintos projetos produtivos e de consumo. Esta integração também deve estar focada nos âmbitos social e político do projeto, pois necessariamente ambos vão influenciar nos resultados esperados.

O desenvolvimento econômico territorial requer que as estratégias sejam elaboradas a partir da mobilização e participação ativa dos atores territoriais, portanto, trata-se de uma abordagem surgida “de baixo”, isto é, dos participantes, e não elaborado pelas instâncias centrais do Estado.

Já o ponto de partida de qualquer estratégia de desenvolvimento econômico territorial está no esforço de mobilização e participação de atores locais, para aumentar e fortalecer o capital social, que requer fortalecimento dos governos locais, aumento da cooperação público-privada e a coordenação das diferentes instituições públicas dos níveis central, estadual e municipal, e entre os diversos departamentos setoriais, como economia, indústria, agricultura, trabalho, turismo, etc. Ainda, o fomento à cultura empreendedora local, com o fim de estabelecer bases sólidas para os processos de inovação social e cultural que se cria de forma integrada na estratégia que se busca (ALBUQUERQUE, 2015).

O desenvolvimento econômico precisa, além das atividades econômicas que alavanquem o consumo, mais elementos para se concretizar, tais como: diminuição das desigualdades sociais, desenvolvimento de tecnologia, investimento em estrutura e educação, entre outros.

1.1 O DESENVOLVIMENTO SETORIAL E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Políticas Públicas de fomento como a dos APLs têm uma dimensão setorial, que é o incentivo à produção, comercialização para atender setores específicos, como o de confecções no Paraná. A descrição desta política e do setor de confecções encontra-se no Capítulo 4.

Como enfatiza Cunha (2006, p. 263), “as políticas setoriais são políticas que objetivam influenciar diretamente o comportamento econômico-social de setores específicos da economia nacional, como indústria, agricultura, transporte, etc.”, sem levar em consideração que a produção pode extrapolar uma região, pois está organizada em cadeias de abastecimento ou redes produtivas.

Desta forma, há a necessidade de formular políticas que atendam às necessidades de desenvolvimento local, mas com visão mais ampliada para as questões territoriais, obtendo-se uma visão integrada e ampla, pois,

[...] os projetos, planos e políticas de desenvolvimento, formulados a partir de uma perspectiva setorial, refletem este perfil fragmentado da realidade e acabam apresentando análises e propondo políticas, planos e projetos voltados para cada um destes setores, e mesmo quando se persegue uma visão mais integrada, esta integração é meramente funcional. (CUNHA, 2006. p. 264)

Albuquerque (2015, p.19) trabalha com as dimensões do desenvolvimento territorial, que seriam:

[...] desenvolvimento cultural, político e institucional envolvendo as questões de mobilização e participação cidadã; fortalecimento dos governos locais; coordenação de instituições públicas; cooperação público-privado; articulação social, criação de redes e capital social territorial; fomento de cultura criativa e solidária; Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Financeiro envolvendo as questões de fomento da diversificação e da qualidade produtiva no território; infraestruturas básicas para o desenvolvimento Territorial; Serviços de apoio à produção para Pequenas e médias Empresas – PMEs e cooperativas locais; Setor financeiro especializado territorialmente; Sistema fiscal e marco jurídico e regulatório apropriado para o fomento do desenvolvimento territorial; fomento de sistemas territoriais de inovação.

Por sua vez, o desenvolvimento social e humano abrange questões como: acesso e melhoria da educação, formação, nutrição e saúde; melhoria da distribuição da renda para a inclusão social e o fortalecimento do mercado interno; qualidade nas relações de trabalho; fortalecimento do papel da mulher na sociedade; desenvolvimento de formas de economia social e solidária.

Existe uma relação mútua entre todos os aspectos citados, cujo ponto de partida é o desenvolvimento e a mobilização política, cultural e institucional, proporcionando um conjunto básico de sustentação do desenvolvimento econômico sustentável, a fim de manter investimentos sociais, melhorias trabalhistas e institucionais, que vão além de um mero crescimento econômico quantitativo.

Santos (1994) propôs que o espaço geográfico, sinônimo de território usado, seja compreendido como uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local, e assumido como um conceito indispensável para a compreensão do funcionamento do mundo presente. Chama atenção para o novo funcionamento do território, através de horizontalidades, ou seja, lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial e verticalidades formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais.

A capacidade competitiva de um território não está somente relacionada com a capacidade produtiva, mas os empreendimentos se veem condicionados tanto pelas

relações no conjunto do sistema produtivo, como pela oferta e características do contexto local, como o mercado de trabalho, sistema educacional e de formação de recursos humanos, o sistema de saúde e a criação de uma cultura empreendedora territorial. Além disso, pela capacidade de o território se tornar um sistema territorial de inovação, através de serviços de desenvolvimento empresarial, infraestruturas básicas e ambientais e sistema financeiro que assegure crédito para as pequenas empresas e um sistema fiscal que favoreça o funcionamento disto tudo (ALBUQUERQUE, 2015, p. 32).

A maioria destes elementos citados como importantes para um território se tornar produtivo e competitivo deve ser mantida com políticas ativas de emprego, trabalho digno e empregos verdes. Não há uma razão direta entre crescimento econômico e garantia de postos de trabalho, diminuição de pobreza e melhora da qualidade de vida das pessoas, por isso a necessidade de os governos manterem na agenda do desenvolvimento econômico para os Territórios Produtivos políticas de capacitação de recursos humanos para o emprego, abrir espaços de cooperação público-privada, com o objetivo de orientar a oferta de capacitação segundo a necessidade territorial.

Os principais traços da abordagem do desenvolvimento econômico territorial como sendo uma aproximação territorial e não só setorial ou agregada, que promove a criação de redes, instituições e capital social para sustentar os acordos que necessitam da estratégia local, valorizando as infraestruturas intangíveis para facilitar a difusão de conhecimentos. Destaca-se, ainda, a participação dos atores locais na elaboração das estratégias, dando ênfase no aproveitamento dos recursos e potencialidades endógenas, e na incorporação de inovações produtivas, de gestão, socioinstitucionais e ambientais na malha produtiva empresarial local.

As pequenas e médias empresas são a chave para o desenvolvimento, assim como cooperativas e pequenas unidades de produção rural, e a totalidade da economia territorial, tanto formal quanto informal. É muito importante a identificação dos sistemas produtivos territoriais, os mercados locais de emprego e o respectivo contexto socioinstitucional e do meio ambiente, devendo promover uma visão estratégica para a mudança do modelo produtivo e de consumo na atual transição a uma Economia Verde (ALBUQUERQUE, 2015, p. 40).

A implantação de estratégias proativas para a construção de contextos territoriais favoráveis à incorporação das inovações tem o objetivo de: estimular a

acumulação e a difusão de conhecimentos tecnológicos e ambientais apropriados ao perfil produtivo e social de cada território; facilitar a vinculação entre a rede local de empresas e a oferta territorial de conhecimentos e assistência técnica; orientar o sistema educativo e de formação profissional segundo as necessidades locais e o perfil territorial; fomentar, desde a escola, a capacidade criativa; incentivar a formação de redes e cooperação entre atores públicos e privados (empresas e instituições); construir instituições eficazes para a promoção do desenvolvimento produtivo, a inovação e a criação de empregos com qualidade e o fortalecimento das capacidades dos atores territoriais; promover a cultura, a participação e a identidade territorial (ALBUQUERQUE, 2015, p. 40).

Essas estratégias proativas citadas requerem instrumentos de intermediação atuando diretamente nos territórios ou outros mecanismos de governança, e participação das agências territoriais de empregos, para que os objetivos traçados para o território possam ser alcançados.

O conceito de espaço, para Santos (1994), seria a totalidade, englobando a configuração territorial, a paisagem e a sociedade, e possui um lugar importante nas ciências e na construção do mundo contemporâneo.

No espaço geográfico, se produzem as relações econômicas e sociais e as mudanças científicas, culturais, políticas, sociais ou produtivas, formando-se as várias situações e relações entre sujeitos e objetos (PIACENTI et al., 2016, p. 15).

O desenvolvimento econômico regional reflete o grau de avanço, progresso e melhoria nas condições de vida, tanto no aspecto produtivo quanto de bem-estar social. A região desenvolvida economicamente apresenta algumas características peculiares, haja vista que o desenvolvimento começa por um ponto e gera força de dispersão até a sua periferia, atraindo seus recursos e potencialidades; em seguida, a formação de uma estrutura complementar em termos de localização das atividades produtivas e a especialização do polo, com o tempo, apresenta capacidade de inovação, mudança e absorção de novas tecnologias, e a participação das instituições que regulam e organizam a coletividade em torno da produção.

Assim, o conceito de território apresenta-se mais rico do que o de economia local. Isso porque o conceito de território, que fundamenta a concepção de desenvolvimento territorial, não é definido apenas a partir de fatores econômicos; outros aspectos são considerados, como as raízes históricas, configurações políticas,

identidades, redes, convenções, ativos relacionais e coordenacionais, capital social, instituições, etc. (CUNHA, 2006, p. 278).

A autonomia de uma coletividade traz subentendida uma territorialidade autônoma, ou seja, a gestão autônoma por parte da coletividade em questão, dos recursos contidos em seu território, que é o espaço por ela controlado e influenciado (SOUZA, 1995, p. 78), apontando para o aparecimento do conceito de desenvolvimento endógeno.

1.2 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Não obstante as elevadas taxas de crescimento econômico e da acumulação de riqueza que se seguiram à II Guerra Mundial, os problemas de pobreza e de desigualdade social, espacial e setorial de renda ainda marcavam a paisagem socioeconômica latinoamericana e do mundo subdesenvolvido em geral.

No entanto, foi em meados da década de 1980 que um novo grupo de teorias sugeriu uma mudança de paradigma. A constatação da irrealidade das hipóteses dos modelos precedentes, particularmente a hipótese de rendimentos decrescentes, foi posta em xeque quando, após mais de duas décadas de sua utilização, permaneceram praticamente intactas as desigualdades socioeconômicas nacionais e regionais. A atenção se voltou, a partir daí, para os fatores endógenos do processo de desenvolvimento.

A teoria do desenvolvimento endógeno surgiu, então, como uma nova concepção para dar fundamentação aos desafios contemporâneos. Segundo Vázquez Barquero (2002, p. 38-39), o surgimento do paradigma do desenvolvimento endógeno se deveu “à insatisfação provocada pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento ‘a partir de fora’ proposto nos anos 1960 e 1970”.

Em diversos casos, as políticas de desenvolvimento regional passaram a ser pensadas sob uma perspectiva regional e endógena, na qual se busca valorizar as potencialidades internas e aproximar atores de uma determinada região. Nesses preceitos, considera-se que são os agentes da própria localidade que, ao adotarem estratégias a partir do potencial de desenvolvimento existente, controlam o processo objetivando aumentar a qualidade de vida (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

O desenvolvimento endógeno pode, então, ser considerado como um processo de mudança estrutural e de crescimento econômico, no qual “a organização do

sistema produtivo, a rede de relações entre atores e atividades, a dinâmica de aprendizagem e o sistema sociocultural são determinantes no processo de mudança”. O território, nesta teoria, é enxergado como um “agente de transformação social”, um “emaranhado de interesses” de uma comunidade, e não como mero suporte físico para objetos, atividades e processos econômicos (VÁZQUEZ BARQUERO, 2002, p. 49-58).

Diversos autores destacam a importância do potencial existente no território, contudo, Moraes (2003) ressalta a importância da participação da população:

No ambiente do território é onde interagem as organizações comunitárias, as unidades empresariais, as redes de infra-estrutura e os intermediários comerciais e financeiros. Isso exige o desenvolvimento de instituições que sejam democráticas, modernas, representativas, transparentes e competentes e que possibilitem o planejamento com participação da população. Para isso, são necessários mecanismos diferenciados de gestão, que articulem os governos e as instituições locais com a sociedade. (MORAES, 2003, p. 6).

A nova forma de atuação da economia regional, calcada na governança local, levou estas instâncias a terem que descobrir modos de se financiar,

Amaral Filho (2001) destaca essa nova forma de atuação da seguinte maneira:

O novo papel do Estado no desenvolvimento local tem se balizado em um modo de intervenção pragmático, o qual não valoriza em absoluto o princípio neoliberal nem o princípio do dirigismo estatal. Quanto ao primeiro, não se aceita a crença cega de que o mercado e os preços são os únicos mecanismos de coordenação das ações dos agentes. Quanto ao segundo, não se aceita o dirigismo generalista que leva à burocracia pesada, à hierarquia rígida e ao desperdício financeiro. Questões como a descentralização administrativa-fiscal-financeira entre as instâncias de governo, a descentralização produtiva-organizacional ocorrida no setor privado e o acirramento da concorrência devido ao ambiente econômico aberto têm criado forte necessidade de se promover em nível local um processo de aprendizagem sempre contínua e interativa entre os trabalhadores, entre estes e as empresas e entre os dois conjuntos e as instituições públicas e privadas. Nesse caso, nem as forças do mercado nem o dirigismo estatal têm condições de proporcionar uma coordenação eficiente desse processo. (AMARAL FILHO, 2001, p. 7).

Nas estratégias de desenvolvimento local, o mecanismo dinamizador seria representado pela resposta dos atores locais aos desafios colocados pelo aumento da competitividade, o que desencadearia os processos de desenvolvimento endógeno. As estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local propõem-se a estimular o surgimento e a expansão das empresas locais e favorecer o

desenvolvimento dos recursos específicos que determinam a capacidade de atração de empresas externas (OLIVEIRA, 2008, p. 5).

A polarização e os centros urbanos surgem em função da industrialização, cidades que possuem características de centros de consumo atraem a industrialização mais intensa, serviços especializados e população. A industrialização faz surgir uma gama de serviços e estimula o crescimento demográfico, que se traduz em urbanização, sendo este um requisito da crescente especialização proporcionadas pela industrialização.

Nos processos de desenvolvimento endógeno, são os atores sociais da própria localidade que, ao adotarem estratégias a partir do potencial de desenvolvimento existente em seu território, controlam o processo de transformação econômica e social, visando aumentar o bem-estar da sociedade local. A acumulação de capital e o progresso tecnológico são tidos como fatores-chave nesse processo de mudança. Os fatores determinantes dos processos de acumulação de capital são reconhecidos como “a criação e difusão de inovações no sistema produtivo, a organização flexível da produção, a geração de economias de aglomeração e de economias de diversidade nas cidades e o fortalecimento das instituições” (VÁZQUEZ BARQUERO, 2002, p. 19).

Sendo o Brasil um país de proporções continentais e com regiões que possuem características muito específicas, um plano nacional de desenvolvimento pode ser comprometido por estas mesmas características, um crescimento em torno da maior concentração de população e, conseqüentemente, de maior industrialização, deu contornos de região desenvolvida a cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, em torno das quais gravitam todo tipo de oferta e especialização nas mais diferentes áreas, restando às outras regiões a gravitação em torno destas cidades (IPARDES, 2006).

No Paraná, onde se inserem os Arranjos Produtivos estudados, a concentração de investimentos antes da política pública de fomento aos APLs se deu em torno da capital, Curitiba, porém à medida que as aglomerações produtivas foram sendo identificadas, tipificadas e selecionadas para o direcionamento de ações do governo do estado entre 2004 e 2007, cidades do interior começaram a receber incentivos para organizarem seu setor produtivo em torno de atividades já consolidadas nas diversas regiões (IPARDES, 2006).

O levantamento das aglomerações produtivas foi realizado em todos os estados do Brasil, tendo como objetivo propor ações coordenadas e medidas de políticas públicas de apoio à competitividades dos produtores locais e de fomento à inovação. A partir deste levantamento e utilização de metodologia de caracterização, surgem oficialmente os Arranjos Produtivos Locais como uma política de fomento e organização dos setores produtivos através de empresas já estabelecidas, porém com baixa organização e isoladas em termos de cooperação e liderança.

Considerando os APLs como os “centros dinâmicos” do desenvolvimento local, podemos imaginar um processo continuado que começa na mobilização dos territórios para o desenvolvimento, através da construção de redes de atores locais, visando à criação de ambientes favoráveis, até a constituição de redes de empresas, que resultará na elevação dos níveis de adensamento empresarial, de especialização produtiva e de dinamismo econômico e social dos territórios (OLIVEIRA, 2008, p.6).

No próximo capítulo, evidencia-se a origem dos APLs e como foram incentivados pela política pública de incentivo no Brasil, sua importância na economia regional, com foco no desenvolvimento da indústria paranaense. A ênfase está no setor de confecções, onde se encontra o maior número de mulheres envolvidas na produção e de mulheres responsáveis pelas indústrias locais.

CAPÍTULO 2

OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO BRASIL

As vantagens de aglomerações produtivas, levando-se em consideração o processo de concorrência capitalista, foram inicialmente apontadas pelo economista inglês Alfred Marshall (1982), em fins do século XIX, o qual atribuiu às experiências analisadas o conceito de Distrito Industrial.

O conceito de distrito industrial foi utilizado para caracterizar as concentrações de pequenas e médias empresas localizadas nos subúrbios das cidades inglesas. A partir da pressuposição de retornos crescentes de escala, Marshall (1982) apontou que as firmas aglomeradas são capazes de se apropriar de economias externas geradas pela aglomeração dos produtores, que não obteriam sucesso caso estivessem atuando isoladamente.

Os retornos crescentes de escala emergem da condição de especialização dos agentes participantes do processo de divisão social do trabalho, propiciando, assim, às unidades envolvidas, ganhos de escala.

Nessa perspectiva, Marshall (1982) apontou três tipos básicos de economias externas oriundas da especialização dos agentes produtivos concentrados geograficamente: o primeiro se refere à presença de economias externas locais, que é a possibilidade de transbordamento de conhecimento e tecnologia. Essa proximidade facilita a circulação de informações e de conhecimentos, fomentando o processo de aprendizado local.

A segunda forma de economia externa diz respeito à atração de fornecedores especializados em setores e segmentos da indústria e serviços ligados à atividade principal mantida no aglomerado produtivo.

Por fim, a economia externa mais citada na literatura se refere à qualificação e ao treinamento de mão de obra, chamado por Marshall de aptidão hereditária: “Os segredos da profissão deixam de ser segredos, e, por isso dizem, ficam soltos no ar, de modo que as crianças absorvem inconscientemente grande número deles”. (MARSHALL, 1982, p. 234).

Nesse mesmo sentido, já no final do século XX, Garofoli (1993 apud BRITTO, 2002, p. 366) trata dos sistemas locais de produção, em especial dos distritos industriais, considerados por ele como pequenas empresas concentradas do ponto de

vista espacial cujos inter-relacionamentos não se prendem a vínculos hierárquicos, e sim a práticas de cooperação bidimensionais. As características dos distritos industriais apontadas pelo autor evidenciam as condições que possibilitam as economias externas, as quais são entendidas como as vantagens advindas das aglomerações produtivas.

As economias externas marshallianas contribuíram para o desenvolvimento da chamada eficiência coletiva. Segundo Schmitz (1999, p.165), a eficiência coletiva é definida como a vantagem competitiva derivada de economias externas locais e ações conjuntas. A eficiência coletiva pode ser considerada não planejada (incidental) ou planejada (conscientemente perseguida). No primeiro caso, os ganhos de eficiência surgem da própria existência da aglomeração industrial, a qual fornece custos reduzidos. Estas são as economias externas marshallianas. No segundo caso, a eficiência coletiva planejada é resultante de ações conjuntas deliberadas de empresas e instituições locais.

As ações conjuntas podem ainda ser divididas em dois grupos, as primeiras ocorrem por meio de empresas individuais cooperando entre si, ao passo que as do segundo grupo ocorrem por meio de grupos de empresas reunindo forças em associações empresariais, consórcios de produtores, sindicatos e outros.

A política pública de fomento aos Arranjos Produtivos Locais (APLs), trazida para o Brasil nos anos 1990, tem sua origem na experiência italiana, que foi a mais significativa em termos de desenvolvimento local, com atores locais e pequenos negócios. A organização administrativa é constituída de um Governo Central (parlamentarista) com 20 regiões e 95 províncias, marcado pela desigualdade entre as regiões, assim como o Brasil.

Numa visão global, a Itália se caracteriza por uma região muito desenvolvida no Norte e Noroeste geográfico, denominada de Primeira Itália; uma grande região reconhecida como a Segunda Itália, onde se registram índices de subdesenvolvimento marcantes historicamente. No caso da Itália, a Região do Centro e do Nordeste tem apresentado avanços continuados em seu desenvolvimento industrial, por meio de aglomerações de pequenas empresas, que é denominada de Terceira Itália.

O processo de industrialização da Terceira Itália evidencia que o planejamento ou a execução de um programa regional de inovação industrial, em um determinado polo, precisa levar em consideração os pré-requisitos e as medidas de motivação, cooperação e de interação que assegurem a sustentabilidade das empresas

contempladas. As iniciativas isoladas de novas empresas motivadas por incentivos fiscais e inexperiência empresarial certamente não resistirão à competitividade e outras dificuldades circunstanciais desfavoráveis ao empreendimento.

O sucesso da Terceira Itália não dependeu apenas de uma vontade e decisão da esfera econômica. O que influenciou o desenvolvimento foi a capacidade em aplicar produtivamente esforços conjuntos em busca da eficiência coletiva.

Por sua vez, Cocco et al. (1999) dizem que a criação de um distrito industrial não depende apenas de características socioculturais, mas também da constituição e da solidariedade de uma rede estável de vínculos com os mercados finais. O intercâmbio de informações, conhecimentos e investimentos serão fundamentais para o desenvolvimento de empresas inovadoras e a estratégia para o alcance de mais competitividade.

Os distritos industriais da Terceira Itália são baseados em agrupamentos de pequenas empresas que desfrutam de uma série de rendimentos coletivos, decorrentes da concentração de especialização de produção e de mão de obra competente em uma mesma área geográfica. Vários autores atribuem o sucesso do modelo de produção às relações sociais entre empresas, governos e sociedade em geral, a cooperação entre empresas (IPARDES, 2006a).

A competição em termos de inovação e as redes de apoio do governo, o capitalismo do bem-estar, voltado para as melhorias sociais e o sistema familiar, foi o que possibilitou a organização dos produtores com base em alianças informais, de forma espontânea e duradoura, sendo que o território que há a mais simples base física para relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais (AZEVEDO, 2003).

A criação de um distrito industrial não depende apenas de características socioculturais, mas também da constituição e da solidariedade de uma rede estável de vínculos com os mercados finais. O intercâmbio de informações, conhecimentos e investimentos serão fundamentais para o desenvolvimento de empresas inovadoras e a estratégia para o alcance de mais competitividade.

Os distritos industriais da terceira Itália proporcionaram uma nova alternativa ao modo de produção, melhorando a renda e as condições sociais da população em geral, além de dinamizar a economia local (BAGNASCO, 2000).

Para o BNDES, os APLs são mecanismos estruturantes da dinamização econômica em dois sentidos: quando amparam os grandes e vários projetos de infraestrutura, como energia, logística, celulose, minério de ferro, petroquímica, hidrelétricas e demais ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); quando se voltam para áreas sem investimento econômico e distante dos financiamentos usuais do BNDES:

[...] a linha prevê desde o financiamento ao planejamento territorial e socioambiental, a infraestrutura urbana, o saneamento, a logística, a saúde, a educação, a cultura e o fortalecimento institucional, até a capacitação produtiva e inovativa para empreendedores e APLs (LASTRES et al., 2014, p. 23).

Dados de 2015 mostram que os 677 arranjos produtivos locais (APLs), presentes em 2.175 municípios brasileiros, são responsáveis por mais de 3 milhões de empregos diretos em 59 setores da economia brasileira. Os dados são da Secretaria de Desenvolvimento da produção do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2018). Desde 2004, o governo federal estimula e atua para que empresas do mesmo setor, ou que fazem parte da mesma cadeia produtiva, organizem práticas de cooperação, interação e treinamento.

Algumas destas estruturas dividem maquinário, outras organizam capacitação e buscam suprir as necessidades de mercado. Além de facilitar o treinamento e capacitação de mão de obra e dividir os custos, para fazer parte de um APL, a empresa precisa estar situada na área de atuação do arranjo produtivo, os arranjos são acompanhados por instituições públicas ou privadas que são as gestoras regionais dos APLs (MDIC, 2018).

Assim, em um país de proporções continentais como o Brasil, os arranjos são acompanhados por entidades que estão próximas e conseguem interferir mais rapidamente, para suprir necessidades específicas de cada setor.

Nem todos os aglomerados produtivos podem se transformar facilmente em pontos de desenvolvimento regional, mas a política pública de fomento aos APLs no Paraná trouxe resultados positivos, que até hoje movimentam economias regionais, como em Terra Roxa e em outros APLs de confecção, a exemplo de Cianorte, Maringá e Apucarana.

A economia externa oriunda da especialização dos agentes produtivos concentrados geograficamente é atribuída à proximidade que facilita a circulação de

informações e conhecimentos, fomentando o aprendizado, atraindo fornecedores especializados e facilitando a qualificação e treinamento de mão de obra, pois o arranjo passa a ser disseminador de conhecimentos, envolvendo o processo produtivo e inovações do setor. As relações que ocorrem entre os atores das aglomerações industriais significam mais do que economias externas planejadas, representam construções sociais específicas aos agentes locais, as quais não podem ser reproduzidas em outros contextos.

São regiões caracterizadas pela presença de redes de pequenas empresas com fortes tradições técnico-profissionais, muito inovadoras e especializadas na produção de determinado bem para clientes que querem qualidade e preço flexível.

O termo Arranjos Produtivos Locais pode ser definido como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência (LEMOS et al., 2003).

Além da relação com o espaço geográfico, podem ser municípios, áreas de municípios, regiões, não se limitando às fronteiras políticas, estando diretamente relacionado com o compartilhamento de visões e valores econômicos, sociais e culturais. A interação permite contatos entre as empresas, promovendo a união das mesmas e expandindo o aprendizado e a confiança mútua (IPARDES, 2006a).

A cooperação coordenada por instituições é necessária para que o APL se fortaleça, estabelecendo formas de cooperação entre as empresas com seus clientes e fornecedores. As instituições podem estabelecer estas formas de cooperação e ajudar os empresários a criarem as regras que todos devem seguir, indicando os padrões normativos que definem as ações esperadas nos relacionamentos sociais dentro de um arranjo produtivo (IPARDES, 2006a).

No Brasil, várias instituições estão envolvidas no apoio e desenvolvimento dos APLs, e são fundamentais para que os pequenos negócios sejam elevados a novos patamares de cooperação, quando não é espontânea, a atingir novos mercados, pois a visão dos pequenos produtores pode ser limitada pelo próprio espaço geográfico e a pensar estrategicamente diante das mudanças econômicas, permanecendo produtivos e competitivos (IPARDES, 2006a).

A estrutura de liderança nos APLs é constituída pelo conjunto de atores envolvidos na atividade e por suas ações de coordenação, e identificação de problemas conjuntos, proposições de soluções e elaboração de estratégias. A

governança dos APLs pode ser estabelecida por entidades privadas ou públicas, ao passo que as públicas são formadas pelos governos locais, enquanto as privadas podem assumir a forma de rede, que é a relação espontânea das empresas, porém estimulada e controlada (IPARDES, 2006a).

O contexto brasileiro em que foi instituído o esforço para identificar, selecionar e apoiar os arranjos produtivos que estavam se formando de forma espontânea no território nacional, em transformação, foi um esforço do Governo Federal através da Portaria Interministerial 200, de 02 de agosto de 2004, que instituiu o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais, em todo o território nacional, com o objetivo de identificar, mapear e definir critérios para o apoio e desenvolvimento de APLs. (MDIC, 2018)

O Grupo de Trabalho para Arranjos Produtivos Locais - GTP APL possui a atribuição de elaborar e propor diretrizes para a atuação coordenada do governo no apoio a Arranjos Produtivos Locais em todo o território nacional, envolvendo 33 instituições (REDE APLs, Observatório Brasileiro de APLs, 2014). A atuação do GTP APL está concentrada na:

Manutenção do tema na agenda pública: participação em eventos nacionais e internacionais sobre o tema; realização e apoio aos eventos nacionais sobre o tema;
Incentivo à organização institucional em torno do tema: oficinas de orientação aos Núcleos Estaduais;
Facilitação das Informações e ações para os Arranjos: divulgação de programas, editais e eventos aos Núcleos Estaduais; recebimento, consolidação e disponibilização dos Planos de Desenvolvimento por APL; ações por Estado; ações por Tipo (Eixos estruturantes);
Cruzamento das ofertas das instituições com as demandas dos Planos de Desenvolvimento e a sua comunicação aos Núcleos Estaduais;
Desenvolvimento de um Sistema de Captação de Informações, dos Núcleos Estaduais, sobre APLs em implementação. (REDE APLs, Observatório Brasileiro de APLs, 2014)

O foco do GTP APL foram 11 APLs piloto, em 5 regiões do país, para testar a metodologia de atuação integrada, na sequência uma lista de 10 APLs prioritários por Estado foi ratificada pelos parceiros estaduais.

Os APLs são aglomerações de empresas de um determinado setor ou cadeia, são constituídos, geralmente, por micro, pequenas e médias empresas, conforme definição do BNDES, precisam de apoio institucional,

[...] uma vez que as grandes quase nunca precisam de instituições de cooperação multilateral para se beneficiarem de ganhos de escala e escopo. Grandes empresas, nos setores que dominam, geralmente internalizam sozinhas os ganhos de escala e escopo, ou então fazem parcerias estratégicas com outras empresas, mas geralmente trata-se de cooperação bilateral e definida por negociação independente de instituições multilaterais, senso de comunidade ou outras questões deste tipo [...] diferentemente das pequenas, as grandes empresas não precisam de políticas para obter a cooperação bilateral ou multilateral que porventura necessitem. Os setores dominados por grandes empresas próximas a centros de pesquisa e ensino ou em locais que possuem uma sofisticada demanda tecnológica, ainda que muitas empresas se beneficiem fortemente ao ter alguns de seus escritórios ou unidades de P&D em tais locais. (BNDES, 2007, p. 32)

Destaca, ainda, que a cooperação multilateral é a principal característica dos distritos industriais italianos, que é o modelo da estratégia de APL adotado no Brasil, afirmando que este tipo de cooperação só é possível quando existe proximidade local, alto nível de confiança e elevado senso de comunidade (BNDES, 2007).

A globalização produtiva proporcionou novas formas de organização da produção, descentralizando processos produtivos, privilegiando cadeias temporárias de abastecimento, utilizando mão de obra não especializada, proporcionando diversos modelos de produção, sendo que os APLs fazem parte deste novo perfil de produção.

2.1 OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO BRASIL

O termo APL tem um significado mais amplo no Brasil, pois a intenção não era apenas conhecer, catalogar e organizar o setor industrial já presente nas regiões, mas também os setores agrícola e de serviços (IPARDES, 2004).

A política pública de fomento aos APLs atinge o que se propõe em um dos seus requisitos básicos enquanto política pública, que é fomentar o desenvolvimento local, com as características produtivas de cada cidade ou região.

O Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL) utiliza a seguinte definição:

Arranjos Produtivos Locais são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (REDE APLs, Observatório Brasileiro de APLs, 2014)

Já para a REDESIST, APL primeiramente foi assim definido:

Arranjos Produtivos Locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentem vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (CASSIOLATO et al., 2002).

O GTP APL formulou um manual de APLs como modelo na execução do plano pelos Núcleos Estaduais. Mostra como os APLs devem se organizar e como irão conseguir financiamento através da política pública. São várias instituições e vários tipos de empreendimentos em todos os Estados brasileiros, mas é necessária uma compreensão da diversidade encontrada nos diversos estados brasileiros. Após 10 anos de atuação do GTP APL como fomento de políticas públicas de desenvolvimento, enfatiza:

O apoio a APLs no Brasil é fruto de uma nova percepção de políticas públicas de desenvolvimento, em que o local passou a ser visto como um eixo orientador de promoção econômica e social. Seu objetivo é orientar e coordenar os esforços governamentais na indução do desenvolvimento local, buscando-se, em consonância com as diretrizes estratégicas do governo federal, a geração de emprego e renda e o estímulo às exportações. (REDE APLs, Observatório Brasileiro de APLs, 2014)

O objetivo desta política pública de fomento de APLs no Brasil é valorizar o desenvolvimento local, para diminuir a desigualdade social, levando em consideração as características de cada região.

2.2 OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO PARANÁ

A partir da Portaria Interministerial 200, de 02 de agosto de 2004, foram criados termos de cooperação em todos os estados, envolvendo agentes econômicos e executores de políticas públicas para conhecer o território paranaense em suas atividades econômicas, identificando estruturas industriais espacialmente concentradas que pudessem ser indutoras de um desenvolvimento descentralizado.

A Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e o SEBRAE/PR promoveram a formação de conselhos temáticos, que buscavam fomentar iniciativa de organização coletiva dos empresários, deslocando um agente para as regiões para

tentar construir a governança local, utilizando metodologia de motivação e sensibilização dos empresários locais e suas lideranças (IPARDES, 2006).

Após levantamento estatístico de todas as 39 microrregiões do Paraná e as 314 classes de atividades, foi construído o universo de aglomerações do estado, a partir do qual seriam identificadas e mapeadas aglomerações geográficas de empresas que poderiam, potencialmente, constituir APLs (IPARDES, 2006).

Foram encontradas 165 aglomerações de empresas em 73 classes de atividades de 33 microrregiões do Estado, ressaltando que o principal objetivo do projeto era produzir evidências que permitiriam substanciar a proposição de ações coordenadas e medidas de políticas públicas de apoio à competitividade de produtores locais e de fomento à inovação (IPARDES, 2006).

No entanto, a proximidade das empresas não era suficiente para os empresários se unirem em torno de propostas de políticas públicas, a ênfase na dimensão local de competitividade, segundo a lógica dos APLs, não deriva apenas da proximidade entre empresas, mas da sintonia entre as empresas e instituições públicas e privadas, direta ou indiretamente vinculadas à atividade econômica predominante.

O grande desafio dos agentes envolvidos no levantamento dos aglomerados produtivos que seriam considerados como APL estava principalmente na identificação daqueles componentes estruturantes dos mesmos e na efetiva integração das políticas estaduais e locais dos APLs apoiados (IPARDES, 2006).

Tanto as indústrias de alta intensidade tecnológica, a exemplo da eletrônica e de telecomunicações, automotiva e química, quanto aquelas tidas como tradicionais, menos intensivas, a exemplo de confecções, aumentaram sua participação na produção e no emprego a partir do final dos anos 1980, isto pode ser verificado nos dados da tabela 1.

Tabela 1 – Participação de Atividades Industriais selecionadas na capacidade instalada da indústria paranaense, 1985, 1990, 1995, 2000 – em %

Atividade industrial	1985	1990	1995	2000
Eletrônica e telecomunicações	1,9	6,2	9,5	7,7
Máquinas e equipamentos	7,1	6,4	4,7	3,5
Automotiva	1,3	8,1	7,3	16,1
Produtos químicos	4,7	4,0	4,6	8,0
Madeira	5,9	4,4	4,0	3,3
Papel e gráfica	2,4	3,6	5,1	4,2
Agroindústrias	20,2	13,2	15,4	12,0
Alimentos	35,9	18,3	18,7	13,5
Malharia e confecções	0,9	0,6	2,4	2,1
Outras	19,7	35,2	28,3	39,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IparDES (2002)

Pelos dados apresentados, nota-se que a estrutura industrial do Paraná se transforma visivelmente com o expressivo crescimento da capacidade instalada de alguns setores. Chama a atenção o crescimento da indústria de malharia e confecções, a qual, embora pouco significativa do ponto de vista de inovação, mais que dobrou sua participação na capacidade instalada da indústria. As sinergias locais e o ambiente empresarial se revelam fragmentados e dispersos em várias regiões do Estado (IPARDES, 2005).

No Paraná, durante o governo de Roberto Requião (2002 – 2006), a estrutura oficial de planejamento passou a trabalhar com o fomento aos APLs através de ações corporativas de empresários no âmbito municipal e regional, com vistas à formação de arranjos produtivos locais em torno de determinadas indústrias. (IPARDES, 2004).

Em 2004, é formada a Rede APL do estado do Paraná, conforme figura 1, integrada por entidades públicas e privadas, que realizaram um diagnóstico detalhado da distribuição das indústrias entre as regiões. É uma instituição que tem o propósito de organizar uma estrutura de governança no âmbito regional, para elaboração e implementação de políticas estaduais; com perfil de uma instituição guarda-chuva, o seu objetivo era dar apoio sistêmico à atuação individual das instituições e organizações, coordenando-as a partir do propósito de cada um dos seus membros.

Após o levantamento das aglomerações produtivas e aplicados os critérios de seleção, foram classificadas 22 aglomerações como possuidoras de características típicas de APLs, que estão distribuídas de acordo com as categorias estabelecidas:

– Categoria Núcleo de Desenvolvimento Setorial e Regional (NDSR) - subconjunto que reúne as aglomerações consideradas importantes para uma dada região ou pela importância na atividade econômica do Estado (IPARDES, 2005).

1. Confecção – Bonés – Apucarana;
2. Esquadrias de madeira – União da Vitória;
3. Mandioca e Fécula – Paranaíba;
4. Metais sanitários – Londrina;
5. Móveis – Araucária;
6. Móveis de Metal e Sistemas de Armazenagem e Logística – Ponta Grossa.

– Categoria Vetor de Desenvolvimento Local (VDL) - considera o conjunto das aglomerações com importância para o desenvolvimento local/regional, porém de menor relevância para o setor no Estado.

1. Confecção – Cianorte;
2. Confecção – Sudoeste;
3. Malhas – Imbituva;
4. Móveis e Madeira – Rio Negro

– Categoria Vetor Avançado (VA) - é composto pelas aglomerações que possuem importância setorial, mas com pouca relevância local/regional por se situar em um tecido econômico mais abrangente, por conseguinte mais diversificado.

1. Aparelhos, Equipamentos e Instrumentos Médicos, Odontológicos e Hospitalares – RMC (região metropolitana de Curitiba);
2. Cal e Calcário – RMC;
3. Confecção – Maringá;
4. Louças e Porcelana – Campo Largo;
5. Software – Curitiba;
6. Software – Londrina

– Categoria Embrião (E) são encontradas as aglomerações que possuem potencial para o desenvolvimento, sem ser, no entanto, relevante para a região e para o setor.

1. Confecção – Moda Bebê – Terra Roxa;

2. Equipamentos e Implementos Agrícolas – Cascavel/Toledo;
3. Instrumentos Médicos-Odontológicos – Campo Mourão;
4. Móveis – Sudoeste;
5. Software – Maringá;
6. Software – Pato Branco e Dois Vizinhos

Os APLs selecionados estão brevemente descritos na Tabela 2, a seguir, cujas informações apresentadas estão nos cadernos do IPARDES (2006) e no relatório final sobre os APLs do Paraná.

Tabela 2 – Resumo das aglomerações consideradas como APLs

continua				
APL / Cidade	Início das atividades	Principais Produtos	Instituições aglutinadoras criadas antes do APL	Nº de empresas em 2004
Bonés/Apucarana	1974	Bonés, bandanas, bolsas, camisetas	ASSIBRA ABRAFAB'Q ACIA Centro Moda	109
Esquadrias de Madeira/ União da Vitória	1939	Esquadrias, portas e janelas	Nenhuma organização aglutinadora antes do APL	47
Mandioca e Fécula / Paranaíba	1955	Farinha de mandioca branca e torrada	Festa Regional da mandioca - 1980	80
Metais sanitários / Loanda	1980	Torneira, metais sanitários e acessórios	AIMESALOR	15
Móveis / Arapongas	1966	Móveis e mobílias em geral, vime, junco e tubulares, vassouras, cortinas, cortinados e estofados	Associação de moveleiros de Arapongas SIMA	160
Móveis de metal e sistema de armazenamento / Ponta Grossa	1965	Móveis de metal e sistemas de armazenamento de metal	Nenhuma organização aglutinadora antes do APL	18
Confecção / Cianorte	1977	Jeans, modinha, camisaria, malhas, lingerie. Moda masculina e feminina, infantil, bebê e praia.	Sindicost Sinvest Expovest Asconvest Asamoda	500
Confecção sudoeste/ Fco Beltrão	1970	Moda infantil, Social Feminina e roupas corporativas	Sinvespar	190

Tabela 2 – Resumo das aglomerações consideradas como APLs

APL / Cidade	Início das atividades	Principais Produtos	Instituições aglutinadoras criadas antes do APL	conclusão
				Nº de empresas em 2004
Malhas Tricô / Imbituva	1975	Confecções masculinas, femininas, infantil e bebê em malha tricô	Associação de Malhas de imbituva	36
Móveis de madeira / Rio Negro	1990	Móveis de madeira em geral	Nenhuma organização aglutinadora antes do APL	167
Equipamentos e instrumentos médico-hospitalares	1990	Equipamentos médicos, odontológicos e hospitalares	Nenhuma organização aglutinadora antes do APL	49
Cal e calcário	1980		Nenhuma organização aglutinadora antes do APL	90
Confecção / Maringá	1980	Produção e moda em geral	Sindinvest	474
Louça e porcelana / Campo Largo	1950	Porcelana, louças e artefatos de cerâmica	Sindilouças	30
Software / Curitiba	1990	Software de gestão empresarial, documentos, saúde e transporte	Intex Softex Anprotec	30
Software / Londrina	1990	Software de gestão empresarial, documentos, saúde e transporte	Adetec	35
Moda Bebê / Terra Roxa	1995	Moda bebê de 0 a 3 anos	Nenhuma organização aglutinadora antes do APL	36
Equipamentos e implementos agrícolas / Cascavel	1980	Equipamentos e implementos agrícolas	Nenhuma organização aglutinadora antes do APL	26
Instrumentos médico-odontológicos / Campo Mourão	1990	Equipamentos médico, odontológicos e hospitalares	Nenhuma organização aglutinadora antes do APL	12
Móveis Sudoeste / Francisco Beltrão	1970	Móveis modulados residenciais e escritório em MDF	Nenhuma organização aglutinadora antes do APL	96
Software / Maringá	2000	Software de gestão empresarial, documentos, saúde e transporte	Incubadora Tecnológica do Paraná	97
Software / Pato Branco e Dois Vizinhos	1996	Software de gestão empresarial, documentos, saúde e transporte	Tecnópole – Centro Tecnológico e Industrial do Sudoeste do Paraná	19

Fonte: Elaborado pela autora (2018). Dados disponíveis nos cadernos do IPARDES.

2.3 REDE APL E AS INSTITUIÇÕES DE APOIO NO PARANÁ

Os 22 APLs descritos na Tabela 2, identificados e apoiados, se tornaram o foco das ações da Rede APLs do Estado do Paraná, mais especificamente por parte do Governo do Estado, do SEBRAE e da FIEP. O conceito de APL que emergiu desse trabalho envolvia atividades do setor formal da economia e notadamente do setor manufatureiro, tanto em função da base de dados utilizada quanto do conceito de aglomeração utilizado. Dessa forma, o que a Rede APL Paraná considerou APLs selecionados pela metodologia desenvolvida por IPARDES (2006), em uma análise conceitual, seria o que alguns autores denominavam de Sistemas locais de produção, como um:

[...] conjunto de empresas com capacidades relacionadas ou afins, de portes variados, mas em geral com um conjunto expressivo de pequenas e médias empresas não integradas verticalmente. Essas empresas, por sua vez, atraem fornecedores e outras indústrias correlatas e de apoio, cuja presença e importância nos sistemas locais são determinadas exclusivamente por forças de mercado. Por fim, surgem também importantes instituições locais de apoio às empresas. (SUZIGAN et al., 2003, p. 15)

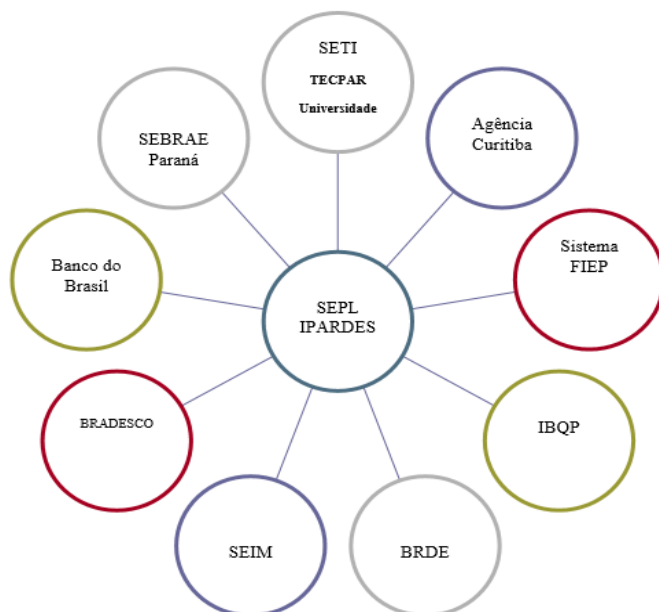
A Rede APL Paraná foi criada em 2004, com a assinatura de Cooperação que, além de instituir o Comitê Gestor da Rede, também conferiu atribuições a todos os seus signatários, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento equilibrado e sustentável no setor produtivo estadual. O diagrama a seguir (Figura 1) revela os principais agentes do comitê gestor no Paraná (IPARDES, 2006, p.3).

Cada uma das Instituições envolvidas teve papel fundamental na implantação dos APLs no Estado do Paraná, atuando como catalisadoras das realidades encontradas em cada APL, fazendo seu papel dentro da Política Pública de Implantação e acompanhamento dos APLs.

A iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia, no final dos anos 1990, que procurou estimular determinados ambientes empresariais e seus respectivos agentes coordenadores, gerou no Paraná, através na FIEP e do SEBRAE/PR, a formação de conselhos temáticos, buscando fomentar as iniciativas de organização coletivas dos empresários, com a expectativa de que os empresários respondessem a estímulos externos e dessem maior visibilidade às demandas e incentivos proporcionados pelas políticas públicas, mas o que unia os empresários era a proximidade espacial, sem

capacidade, ainda, para constituir uma governança que pudesse atender seus interesses.

Figura 1 – Comitê Gestor da Rede APL



Fonte: A autora (2018)

A Rede APL foi formada com o propósito de organizar uma estrutura de governança no âmbito regional, para elaboração e implementação de políticas públicas estaduais. Como instituição guarda-chuva, a Rede APL tem o objetivo de dar sentido sistêmico à atuação individual das instituições e organizações, coordenando o propósito de cada um dos seus membros.

A Rede APL tem como principais objetivos:

- Elaborar termo de Referência que irá nortear os trabalhos a serem desenvolvidos, contemplando o alinhamento de conceitos, terminologias e sistema de gestão das ações de APLs, bem como a Identificação e Caracterização dos Arranjos Produtivos Locais no Estado do Paraná;
- Elaborar Planos de Trabalho Anuais para implementação da Rede APL Paraná e definição de ações específicas e complementares para cada APL definido no Plano de Trabalho;
- Promover maior articulação entre os diversos atores que realizam ações em APLs;

- Desenvolver ações conjuntas que garantam foco e resolutividade na seleção e nas ações de suporte aos arranjos considerados estratégicos;
- Alavancar maior volume de recursos com vistas ao apoio de APLs e definir sua aplicação específica;
- Garantir um ambiente favorável à implantação e consolidação.

2.4 A ESTRUTURA DA REDE APL

A estrutura administrativa da Rede APL está assentada em um comitê gestor, composto por várias entidades públicas e privadas. As instituições públicas, agrupadas em três categorias: instituições de planejamento e execução de políticas públicas; instituições de ensino e pesquisa, em especial pesquisa e desenvolvimento; instituições de financiamento aos APLs. As instituições privadas são enquadradas em duas categorias, a saber: a) com ampla abrangência do ponto de vista geográfico e produtivo; e b) aquelas vinculadas aos interesses de uma atividade específica (IPARDES, 2005c).

2.4.1 Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL Responsável pela coordenação da Rede

O principal foco da SEPL é constituir a governança local dos APLs, ancorada nas prioridades de política de desenvolvimento do Governo do Estado e catalisador das ações das instituições parceiras para organizar os resultados e tornar as empresas e APLs competitivos (IPARDES, 2005c).

2.4.2 Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul - SEIM

Uma das instâncias executoras das políticas públicas através da implantação e coordenação de programas e projetos voltados às atividades industriais e comerciais do Estado do Paraná. Entre os objetivos da SEIM, destacam-se o desenho de programas de fomento para investimento no Estado, incentivo a iniciativas inovadoras e formação de parcerias entre organizações governamentais e privadas, e a competitividade das empresas em mercados mundiais (IPARDES, 2005c).

2.4.3 Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior – SETI

Nesta categoria de desenvolvimento científico e tecnológico, faz parte do comitê gestor, assim como as Universidades Estaduais vinculadas, a saber, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (IPARDES, 2005c).

2.4.4 Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES

Órgão de Pesquisa da Secretaria do Estado de Planejamento e Coordenação Geral, o IPARDES é uma Instituição de pesquisa vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL. Sua função é estudar a realidade econômica e social do Estado para subsidiar a formulação, a execução, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas.

Dentre as atribuições do IparDES, estão: realizar pesquisas e estudos, elaborar projetos e programas, acompanhar a evolução da economia estadual, fornecendo apoio técnico nas áreas econômica e social para a formulação das políticas estaduais de desenvolvimento. Cabe ao IparDES, também: coordenar, orientar e desenvolver atividades técnicas compreendidas no Sistema Estadual de Informações Estatísticas, visando subsidiar, com dados estatísticos, os estudos voltados ao conhecimento da realidade física, econômica e social do Estado (IPARDES, 2005c).

2.4.5 Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR

É uma empresa pública do Governo do Estado do Paraná fundada em 1940. Os negócios do Instituto são divididos em quatro grandes áreas: Indústria e Saúde, com a plataforma de Kits diagnóstico, produção de vacina antirrábica e desenvolvimento de novas tecnologia na área da saúde. Desenvolvimento Tecnológico e Serviços, com desenvolvimento de soluções tecnológicas e realização de ensaios. Empreendedorismo Tecnológico Inovador, com ações em incubadoras tecnológicas e parques tecnológicos, como o Parque Tecnológico da Saúde e Educação, com sua Plataforma de Educação à Distância, oferta cursos de capacitação profissional e tecnológica ao mercado privado e aos servidores públicos paranaenses. Além disso, o Instituto atende demandas do Governo do Estado, sendo

executor de projetos na área de energias renováveis e empreendedorismo tecnológico (IPARDES, 2005c).

2.4.6 Sistema da Federação de Indústrias do Estado do Paraná – FIEP

Abrange todos os sindicatos empresariais do Estado, bem como Instituto Evaldo Lodi – IEL, SENAI, SESI, entidades voltadas para a formação de força de trabalho. Seu papel é ampliar a cooperação entre os empresários, proporcionando a difusão do conceito de APL como uma forma de organização industrial, com foco na governança local, despertando a liderança e melhorando a atuação de empresários e empresas através do planejamento estratégico, qualificação da mão de obra, desenvolvimento tecnológico, marketing e preocupação com as questões ambientais (IPARDES, 2005c).

2.4.7 Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade – IBQP

Criado através da cooperação técnica entre Brasil e Japão em 1995, é uma entidade formada por empresas, entidades governamentais, organizações empresariais e trabalhistas, além de instituições técnico-científicas. Seu propósito é promover a competitividade das empresas em suas atividades empresariais específicas (IPARDES, 2005c).

2.4.8 Agência Curitiba

Criada em 2007 pela Prefeitura de Curitiba, está voltada ao fomento da atividade econômica no Município de Curitiba, através do fortalecimento do ambiente empresarial para o qual o investimento em tecnologia é estratégico, atraindo investidores. É sustentada por organizações como a FIEP, Federação do Comércio do Estado do Paraná (FECOMÉRCIO) e Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (FACIAP).

2.4.9 Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE

De imensa importância na fase de ações voltadas para a construção da governança em várias aglomerações industriais, tem a capilaridade necessária para

difundir valores cooperativos entre as empresas e ações pontuais voltadas para problemas específicos e para a capacitação das empresas para competir, com três focos: acesso ao mercado, gestão empresarial e inovação tecnológica (IPARDES, 2005c).

2.4.10 Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE foi fundado em 15 de junho de 1961 pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com o objetivo de fazer o Sul do Brasil prosperar. Desde então, o BRDE tem sido um parceiro que apoia e acompanha o desenvolvimento de projetos para aumentar a competitividade de empreendimentos de todos os portes na região. Trata-se de uma referência em financiamentos de longo prazo para investimentos, capaz de transformar projetos em realidades. É uma Instituição financeira pública de fomento, controlada pelos três Estados do Sul e que conta com autonomia financeira e administrativa (IPARDES, 2005c).

O BRDE está sujeito a acompanhamento e controle do Tribunal de Contas, bem como à fiscalização do Banco Central do Brasil. Conta, hoje, com 564 colaboradores nos três Estados. Sua estrutura administrativo-organizacional é determinada por Regimento Interno estabelecido pelo Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul – CODESUL e fundamentada por Atos Constitutivos aprovados pelas Assembleias Legislativas dos Estados-Membros. Com sede administrativa e agência na cidade de Porto Alegre (RS), possui também agências em Florianópolis (SC) e em Curitiba (PR), além de um escritório de representação no Rio de Janeiro (RJ) e espaço de divulgação em Campo Grande (MS). Possui também espaços de divulgação em 10 cidades da Região Sul (IPARDES, 2005c).

2.4.11 Banco Brasileiro de Descontos S/A – Bradesco

Instituição financeira de suporte aos empreendimentos no que diz respeito a financiamentos e fomento à produção (IPARDES, 2005c).

2.4.12 Banco do Brasil – BB

Instituição Pública, financeira, com o objetivo de fomentar o crescimento do país em vários setores, inclusive o produtivo, fomentando a economia de pequenos negócios. O Banco do Brasil promove o aumento das atividades econômicas regionais (IPARDES, 2005c).

A SEPL assumiu o papel de coordenação da Rede APL, porém as ações foram promovidas pelos demais integrantes da rede, faltando um plano de ação do governo em forma de política pública que pudesse sustentar e direcionar as ações dos demais integrantes.

A Rede APL identificou cerca de 114 supostos APLs, que neste momento eram denominados de aglomerações, e em algum momento tinham sido alvo de alguma ação de política. A prioridade dada aos 22 APLs decorreu de um conjunto de critérios, percebendo-se que, nesses 114, havia algum grau de integração local, mas que não poderiam ser alvo de eventuais políticas naquele momento, na medida em que os 22 apresentavam-se como mais avançados em termos de organização e integração.

Apoiada pela metodologia utilizada, a Rede APL decidiu não priorizar outras divisões da CNAE, tais como serviços e agropecuária, em função de que as bases de dados relativas a estas atividades não eram satisfatórias para uma análise adequada e apurada como feito com os 22 APLs selecionados e as 114 aglomerações.

A visão da Rede APL era de que não havia consistência política em dar prioridade a um suposto APL, por critérios meramente subjetivos e não quantitativos, e não apoiar outro que também, na visão dos interessados, poderia ser APL. Os APLs representam um quadro de referências, a partir do qual podem ser analisados os processos de geração, difusão e uso de conhecimentos e da dinâmica produtiva e inovativa de uma região, entendendo a produção e a inovação como processos de aprendizagem sistêmicos, que resultam da articulação de distintos atores e competências.

Alguns APLs paranaenses já foram alvo de estudos sistematizados, porém nosso interesse se concentra nos APLs de confecções do Estado, pois além de representarem uma importante atividade na região onde estão inseridos, estes APLs concentram um número muito grande de mulheres que trabalham diretamente com a atividade, e sendo a atividade de produção de peças de vestuário reconhecida como uma das atividades considerada quase que natural da mulheres, a intenção inicial era

fazer um estudo mais aprofundado nos 6 APLs de confecções: Apucarana, Cianorte, Francisco Beltrão, Imbituva, Maringá e Terra Roxa.

Porém, comparando os dados dos APLs, conforme descrição no Capítulo 3, fica evidente que os 6 APLs são muito heterogêneos, tanto em produtos quanto em tamanho, o que poderia criar uma dificuldade muito grande quando comparados. A escolha pelos APLs de Terra Roxa e Imbituva se justifica em função do perfil das cidades serem semelhantes, são os dois menores APIs de confecções do Paraná e se igualam em volume de produção e número de pessoas envolvidas na atividade.

CAPÍTULO 3

HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS APLS DE CONFECÇÃO DO PARANÁ

Os APLs integrantes da presente pesquisa foram escolhidos pelas características em comum: a produção de produtos de vestuário, a moda masculina e feminina, a infantil, de diversos tipos de tecido e malhas, malhas tricô e bonés.

Foram selecionados para esta pesquisa porque apresentam um número significativo de mulheres envolvidas. Nesta pesquisa não foi incluído o APL de confecções de Londrina, porque ele foi integrado ao rol de APLs 4 anos depois do levantamento inicial para escolha dos aglomerados produtivos.

Os APLs de confecção do Estado do Paraná nasceram da iniciativa de pequenos fabricantes, muitos no espaço das casas, com produção limitada, atendendo à demanda da cidade, sem pretensão de atingir mercados maiores. Assim, foram se estruturando aos poucos e acompanharam as mudanças na política econômica do país. Como exemplo, temos a retração do setor na década de 1990, quando o governo abriu o mercado para o comércio de produtos têxteis importados da China.

Os produtores locais precisaram se readequar às novas demandas do mercado, procurando diferenciar seus produtos para que pudessem enfrentar a concorrência, oferecendo diferenciais em seus produtos e em alguns casos até exportar.

A descrição a seguir traz uma perspectiva da evolução dos APLs de Confecção do Paraná, a história e caracterização de cada um deles, a saber: Apucarana, Cianorte, Francisco Beltrão, Imbituva, Maringá e Terra Roxa. O ponto de ruptura para esta análise é o relatório do IPARDES quando do levantamento das aglomerações produtivas existentes no Paraná e que passaram a receber acompanhamento externo.

Segundo dados do IPARDES, o Estado do Paraná era o segundo maior produtor do País no setor têxtil confecções em 2006, quando os dados para a estruturação dos APLs foram levantados. O setor reunia 4.345 empresas e empregava 67.426 mil trabalhadores, o que representava 14% da mão de obra industrial ocupada no estado, credenciando-se como o setor que mais empregava no âmbito estadual. As indústrias de confecção paranaenses produziam cerca de 216 milhões de peças por ano e faturavam anualmente R\$ 3,5 bilhões (IPARDES, 2006).

Uma descrição dos 6 APLs de confecção com a intenção de ressaltar as principais características será feito nos itens abaixo e, na sequência, o aprofundamento nos 2 APLs escolhidos para as entrevistas: APL de Malhas de Imbituva e de Moda Bebê de Terra Roxa.

3.1 APL DE BONÉS DE APUCARANA

O APL Bonés de Apucarana sediava duas grandes empresas que atuavam no ramo de fiação: tecelagem e acabamento de tecidos. Essas empresas forneciam tecidos para indústrias locais e de todo o País. Também em Apucarana estava instalada uma unidade de fiação de um grande grupo do segmento têxtil, cuja produção de fios era exclusiva, especialmente para a produção do índigo de marcas famosas.

Vinculados ao segmento do vestuário, destacavam-se, ainda, dois outros setores: o de confecção de bonés e o de confecção de uniformes e vestuário de segurança, cuja maior empresa, líder nacional no mercado de calçados de segurança, estava instalada em Apucarana.

O segmento de bonés concentrava um número significativo de estabelecimentos, sobretudo empresas de pequeno porte, no município de Apucarana, que se destacava em âmbito nacional como o maior polo de confecções de bonés do país. (IPARDES, 2004a).

Esses indicadores permitem afirmar que, apesar da diversidade industrial verificada no município e na microrregião de Apucarana, o APL de Bonés revelava especialização e concentração de empresas na atividade de confecções, mais especificamente na confecção de bonés, as quais colocam o APL como um dos principais geradores de emprego nessa atividade no Estado, com potencial de geração de empregos, renda e até mesmo de arrecadação de impostos significativos para o município (BARROS; KRETZER, 2003).

As oportunidades de trabalho e renda, graças ao segmento de confecções de bonés e de facções, ampliaram-se em toda região, particularmente nos bairros periféricos do município de Apucarana, onde tal atividade foi o principal condicionante para a fixação dos jovens em seus locais de origem (PLANO de Desenvolvimento, 2005).

Por reunir um número representativo de empresas do mesmo segmento, apresentar especialização produtiva e manter vínculos de articulação, Apucarana foi identificada pelo Governo Federal como um APL local. O APL tornou-se referência nacional, aproveitando a tradição de confecções e nicho de mercado em ascensão, concentrando atualmente mais de 80% da produção de bonés do país, o que torna o município de Apucarana conhecido como a “Capital Nacional do Boné” (IPARDES, 2006a).

O município de Apucarana situa-se estrategicamente no centro do Corredor da Moda, assim chamada a região entre Norte e Nordeste do Paraná referente ao eixo Londrina – Apucarana – Maringá – Cianorte – Umuarama, que aglomera empresas de todo o setor do vestuário. Desse modo, também sofre a influência desses polos regionais, com acesso a várias instituições e aos eventuais serviços e apoios ofertados por elas. Londrina possui 23 ativos institucionais e Maringá 19 ativos, entre instituições de ensino superior, institutos de pesquisa, incubadoras, parques tecnológicos e laboratórios. Destacam-se, entre as instituições de ensino superior, a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e a Universidade Estadual de Maringá (UEM). Além disso, Londrina e Maringá concentram, também, a oferta de cursos técnicos deste eixo (IPARDES, 2017).

Com referência ao número de estabelecimentos, a indústria do Vestuário mostrou expansão significativa, com a criação de 229 estabelecimentos no período 2007-2015, enquanto na atividade de confecção de acessórios a quantidade de estabelecimentos reduziu lentamente durante o período.

Para ambas, o maior número de estabelecimentos é de pequeno porte, com até 49 vínculos empregatícios (IPARDES, 2016)

Em termos de Valor Adicionado, verificou-se que a atividade de confecção de artigos de vestuário e acessórios perdeu participação na indústria da microrregião de Apucarana, de 5,41% em 2007 para 4,88% em 2015. O crescimento de 21,0% no período 2007-2015 nesta indústria foi inferior ao crescimento médio da indústria na microrregião (36,7%). Com isso, parte de sua participação no valor adicionado foi redistribuída para as demais indústrias presentes na região (IPARDES, 2016)

3.2 APL DE CONFECÇÕES DE CIANORTE

Até os anos 1970, as cidades do Norte do Paraná cresceram e prosperaram graças à produção do café, mas no final da década a situação mudou radicalmente, após as geadas de 1975, desencadeando desemprego e êxodo rural (IPARDES, 2006f).

Em 1977, integrantes de uma família de libaneses da cidade, que já comercializavam confecções vindas de São Paulo, abriram uma empresa e, a partir de sua experiência bem-sucedida, novas empresas foram surgindo. À mesma medida do crescimento das empresas, foi se criando uma estrutura institucional compatível, por meio da instituição do Sindicato dos Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores da indústria de Confecções de Cianorte (SINDICOST), criado em 1987, e Sindicato das Indústrias do Vestuário de Cianorte (SINVEST), criado em 1988 (IPARDES, 2006f).

No início da década de 1990, foi realizada a primeira EXPOVEST – a maior exposição feira do vestuário da região, sob a coordenação da Associação das Indústrias de Confecção e Vestuário de Cianorte (ASCONVEST). Diante do crescimento rápido e evolução do ramo de confecções, as instituições buscaram técnicos e instrutores especializados e instalaram na cidade vários cursos, visando a especialização da mão de obra (IPARDES, 2006f).

Na sequência, o turismo de compras foi incentivado, através da construção de shoppings atacadistas na entrada da cidade e para organizar melhor as vendas foi criada a Associação de Shoppings Atacadistas de Moda de Cianorte (ASAMODA), que se transformou em uma Associação de Lojistas. Cianorte destacava-se em nível nacional como o maior polo atacadista de confecções do Sul do Brasil, conhecida como a “Capital do Vestuário”, e esforços foram feitos para que se tornasse conhecida como a “Capital da Moda” (IPARDES, 2006f).

O APL contava com mais de 500 empresas de confecções, com a produção concentrada na confecção de jeans, modinha, camisaria, malhas, lingerie, moda social masculina e feminina, moda infantil e infanto-juvenil, linha bebê e praia, com mais de 5 milhões de peças/mês. Contava, ainda, com mais de 400 lojas da fábrica distribuídas em 5 shoppings atacadistas de confecções (IPARDES, 2006f). A matriz industrial do noroeste do Estado era, então, fortemente condicionada por dois grupos-chaves. O primeiro, da agroindústria, tinha na base agrícola local a matéria-prima principal para suas atividades, isto é, empresas que industrializam cana-de-açúcar, bovinos, aves,

mandioca e laranja. O segundo grupo, de confecções, com a expansão da indústria do vestuário forma um polo com referência nacional.

O segmento de confecções apresentou elevado crescimento na malha produtiva e de postos de trabalho, proporcionando o aparecimento de inúmeros estabelecimentos pulverizados pelos municípios microrregião de Cianorte e do entorno, o que constitui uma alternativa de renda e emprego (IPARDES, 2004b). Os municípios que compõem o arranjo compartilham essas características regionais, em particular o de Cianorte, que se destaca em termos econômicos, possuindo importante base agropecuária, forte atividade industrial e setor comercial bastante diversificado.

Ao longo de sua história, Cianorte experimentou uma grande transformação em seu perfil socioeconômico. De economia predominantemente rural, o município cresceu muito na atividade industrial, principalmente motivado pela indústria da confecção e, ao longo de 25 anos, tinha se consolidado como polo regional nesse ramo industrial (IPARDES, 2006f).

Dados de 2016 apontam que a cidade possui 22.917 pessoas empregadas. A indústria de confecções de artigos do vestuário e acessórios e indústria têxtil lideram número de empregos, são 454 empresas. O PIB de Cianorte corresponde à 51% do PIB da microrregião composta por 11 cidades.

3.3 APL DE CONFECÇÕES DE FRANCISCO BELTRÃO

Este APL teve início na década de 1970, nos municípios de Francisco Beltrão e Ampére, produzindo moda masculina e feminina. A expansão do setor se deu com as facilidades ofertadas pelo Programa Bom Emprego Fiscal (1991-1994), que beneficiou vários empresários (IPARDES, 2006c).

Nas décadas de 1980 e 1990, a atividade se estendeu para outros municípios do sudoeste, ocorrendo também uma diversificação dentro do próprio segmento. Esta ampliação resultou no surgimento de novas empresas, que passaram a produzir moda infantil, moda social feminina e roupas corporativas, bem como prestar serviços para terceiros e, em alguns casos, criar marcas próprias (IPARDES, 2006c).

Em junho de 1992, foi fundado o Sindicato das Indústrias do Vestuário do Sudoeste do Paraná - SINVESPAR, que tinha como missão atuar como representante corporativo da indústria do vestuário da região sudoeste (patronal) (IPARDES, 2006c).

O segmento de confecções do sudoeste possuía, em 2004, 190 empresas formais, atuando no mercado regional, estadual e nacional (IPARDES, 2006c). Uma característica no histórico do segmento refere-se aos tipos de confecções que deram origem às empresas, a modinha (confecções de peças femininas diversas) e as faccionistas (confecções de calça social e camisaria), que, via de regra, abasteciam as lojas de vendas de vestuário da região.

A partir de fins da década de 1980 e início dos anos 1990, essa atividade espalhou-se por outros municípios do sudoeste, ocorrendo uma diversificação de produtos dentro do próprio segmento. Em 2000, o Sudoeste registrou a maior taxa de atividade e a menor taxa de desemprego dentre todas as mesorregiões paranaenses, bem como um crescimento do emprego formal acima da média estadual, fatores que, certamente, condicionaram parcela significativa do seu bom desempenho geral (IPARDES, 2004).

Levantamentos de 2018 demonstram que a indústria de transformação gera cerca de 4.160 empregos, são 383 indústrias, sendo 101 no setor metalomecânico, 49 no setor têxtil, couro e confecções (FIEP, 2018)

3.4 APL DE MALHAS DE IMBITUVA

Por volta de 1975, a senhora Alcione Chioratto comprava malhas em Ponta Grossa e revendia em Imbituva. A empresa que fornecia as malhas ofereceu o maquinário para que ela confeccionasse suas próprias malhas. A pioneira ofereceu sociedade à Irene Bobato e, assim, fundaram a primeira malharia de Imbituva. A partir daí e da organização de um grupo de mulheres, as pioneiras, como são conhecidas no local, ensinavam a atividade de tecer para outras mulheres e com o passar do tempo estas vieram a abrir suas próprias confecções.

Em 1980, havia 10 confecções que competiam acirradamente entre si em Imbituva e região, e com a chegada de uma nova liderança na cidade, a senhora Maria Aparecida Usso Deneka, que também montou sua malharia e articulou, junto à Prefeitura e 11 empresários, a realização da primeira Feira de Malhas de Imbituva, em 1983. Em 1985, já havia 33 empresas participantes e, em 1990, o evento chegou a ter 120 empresas expositoras.

Na década de 1990, com a concorrência externa advinda da abertura do mercado, o setor sofreu um encolhimento, pela falta de estrutura para competir com

produtos importados. Nesta época, inicia-se uma reestruturação no setor com a compra, por uma das empresas, de uma máquina de tecelagem computadorizada, que revolucionou o processo produtivo do APL de Imbituva (IPARDES, 2006d).

Em 2002, comportava o maior número de empresas produtoras de malhas retilíneas e tricô do Estado, de acordo com os dados da RAIS (2003), caracterizando uma aglomeração com significativa importância para a economia local, em termos de geração de emprego e renda. Contudo, a atividade industrial predominante no município, no que se refere à geração de empregos formais, é a madeireira (IPARDES, 2006d).

Do total de empregos industriais de Imbituva (3.978), 50% estavam concentrados no ramo madeireiro, preenchido, em sua grande maioria, por mão de obra masculina, enquanto o ramo de malharias constituía o segundo maior segmento industrial a absorver a mão de obra local, sendo o principal responsável pelo emprego feminino, predominante nesse tipo de atividade (IPARDES, 2006d).

Havia ainda um número desconhecido de trabalhadores domiciliares que prestavam serviços em algumas das etapas do processo produtivo, principalmente nas de bordado, crochê e acabamento em geral (IPARDES, 2006d).

À medida que se ampliou o número de empresas e a cidade adquiriu reputação como área produtora de malhas, surgiu e se intensificou o turismo de compras, o que consolidou o comércio atacadista local, constituindo um canal de comercialização importante para o segmento (IPARDES, 2006d).

Quanto ao perfil dos empresários, ressaltava a maioria (75%) de mulheres no comando das empresas. Em decorrência dos resultados financeiros favoráveis, há também homens que acabam se dedicando integralmente a esse ramo. Havia, ainda, muitos casos em que o marido (chefe da família) da proprietária, mesmo atuando em outro ramo de atividade (madeireira, principalmente), acabava prestando auxílio na administração dos negócios da esposa, especialmente no que tange aos aspectos financeiros da empresa (IPARDES, 2006d).

Dados atualizados de Imbituva estão expostos no Capítulo 5.

3.5 APL DE CONFECÇÕES DE MARINGÁ

A atividade de confecção de vestuário em Maringá iniciou na década de 1980, como uma atividade de mulheres e suas famílias que procuravam uma forma de

aumentar a renda familiar, e envolveu a população local, resultando em uma grande expansão do setor, intensificado a partir de 1990.

A atividade de confecções foi responsável por um faturamento de R\$ 224 milhões, aproximadamente 6% do faturamento da atividade industrial na Microrregião de Maringá (SEFA, 2003). Por outro lado, caracterizava-se pela elevada participação no emprego industrial regional, do qual representa 25%. Cabe salientar que, nesta microrregião, o emprego na confecção estava praticamente concentrado no município de Maringá, que respondia por 84% dos postos de trabalho formais do setor. Pelos dados da RAIS (2003), existiam 569 estabelecimentos registrados na microrregião, dos quais 474 (83%) estavam localizados no seu município polo (Maringá), com predominância de micro e pequenos, inexistindo grandes estabelecimentos com 250 ou mais empregos (IPARDES, 2006b).

A atividade era relativamente nova na região, sendo a maioria das empresas criadas nos últimos 20 anos, o que propiciou o surgimento de uma nova geração de empresários locais. Alguns deles relacionaram as dificuldades de interação dos empreendedores locais com a recente formação deste empresariado (IPARDES, 2006b).

Nesta visão, a geração pioneira na atividade era constituída por pessoas oriundas do meio rural, que viram na atividade de confecção uma alternativa de ocupação e renda urbana, ou seja, uma base cultural não vinculada, na sua origem, ao “mundo da moda”. Essa nova visão da atividade começou a se consolidar a partir da década de 2000 (IPARDES, 2006b).

Maringá possuía instituições (Sindinvest, Vestpar) com um papel importante na organização e representação política do setor de confecção na região e no Estado, porém, sua atuação, em termos de promoção de ações coletivas que visassem maior eficiência e competitividade da aglomeração produtiva local, em 2004 eram muito incipientes (IPARDES, 2006b).

Contudo, já se observavam algumas iniciativas locais, tais como: a organização de um consórcio para exportação envolvendo cerca de 60 empresas da região (Programa Setorial Integrado – PSI); o fortalecimento da produção regional por meio do desenvolvimento de ações integradas (Projeto Corredor da Moda, capitaneado pelo Conselho de Desenvolvimento de Maringá (Codem), que previa reunir empresas localizadas no eixo Londrina-Maringá); e a instalação de um Condomínio Industrial, abrigando empresas do ramo e a sede do Sindinvest.

Comparativamente aos demais APLs do segmento no Estado, as empresas de confecções instaladas em Maringá caracterizavam-se por maior heterogeneidade no seu nível tecnológico e diversidade em sua pauta de produtos, desde a produção especializada em jeans até aquela direcionada a públicos segmentados, como moda gestante, moda ginástica, moda social, lingerie, entre outros. Apesar disso, as empresas locais utilizavam com menos frequência a prática de terceirização de etapas do processo produtivo (IPARDES, 2006b).

De acordo com o Sindinvest, eram 10 as empresas avançadas tecnologicamente, sendo elas responsáveis por aproximadamente 20% a 30% da produção do segmento no município. O grande mercado da região era nacional, especialmente os estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul (IPARDES, 2006b).

Maringá constituiu um grande centro distribuidor, com toda a infraestrutura necessária para a realização das operações de venda. Em termos de exportação, representava no máximo 5% de toda a comercialização do arranjo.

A aquisição de matéria-prima era feita predominantemente junto a fornecedores de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com reduzida parcela das compras realizadas no Paraná. Cabe ressaltar que a Microrregião de Maringá foi a que apresentou o maior número de classes industriais relacionadas para o setor de confecções, com relevância estatística, ou seja, com densidade de estabelecimentos e especialização produtiva (IPARDES, 2006b).

A modernização aconteceu pela adoção de novas tecnologias, e o número de empresas do setor cresceu ao longo dos últimos anos, aumentando a produtividade e a competitividade das empresas da região (IPARDES, 2006b).

A atividade de confecção destacava-se na região Noroeste do Estado, especialmente no entorno do Município de Maringá. A localização dessa atividade na região contemplava 10 municípios, com a dinâmica determinada pelo Município de Maringá. A cadeia produtiva da atividade de confecção da região de Maringá encontrava-se relativamente bem estruturada e contava com sete estabelecimentos relacionados às atividades da agroindústria e beneficiamento (IPARDES, 2006b).

O setor de fiação estava presente nos municípios de Maringá e Mandaguari e centrava sua produção na fabricação de fios de algodão e seda. Assim, quase a totalidade dos tecidos requeridos pela indústria de confecção era adquirida em outros estados ou países.

Quanto ao ramo de tecelagem e malharia, observava-se um número expressivo de empresas que atuavam nas mais diversas classes de atividades, fato que instiga a investigar a existência de uma especialização produtiva. Acrescentavam-se a esse segmento as atividades de produção, distribuição e comercialização de aviamentos presentes na região (IPARDES, 2006b).

O setor de confecção representava o elo mais forte da cadeia produtiva na região, e a classe mais importante era a de confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas, blusas e camisas. Essa atividade destaca-se diante das demais atividades econômicas da região pela sua capacidade de empregabilidade. Trata-se de um setor cuja utilização de mão de obra se dava intensivamente, embora esta estivesse cada vez mais qualificada para o exercício da atividade (IPARDES, 2006b).

O setor de confecção de vestuário possuía um grande número de micro, pequenas e médias empresas e respondia por um grande volume de emprego, especialmente o familiar. Além disso, especializavam-se e se complementavam por meio de relações de subcontratação (IPARDES, 2006b).

Desde 2013, o setor entrou em crise e demonstrou recuperação em 2019, quando cresceu cerca de 1%. São 341 empresas e 3.907 empregos em Maringá e na região são 919 indústrias (22,3% do total do Paraná, no polo de confecções, segundo dados do Sindinvest Maringá. (CARDOSO, 2019).

3.6 APL MODA BEBÊ DE TERRA ROXA

O APL de moda bebê de Terra Roxa teve início em 1995 e surgiu ao acaso, partiu da necessidade econômica pessoal de uma moradora local, e na sequência a constatação de um mercado promissor a ser explorado. Com essa constatação, a precursora da ideia especializou a mão de obra no bordado e, a partir desse momento, criou-se uma nova atividade para o município.

À medida que as roupas infantis bordadas foram ganhando mercado, a especialização produtiva advinda da inovação introduzida pela indústria pioneira contribuiu para uma nova divisão do trabalho em Terra Roxa, a qual transformou a população local nos profissionais que a indústria de confecções precisava.

Assim, a indústria pioneira transformou-se em uma “empresa-escola”, colaborando para o surgimento e o crescimento de um novo conjunto de ofícios, estimulando o avanço do setor no município (WILLERS, 2006). Algumas pessoas que

trabalharam nessa indústria decidiram sair da empresa e abrir suas próprias indústrias; tem-se, a partir deste momento, a figura do “empresário imitador”, responsável direto pela construção de novas indústrias e, conseqüentemente, pela expansão da divisão social do trabalho e geração de novos empregos.

Assim, o crescimento do número de indústrias especializadas em confecções de roupas infantis bordadas em Terra Roxa foi resultado do conhecimento especializado advindo da divisão do trabalho, da rentabilidade do ramo produtivo e do “espírito empreendedor”, estendido aos seus moradores pelas próprias indústrias, cujas características tácitas, coletivas e cumulativas favoreceram a atual composição do APL (IPARDES, 2006e).

De acordo com os dados da RAIS (2003), a atividade gerava 651 empregos formais (considerando-se todas as classes CNAE referentes à confecção), representando 24% do total do emprego da atividade de confecções na Microrregião de Toledo e 65% do total do emprego industrial formal do município de Terra Roxa. A atividade de confecções dinamizou-se na cidade, e os atores locais estimavam que havia, em 2004, cerca de 2.500 trabalhadores ocupados nesse ramo (IPARDES, 2006e).

A atividade era responsável por aproximadamente 30% da economia do município, com faturamento mensal em torno de R\$1,5 milhão e produção estimada em 200 mil peças/mês, comercializadas via representação comercial em vários pontos de venda espalhados pelo território nacional. Segundo dados da RAIS (2003), o arranjo era composto de 36 estabelecimentos, os quais poderiam ser classificados como: 26 micro, 8 pequenas e 2 médios (IPARDES, 2006e).

Todas as empresas eram de propriedade de moradores de Terra Roxa, o que era apontado pelos empresários como fator positivo e decisivo para a melhor interação entre os agentes, para o desenvolvimento de ações conjuntas e para ampliar a confiança mútua. Esse fator estava associado ao fato de a atividade ser relativamente recente na região quando do levantamento dos dados, uma “cultura nova” que propiciou o surgimento de uma nova geração de empresários locais estava sendo consolidada.

Do ponto de vista institucional, o arranjo estava ancorado no Comitê Gestor do APL, que confirmava a governança local. Esse comitê estava estruturado em sete grupos temáticos: recursos humanos; exportações; governança; paisagismo e design; marketing e compras conjuntas; competitividade sustentável; e área empresarial. O

APL, instituído juridicamente, viabilizava a realização de convênios e parcerias institucionais, e também a participação ativa em feiras e eventos políticos ligados ao setor (IPARDES, 2006e).

A origem do APL de moda bebê de Terra Roxa é singular. A grande maioria dos empresários nasceu em Terra Roxa ou está no município há pelo menos 20 anos. Apenas uma minoria fixou residência no município há menos de 5 anos, atraída pelo polo de confecções de roupas infantis. Assim, a maioria dos empresários, por residir em Terra Roxa há mais de duas décadas, acompanhou o processo de declínio e de retomada do crescimento econômico do município; ou seja, vivenciou o declínio dos cafezais, a modernização da agricultura e a formação da base industrial de confecções de roupas infantis (IPARDES, 2006e).

Assim, o crescimento do número de indústrias especializadas em confecções de roupas infantis bordadas em Terra Roxa foi resultado do conhecimento especializado advindo da divisão do trabalho, da rentabilidade do ramo produtivo e do “espírito empreendedor”, estendido aos seus moradores pelas próprias indústrias, cujas características tácitas, coletivas e cumulativas favoreceram a composição do APL (IPARDES, 2006e).

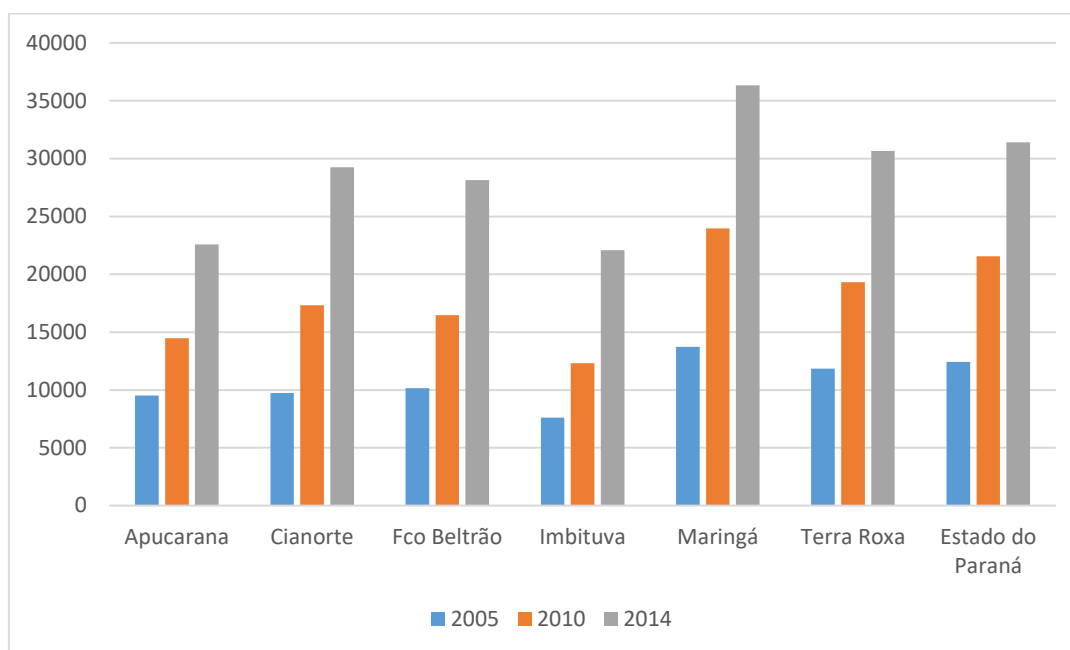
Dados mais detalhados do APL de Imbituva serão analisados no Capítulo 5.

Nos gráficos a seguir, alguns dados sobre os APLs de confecções do Paraná, obtidos nos sites do Ministério do Trabalho e Emprego e IPARDES e compilados no levantamento dos dados para a organização deste estudo, serão apresentados. A organização dos dados traz à tona o perfil social e econômico dos empreendimentos no Paraná e através deles foi possível observar e levantar diversas características da participação da mulher nestes espaços produtivos.

O primeiro destes indicadores refere-se ao PIB per capita das localidades estudadas. Sem dúvida, o PIB foi o primeiro indicador utilizado para analisar a qualidade de vida em um país/região. Países podem ter um PIB elevado por serem grandes e terem muitos habitantes, mas seu PIB per capita pode resultar baixo, já que a renda total é dividida por muitas pessoas. O PIB não leva em consideração diferenças na distribuição de renda entre pobres e ricos, sendo que diversos economistas ressaltam a importância da consideração sobre desigualdade sobre o desenvolvimento econômico e social de longo prazo.

Os dados referentes aos 6 APLs de confecções são apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – PIB per capita nos APLs de confecção do Paraná



Fonte: RAIS adaptado pela autora (2017)

Todas as localidades mostram um crescimento no PIB per capita, apontando que houve um crescimento econômico, com um acúmulo de riqueza, destacando-se a cidade de Maringá, onde o crescimento foi maior do que a média do Estado, apontando crescimento e concentração de riqueza maiores do que os demais APLs de confecção.

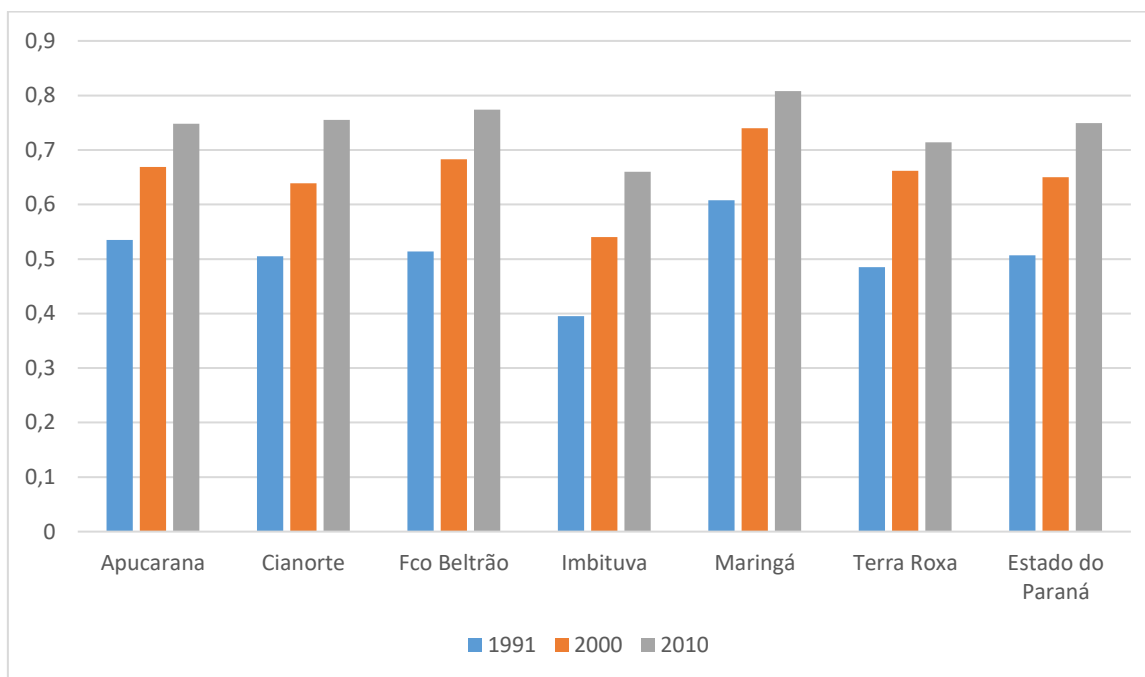
Outro indicador importante refere-se ao IDH das cidades estudadas; anualmente, é elaborado o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com base em três pilares (Saúde, Educação e Renda) que são medidos da seguinte forma:

- Uma vida longa e saudável (Saúde): expectativa de vida ao nascer
- O acesso ao conhecimento (Educação): média de anos de estudo (adultos) e anos esperados de escolaridade (crianças)
- Um padrão de vida decente (Renda): medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) com base na Paridade de Poder de Compra (PPC) por habitante

O IDH varia entre 0 (nenhum desenvolvimento humano) e 1 (desenvolvimento humano total), revelando que, quanto maior a proximidade de 1, mais desenvolvido é o país ou região e, no caso, cidades.

O Índice de Desenvolvimento Humanos levantado nos APLs de confecções do Paraná são apresentados no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Índice de Desenvolvimento Humano nos APLs de confecção do Paraná

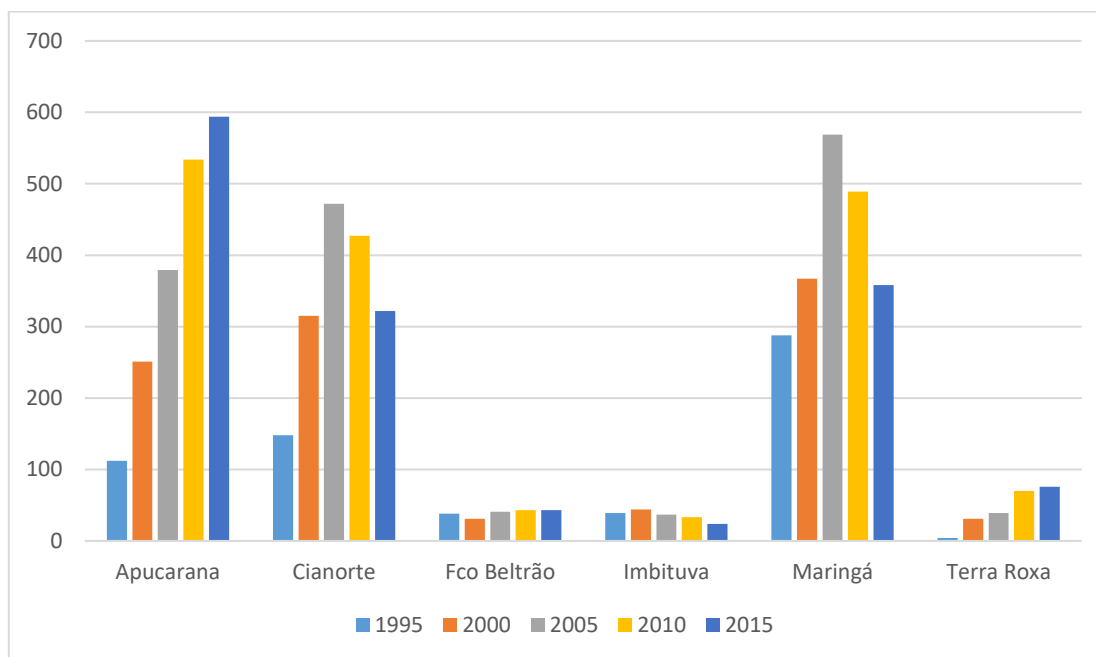


Fonte: RAIS adaptado pela autora (2017)

Índice importante na avaliação do desenvolvimento de cidades, estados e países, o IDH subiu em todas as cidades do setor de confecções do Paraná, acompanhando o índice do Estado e superando, como é o caso de Maringá, que está acima da média do Estado. A partir da industrialização do interior do Estado, as cidades foram estruturando as condições básicas de vida, aumentando a expectativa de vida e melhorando as condições de saúde, educação e renda. Todas estas condições andam associadas aos investimentos do Estado em Políticas Públicas para as regiões que não tem em si as condições necessárias para que o IDH seja o mais próximo de 1. A Política Pública de fomento aos APLs tem esta preocupação, em trazer emancipação aos aglomerados produtivos, contribuindo para o desenvolvimento local.

Um dado que pode indicar crescimento de um APL é o número de empresas em operação na cidade, como expresso no Gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3 – Número de estabelecimentos nos APLs de Confeções do Paraná



Fonte: RAIS adaptado pela autora (2017)

Quanto ao número de estabelecimentos, ou seja, quantas empresas fazem parte dos APLs de confecções das 5 cidades a serem estudadas, observa-se que, no intervalo de tempo de 1995 a 2015, o APL de Apucarana teve um crescimento muito acentuado no número de empresas, passando de 112 em 1995 para 594 em 2015, sendo o maior crescimento entre 2005 e 2015, período em que as ações da política pública dos APLs estavam em vigor. Outro APL que apresentou crescimento no número de empresas foi o de Moda bebê de Terra Roxa, passando de 4 em 1995 para 76 em 2015, com o mesmo foco de grande crescimento entre 2005 e 2015.

Os APLs de Cianorte, Francisco Beltrão e Imbituva experimentaram um crescimento acentuado até 2005 e logo após uma diminuição no número de empresas, com destaque para Imbituva, que teve o maior decréscimo no número de empresas participantes do APL, passando de 39 para 24 empresas em 2015.

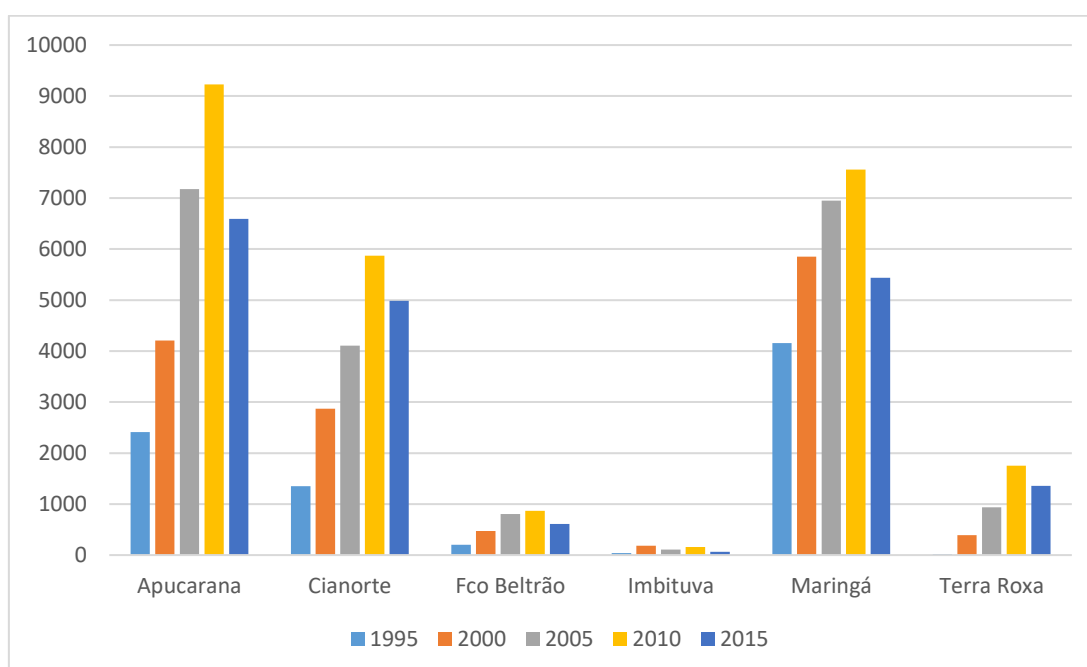
Apucarana, que teve o maior aumento no número de empresas, tem também uma diversidade grande em produtos produzidos; por sua vez, a cidade que mais teve diminuição no número de empresas foi Imbituva, pela retração do mercado, ao passo que um número significativo de empresas encerrou suas atividades devido à concorrência com os produtos importados e alguns empresários terem se aventurado na produção de malhas tricô sem fazer grandes investimentos, o que, ao longo do tempo, inviabilizou seus negócios. Ou seja, com número reduzido de peças

produzidas, a participação na feira ficou comprometida, pois as vendas não compensariam o investimento necessário para participar e, com o tempo, a própria produção ficou inviabilizada.

Destaque para o APL de Terra Roxa, que teve um crescimento acentuado depois da transição de aglomerado para Arranjo Produtivo Local, com uma participação e crescimento sem similar entre os APLs de confecção do Paraná com o mesmo perfil.

No Gráfico 4 são apresentados os dados sobre o número de empregos nos 6 APLs de confecções do estado do Paraná.

Gráfico 4 – Emprego total nos APLs de confecção do Paraná



Fonte: RAIS adaptado pela autora (2017)

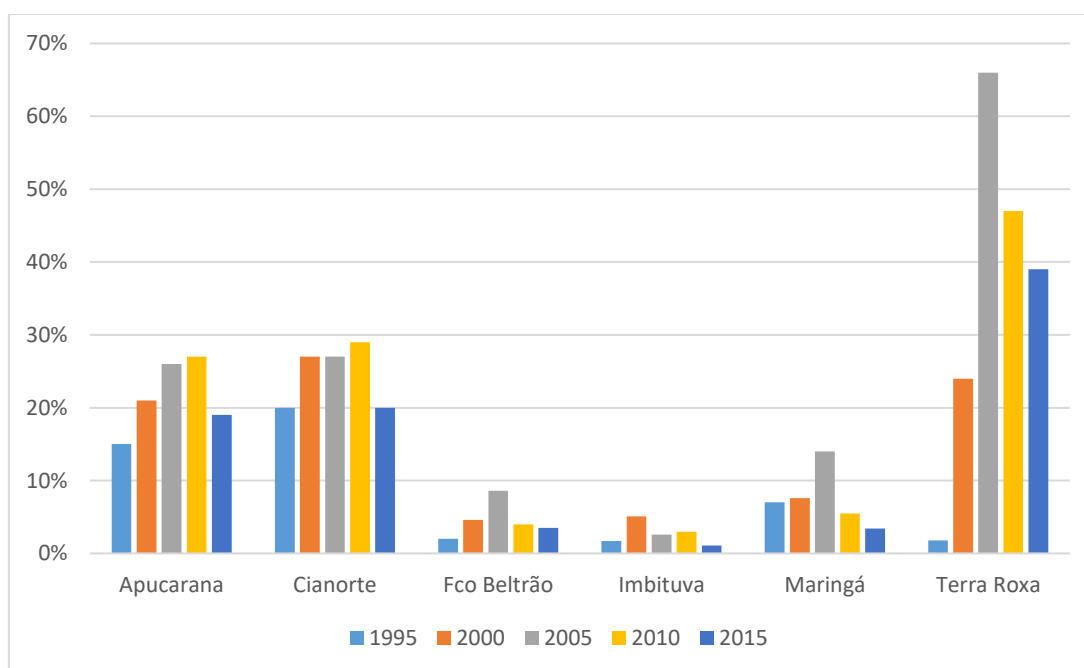
Um dado importante, o número de pessoas empregadas nos APLs de confecções apresentou uma característica comum que chama a atenção: o número de empregos chegou ao seu auge em 2010, ano em que apresenta o maior número de pessoas contratadas em todos os 6 APLs de confecções, logo após, em 2015, o número de empregos cai em todos os APLs, conforme Gráfico 4. A crise econômica pode ter grande participação nesta diminuição, uma vez que as empresas enxugaram seus quadros de funcionários numa tentativa de enfrentamento da crise.

O APL de Apucarana chama a atenção pelo crescimento no número de empresas, com a diminuição do número de funcionários empregados formalmente,

característica que pode estar relacionada ao fenômeno comum em vários APLs, que é o empresário imitador, que deixa o emprego formal para trabalhar em sua própria empresa, ou algum avanço tecnológico produtivo cooperou para que o número de funcionários diminuísse neste período.

No Gráfico 5 são apresentados os dados relativos ao número de empregos no setor de confecções dos 6 municípios, com relação ao número total de empregos.

Gráfico 5 – Relação do setor com o município – número de empregos



Fonte: RAIS adaptado pela autora (2017)

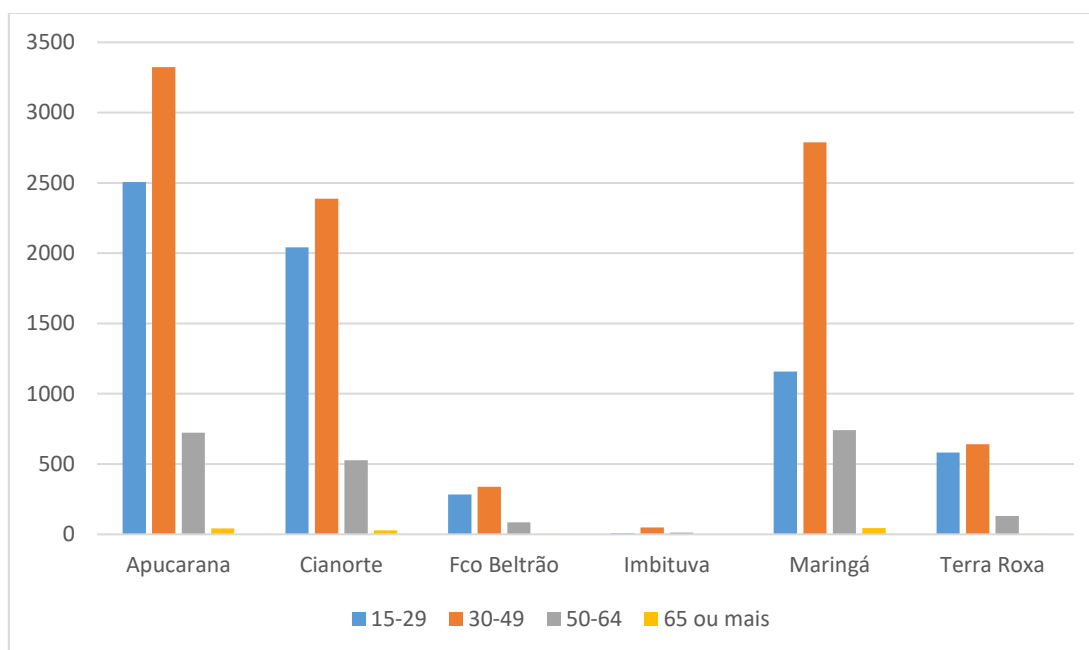
O Gráfico 5 traz a relação do número de empregos do setor de confecções com o número de empregos total do município, com destaque para o APL de Terra Roxa, onde o setor de confecções representava, em 2015, 39% do número total de empregos, e que, em 2005, chegou a representar cerca de 66% dos empregos, o que significa que a atividade é vital para o município.

Os demais APLs são importantes para as suas cidades, em termos de número de empregos, representando entre 1,1% em Imbituva a 21% em Cianorte. Pode-se concluir que, nestes APLs, o setor é um entre vários que contribuem para o número de empregos na cidade, porém deve-se lembrar que existe um número grande de empregos informais no setor, e que esta relação com o número de empregos do município pode ser muito maior. Muitos destes trabalhadores informais, com o tempo

foram aderindo ao perfil de MEIS (microempreendedores individuais) saindo da condição de informais.

No Gráfico 6 são apresentados os dados relativos à faixa etária dos empregados do setor têxtil nos 6 APLs de confecções do Paraná.

Gráfico 6 – Emprego por faixa etária



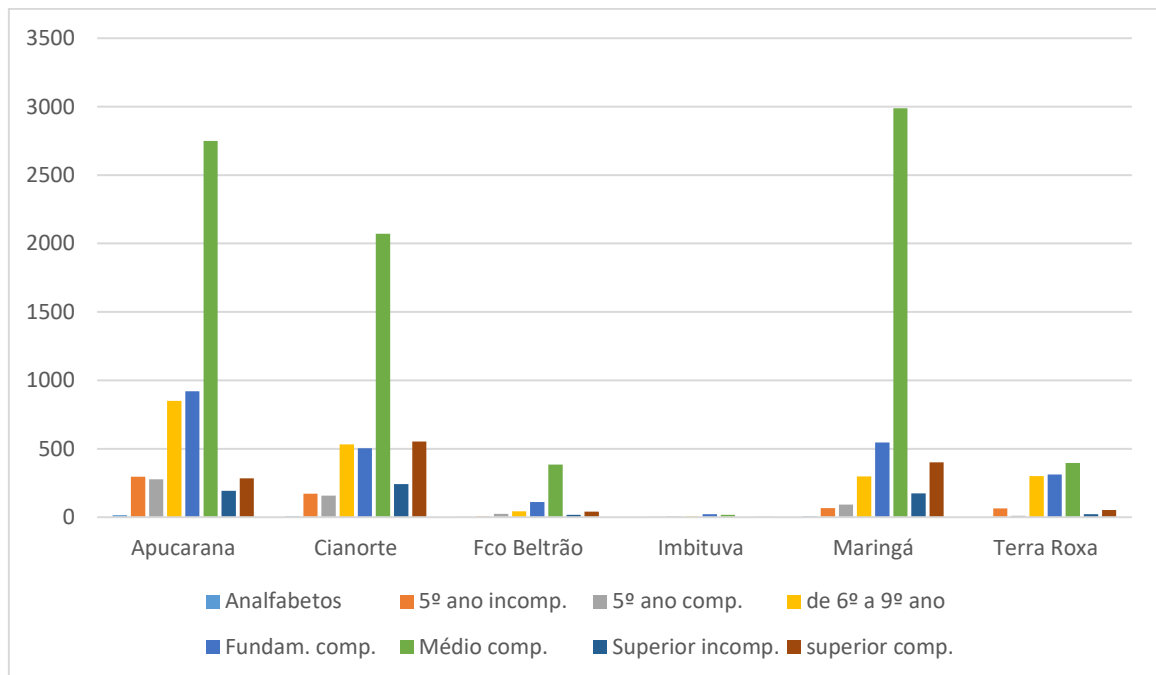
Fonte: RAIS adaptado pela autora (2017)

Levando-se em consideração o Gráfico 6, os empregados por faixa etária nos APLs são jovens entre 15 e 30 anos, com destaque para Apucarana, Cianorte e Maringá, em que a maioria das pessoas se concentra na faixa etária entre 30 e 49 anos. Resta descobrir se há um incentivo à participação dos jovens no setor, como possibilidade de crescimento no emprego, investimento em carreira e capacitação. Verificar, ainda, junto aos APLs se o setor adota algum programa de incentivo ao estágio ou menor aprendiz em seus quadros, que pode influenciar a forma de contratação e treinamento das pessoas contratadas.

O Gráfico 7 demonstra que a grande maioria das pessoas contratadas nos APLs possui o Ensino Médio completo, o que significa que as atividades desenvolvidas não exigem uma formação maior, podendo indicar que as pessoas não se sentem motivadas a realizarem um curso superior, mesmo que em várias destas cidades existam universidades e que o ensino a distância já seja ofertado em todo o Estado.

Por outro lado, se houver incentivo das empresas para que as pessoas se aperfeiçoem, a pessoa ganha, a empresa ganha e ganha todo o setor, pois com mais conhecimento e formação, as pessoas podem contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho realizado e trazer inovações, transformando sua relação com o trabalho, melhorando os produtos e os resultados.

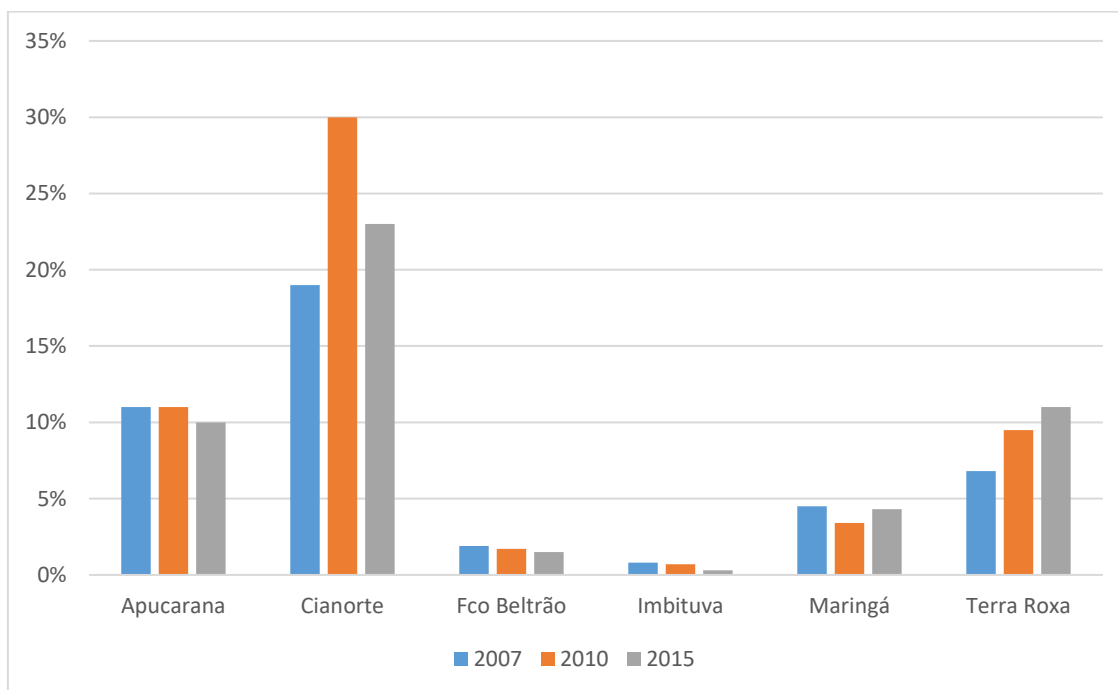
Gráfico 7 – Escolaridade dos trabalhadores no setor de confecções - 2015



Fonte: RAIS adaptado pela autora (2017)

O Gráfico 8 apresenta os dados relativos ao valor adicionado do setor de confecções nos seis APLs.

Gráfico 8 - Valor Adicionado



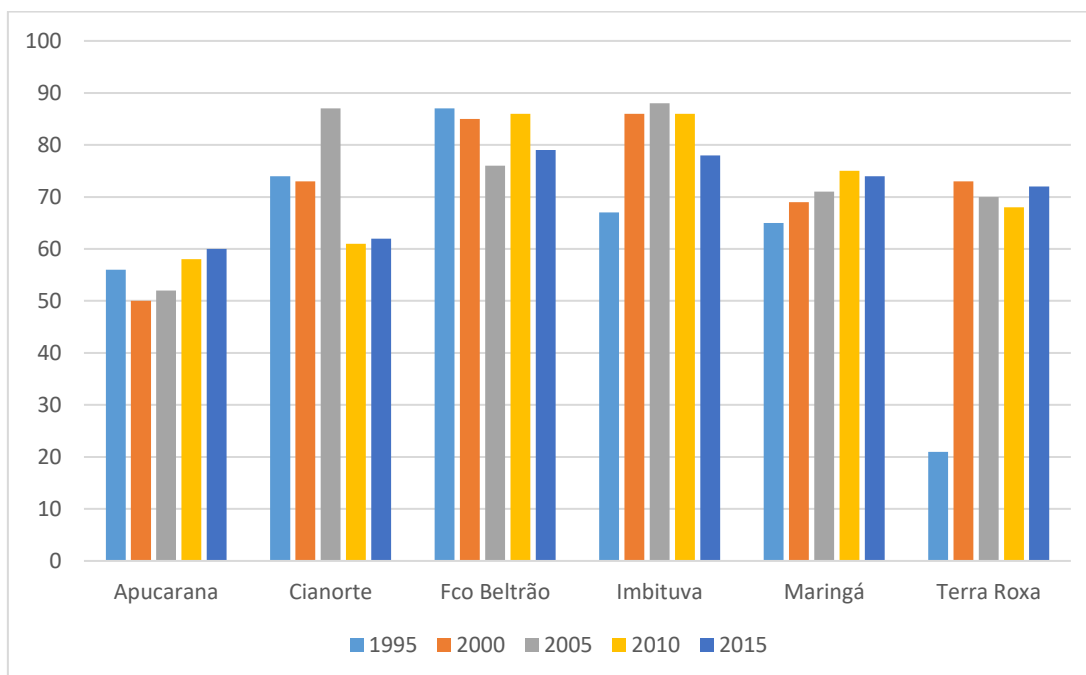
Fonte: RAIS adaptado pela autora (2017)

O valor adicionado relativo ao setor de confecções com relação ao valor adicionado total de cada município.

A participação do setor de confecções não ultrapassa os 30% do total do valor gerado nos APLs de confecções do Paraná. O maior valor adicionado pelo setor é Cianorte, hoje considerada a principal atividade não só da cidade, mas de toda a região, denominada corredor da moda, envolvendo cerca de 61 municípios. No APL de Terra Roxa, o valor adicionado vem crescendo ao longo do tempo, e a importância do setor na cidade é grande, pois Terra Roxa é o único município envolvido na produção de Moda Bebê.

No Gráfico 9, os dados são relativos à presença feminina nos APLs do setor de confecções no Paraná.

Gráfico 9 – Percentual de presença feminina nos APLs de confecção do Paraná



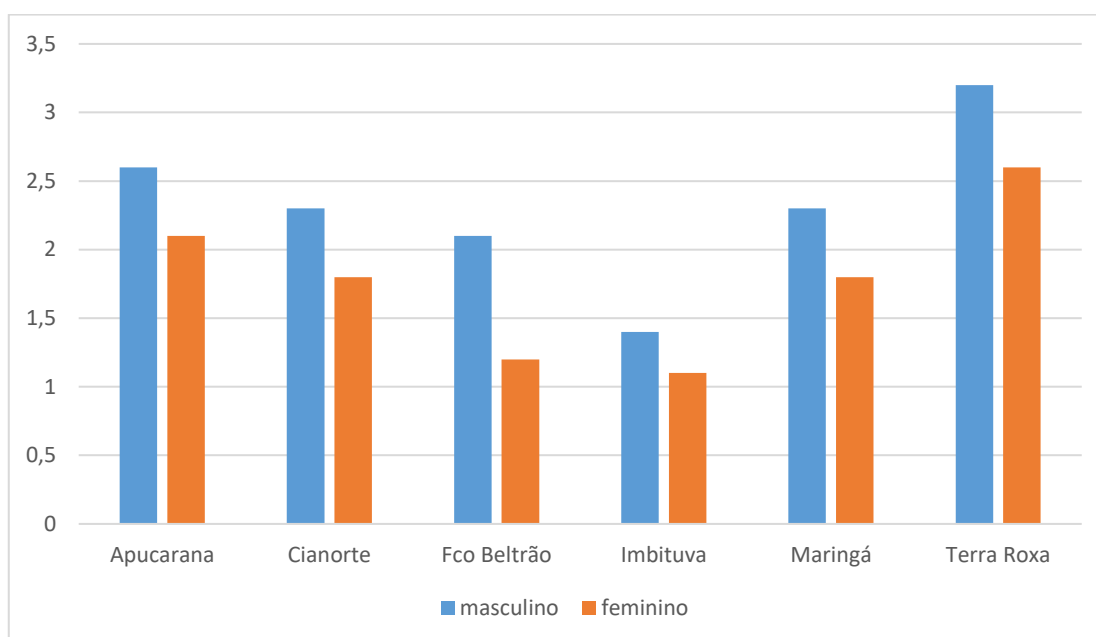
Fonte: RAIS adaptado pela autora (2017)

Em todos os APLs, a presença da mão de obra feminina ultrapassa os 50%, em alguns casos chega perto dos 90%. Esta presença já era esperada, e trata-se de dados oficiais da RAIS, portanto, das que estão formalmente contratadas.

Chama a atenção o fato de que muitos destes APLs de confecções mostram dados informais de participação de mão de obra, através das terceirizações de parte do processo ou do processo como um todo, e que o número de mulheres envolvidas neste processo pode ser muito maior.

No Gráfico 10, fica evidenciada a renda média dos trabalhadores do setor de confecções do Paraná no ano 2000, diferenciando-se a média de salários de homens e mulheres do setor. Esta média foi extraída da RAIS, que leva em consideração todos os salários pagos ao setor. A seguir, é levantado o número de funcionários do setor e dividido o volume total de salários pagos pelo número de trabalhadores, por sexo. O resultado é uma visualização do que já ocorre em diversos setores (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Renda em salários mínimos - 2000

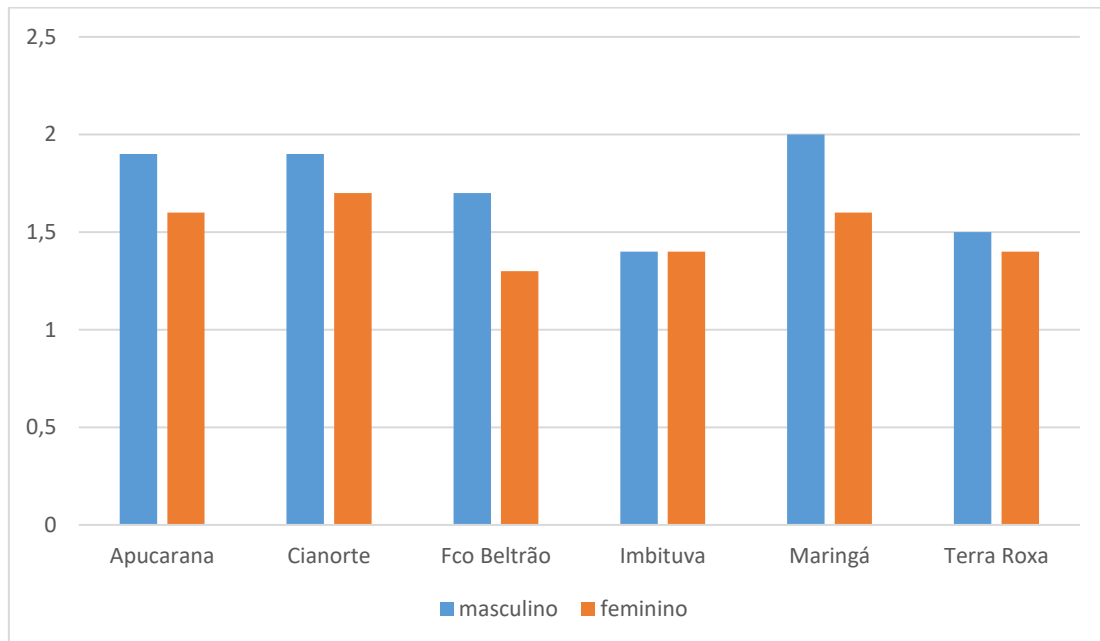


Fonte: RAIS adaptado pela autora (2017)

Os dados são relativos ao ano de 2000, o setor remunera de forma diferente nos diferentes APLs, e vários fatores podem compor esta diferença, como a importância do setor para a cidade ou região, o tamanho dos empreendimentos e o aquecimento da economia. No geral, recebiam até 60% menos do que os homens.

O Gráfico 11 apresenta a renda de homens e mulheres nos APLs de confecções, no ano de 2005.

Gráfico 11 – Renda em salários mínimos - 2005

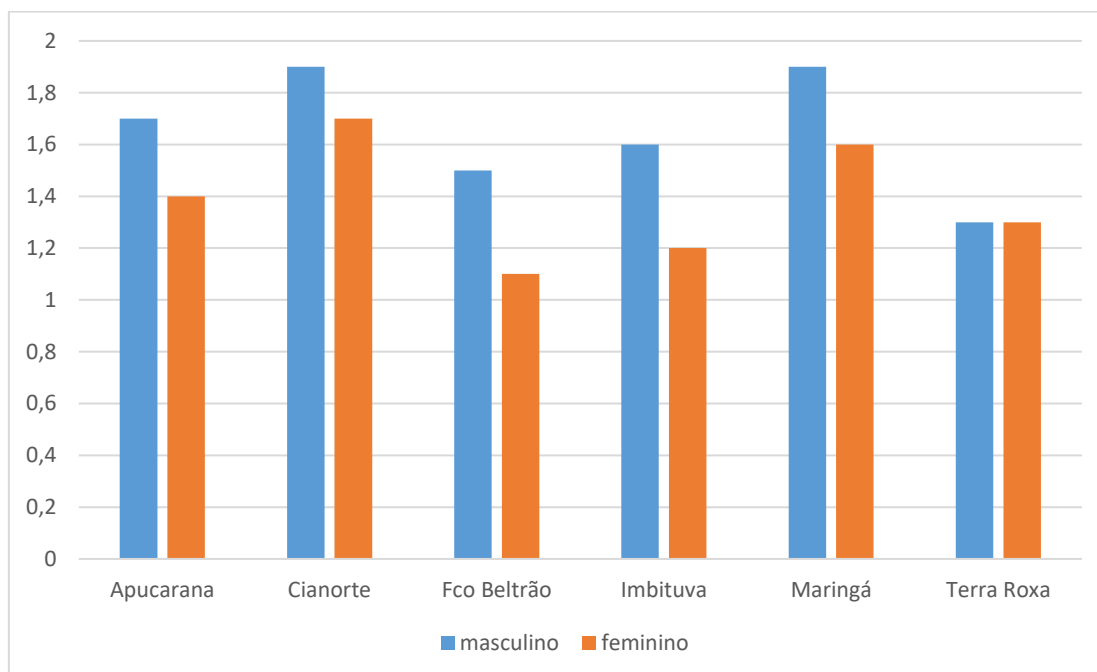


Fonte: RAIS adaptado pela autora (2017)

Analisando-se os dados do ano 2005, a diferença paga em salários mínimos para homens e mulheres cai, mas a diferença de pagamento permanece, destacando-se os dados de Imbituva, que pagou neste ano a mesma quantidade de salários para homens e mulheres. A maior diferença entre os salários aqui fica em 35%. Em 2005, a política pública dos APLs começava a ser implementada em todo o Estado, com os primeiros levantamentos de dados dos diversos aglomerados produtivos do Paraná.

O Gráfico 12 contém os dados relativos à renda de homens e mulheres nos APLs de confecções do Paraná, no ano de 2010.

Gráfico 12 – Renda em salários mínimos - 2010

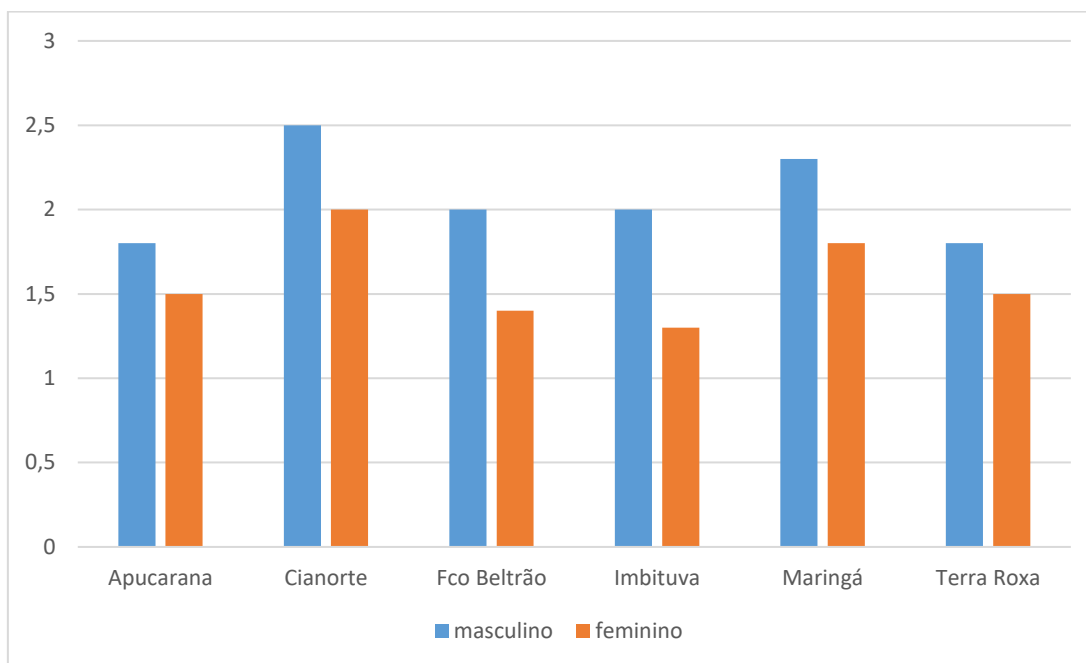


Fonte: RAIS adaptado pela autora (2017)

Nos dados de 2010, apenas no APL de Terra Roxa o pagamento do mesmo número de salários para homens e mulheres foi o mesmo do setor de confecções. Nos demais APLs, a diferença sobre para 42% a menos pago às mulheres.

No Gráfico 13, os dados relativos ao ano de 2015 apontam para um aumento da diferença de salários pagos a homens e mulheres, em que as mulheres receberam cerca de 48% menos do que os homens no setor de confecções. Embora haja aumentos reais no valor do salário mínimo, a média de salário pagos diminuiu em algumas cidades, aumentando em outras, ao longo de 15 anos (2000 a 2015). Pode-se estudar aí a expansão ou retração do setor de forma específica, relacionando-se com o momento econômico vivido pelo país, o aquecimento do setor e outras variáveis específicas de cada APL.

Gráfico 13 – Renda em salários mínimos - 2015



Fonte: RAIS adaptado pela autora (2017)

A média salarial é uma das questões que se destaca quando comparada entre homens e mulheres. Em todos os anos destacados nos gráficos, apenas em Terra Roxa, no ano de 2010, houve uma equiparação salarial no setor e em Imbituva, em 2005. Em todos os demais casos, os homens chegam a ter rendimentos até 60% maior do que as mulheres.

Chama a atenção o fato de que, em um setor onde a maioria das pessoas contratada é de mulheres, estas ainda tenham rendimentos inferiores aos dos homens. Apesar do número reduzido, estes homens podem estar em cargos de comando, o que poderia caracterizar rendimentos maiores.

Através dos gráficos, desenha-se o perfil dos APLs de confecções do Paraná, sob alguns aspectos considerados básicos. Dessa forma, vê-se o fortalecimento do setor de confecções no Paraná, através dos APLs, o número de empregos registrados no setor, o desenvolvimento de estratégias para as cidades, o acompanhamento da formação de lideranças locais para a continuidade de estratégias adotadas para o futuro dos negócios locais.

A inserção na Política Pública dos APLs de cidades que não foram contempladas no primeiro levantamento, como é o caso de Londrina nos APLs de confecções no ano de 2008, evidencia que as cidades podem ter mais planejamento

em torno de ações que possam estruturar os setores produtivos, com ênfase para a vocação local.

Com mais planejamento, as empreendedoras podem ter mais segurança ao investirem em um setor produtivo já estruturado e com apoio de instituições com experiência de mercado suficientes para orientar, treinar e planejar os próximos passos das empresas e APLs.

O setor de confecções tem um impacto considerável na economia paranaense, concentrando um grande número de mulheres que, além de funcionárias, estão envolvidas com o setor, como empreendedoras e prestadoras de serviços.

Comparando-se os dados dos APLs de confecção, a opção foi pelos APLs de Imbituva e Terra Roxa, por serem próximos em tamanho e características em comum, como produzirem para um único nicho ou terem um produto bem definido, uma vez que Terra Roxa produz unicamente Moda Bebê e Imbituva produz unicamente Malhas Tricô. Os demais APLs de confecções produzem para vários nichos e envolvem várias cidades no entorno, enquanto os APLs de Imbituva e Terra Roxa produzem unicamente na cidade de origem do APL.

Imbituva e Terra Roxa possuem um fator decisivo para a escolha, as atividades produtivas de ambos APLs foram iniciadas por mulheres, no interior de suas casas, visando unicamente a complementação da renda da família, uma alternativa nas cidades que possuíam poucas opções de empregos.

Tanto em Imbituva quanto em Terra Roxa a forma pela qual as mulheres conseguiram desempenhar atividades que trouxeram renda foi decisiva em um contexto muito parecido, mesmo que em momentos diferentes. Nas duas cidades, na década de 1970, em Imbituva, e na década de 1990, em Terra Roxa, a principal atividade era voltada para a produção agrícola e o modelo estava em crise, diminuindo postos de trabalho e motivando o aparecimento de outras atividades produtivas que pudessem gerar renda a curto prazo.

No Capítulo 4, será descrito o quanto as mudanças produtivas, a partir da primeira revolução industrial, afetaram a vida das mulheres, principalmente no setor têxtil.

CAPÍTULO 4

A INVISIBILIDADE DA MULHER NA BUSCA PELA EMANCIPAÇÃO

Conceituar gênero é olhar para o masculino e o feminino como sistemas complexos, derivados das interações sociais e não apenas para as diferenças anatômicas entre homens e mulheres. Existem inúmeros exemplos de sociedades nas quais a superioridade masculina é evidenciada, promovida e incentivada, e a ideia de que existe uma inferioridade feminina é socialmente construída pelos homens e mulheres ao longo da história.

O fato de a mulher ser considerada mais frágil por algumas culturas pode referir-se à maternidade, em que se reconhecia a mulher como ser sujeito à ordem natural, mais próxima da vontade da natureza, portanto com vontade fraca e necessitando que um ser mais forte a controle e direcione, ou seja, o homem. Os parâmetros de comportamento de homens e mulheres são constantemente desafiados por indivíduos que, por vários motivos, não se enquadram nas regras socialmente impostas do que seria um comportamento tipicamente feminino ou masculino.

Para Stearns (2007, p. 31), "o deslocamento da caça e coleta para a agricultura pôs fim gradualmente a um sistema de considerável igualdade entre homens e mulheres", pois na caça e na coleta ambos os sexos trabalhavam separados, mas contribuíam com bens econômicos importantes. As taxas de natalidade eram baixas, facilitando para as mulheres o trabalho de juntar grãos e nozes.

A agricultura estabelecida mudou estas questões, beneficiando o domínio masculino, os homens eram responsáveis pela plantação, cabendo-lhes suprir a maior parte dos alimentos, apesar da assistência feminina ser vital. A taxa de natalidade subiu em função da segurança no suprimento dos alimentos e porque as crianças poderiam trabalhar na agricultura, e, com a maternidade consumindo mais tempo das mulheres, os homens assumiram a maior parte das funções agrícolas, surgindo um novo e forte patriarcalismo (STEARNS, 2007).

Nas sociedades patriarcais, os homens eram considerados superiores às mulheres e se enfatizava a fragilidade das mulheres e sua inferioridade, insistindo-se nos deveres domésticos e restringindo os seus direitos a aparecerem em público, fazendo, dessa forma, crescer o poder dos governos dominados por homens, que

levaram à redução do papel político informal exercido pelas mulheres dentro das famílias, cujo papel era ornamental em detrimento de papéis práticos (STEARNS, 2007).

Estudos procuraram demonstrar as formas de silenciamento, submetimento e opressão das mulheres: muitas vezes, cristalizavam as mulheres como vítimas; em outras, a mulher era culpada por sua condição social hierarquicamente subordinada.

O que se enfatiza nestes estudos é a polarização homem dominador x mulher dominada, contudo, os movimentos sociais em torno do assunto trazem novos elementos a tal relação, evidenciando a complexidade do tema. Para exemplificar, há os movimentos gay e movimentos de mulheres lésbicas (LOURO, 1997).

Grandes movimentos feministas mudaram a forma de relacionamento das mulheres consigo mesmas, com os homens e com a sociedade onde estão inseridas, desde a virada do século, com o movimento denominado “sufragismo”, e pelo desdobramento denominado de “segunda onda”, iniciado na década de 60, quando as preocupações sociais e políticas se ampliaram para a construção teórica do que seria, mais tarde, denominado gênero, e a busca de descrição, compreensão e divulgação deste espaço feminino (LOURO, 1997). Ainda destaca que

[...] tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência (LOURO, 1997 p. 52).

O espaço de confinamento onde a mulher estava, ou seja, o mundo doméstico, privado, já vinha sendo rompido por algumas mulheres, no entanto, o espaço que ela ocuparia no mundo do trabalho, como fábricas, escritórios, lojas, escolas e hospitais era rigidamente controlado e dirigido por homens. Vistas como um apoio, uma assessoria, as atividades femininas estavam geralmente ligadas à assistência, cuidado e educação.

A distinção sexual era usada para compreender e justificar a desigualdade social, entendendo-se que as relações entre homens e mulheres são decorrência desta distinção sexual, ligadas às características biológicas. Chama a atenção quando se enfatiza que “a característica fundamentalmente social e relacional do conceito não deve, no entanto, levar a pensá-lo como se referindo à construção de papéis

masculinos e femininos”, mas a pretensão é “entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos.” (LOURO, 2003, p. 70).

A construção do gênero é, portanto, uma desconstrução do que se entende por gênero como uma oposição binária, o que não é feminino, então é masculino. E as relações de poder emergentes desta oposição, “público-privado”, “razão-sentimento”, “produção-reprodução”, apontam para um lugar natural e fixo para cada gênero, mas principalmente para o confinamento daquele que é o gênero derivado, amarrando as mulheres numa posição inexorável.

Para as ciências sociais e humanas, o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico, foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, que a maneira de ser homem e ser mulher é realizada pela cultura. Homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos. As mulheres, por serem consideradas mais próximas à natureza e sujeitas à ordem natural que as destinaria sempre à maternidade, são consideradas mais frágeis (BRASIL, 2009).

Há uma expectativa social em relação à maneira como homens e mulheres devem andar, falar, sentar-se, mostrar seu corpo, brincar, dançar, namorar, cuidar do outro, amar etc. Há também modos específicos de trabalhar, gerenciar outras pessoas, ensinar, dirigir o carro, gastar o dinheiro, ingerir bebidas, dentre outras atividades.

As teorias de gênero do final da década de 1970 vieram desnaturalizar as relações de poder, dominação e exploração estabelecidas entre pessoas de diferentes sexos, apontando o caráter histórico social, e das identidades sociais forjadas como paradigmas de mulheres e de homens.

O gênero torna-se antes, uma maneira de indicar construções culturais – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, p. 75).

À primeira vista, pode parecer que as escolhas ou os modos de inserção no mundo do trabalho sejam reflexo de preferências naturais, aptidões natas, capacidades e desempenhos distintos entre homens e mulheres. No entanto, ao se observar com atenção, ver-se-á que a distribuição entre homens e mulheres no

mercado de trabalho e as desigualdades decorrentes podem ser socialmente compreendidas e atribuídas às assimetrias de gênero (BRASIL, 2009).

Quanto à relação com o trabalho, Perrot (2017a) enfatiza que “as mulheres sempre trabalharam, seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado”; as sociedades se desenvolveram graças a este trabalho doméstico das mulheres, sem o qual – invisível – jamais teriam se desenvolvido.

No Paraná, veem-se as iniciativas de negócios e atividades produtivas acontecendo por decisão das famílias e muitas vezes sem conhecimento prévio da atividade que abraçavam. Negócios iniciados no espaço das casas acabam gerando toda a renda necessária para sustentar a família, ou complementar a renda gerada por outras pessoas da família. Nas famílias, a figura da mulher como chefes de família cresceu significativamente (IPARDES, 2005).

O número de mulheres chefes de família passou de 1 milhão em 2001, para 6,8 milhões em 2015, crescimento de 551%. Já no caso dos casais sem filhos, o crescimento foi ainda maior, de 339 mil para 3,1 milhões, salto de 822% (CAVENAGHI; ALVES, 2018).

Estas mulheres se relacionam com o mundo do trabalho de forma diferenciada, e para vencerem a falta de capacitação, utilizam os conhecimentos recebidos em casa, como parte das atividades esperadas das mulheres para gerarem renda complementar ou gerarem a única renda da família, como alimentos, trabalhos manuais diversos e serviços de beleza e cuidados pessoais.

O trabalho é uma das atividades fundamentais do ser humano, que permite desde sempre a sua sobrevivência e proteção, usando de todos os recursos disponíveis, empenhando sua força e instinto de sobrevivência. O ser humano construiu ferramentas capazes de diminuir seus esforços e conseguir melhores resultados, sistematizou suas atividades, e assim, o trabalho é tão antigo quanto o ser humano, que trabalha para melhor se adaptar ao meio físico.

Portanto, o trabalho é parte importante da organização social, ele estrutura as relações entre os indivíduos e assegura-os de sua participação na vida econômica. Para o ser humano, o trabalho é uma maneira de interagir com o meio ambiente, de moldá-lo às suas necessidades.

Na sociedade moderna, o trabalho é visto como uma fonte de independência e liberdade e, paradoxalmente, pode ser também uma prisão, onde se desenvolvem

hierarquia e relações de poder, privando o trabalhador de toda a liberdade (THOMPSON, 1981).

Muitas vezes, poucos indivíduos enriquecem à custa do trabalho de muitas pessoas que precisam trabalhar para sobreviver. A história do trabalho é marcada por relações de poder, de dominação e subjugação. Tais relações são estabelecidas no tecido social, através de circunstâncias muitas vezes fora do alcance das decisões de quem depende da oferta de trabalho, ficando à mercê das forças dos que aproveitam ao máximo a força de trabalho, dando o mínimo de retorno possível a quem vende seu tempo de trabalho (THOMPSON, 1981).

Entender um processo histórico é buscar, por meio das evidências históricas, apreender como homens e mulheres agem e pensam dentro de determinadas condições. Assim, está se falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência. Por relações determinadas indicam-se relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares (THOMPSON, 1981).

A primeira revolução industrial trouxe mudanças muito significativas nos processos de trabalho e nas relações sociais; a mudança da economia baseada na produção agrícola e na concentração das pessoas nos campos para a concentração dos trabalhadores em torno das cidades mudou totalmente a relação do homem com a produção e com os donos dos meios de produção.

Engels (2010) escreve o clássico *A Situação da Classe Operária Inglesa*, abordando as condições de vida dos trabalhadores nas indústrias da Inglaterra, impostas pelo trabalho no contexto da Revolução Industrial, proporcionada pela invenção da máquina a vapor.

A partir do aumento da velocidade de produção de bens que até então eram produzidos artesanalmente, em pequenas fábricas ou mesmo nas casas dos artesãos, surge uma problemática social na Inglaterra, sem precedentes. Engels (2010) desvela a situação de homens, mulheres e crianças, a degradação física e moral das famílias e a cegueira da burguesia em relação aos trabalhadores que produziam tudo o que a burguesia consumia e contribuía diretamente com os lucros auferidos pelas atividades fabris.

Fazendo um levantamento minucioso, Engels (2010) pesquisa, pessoalmente, acompanhando a vida e as condições em que viviam centenas de famílias, que foram

obrigadas a trabalhar nas indústrias, perdendo toda a dignidade humana e sem poder contestar, pois a principal preocupação de famílias inteiras era apenas e tão somente a sobrevivência.

Apesar da situação precária, os trabalhadores não deixavam de sonhar com leis que os protegessem da exploração irracional, mas perdiam em força política, pois sequer eram representados de forma que pudessem fazer alguma lei ser aprovada. Engel (2010) cita a Lei 1.833, que regulamenta a jornada de trabalho em não mais do que 12 horas, o que foi objeto de muita luta, não obtendo êxito durante muito tempo; ele aborda também as tentativas dos trabalhadores de pressionar os patrões, que sequer se comoviam com a situação de seus operários e lhes negavam qualquer tentativa de negociação.

Considerando de onde Engels (2010) fala, pois era filho de industrial do setor têxtil, era esperado que ele mesmo assumisse os negócios da família, mas teve o nobre interesse em conhecer como viviam as famílias nos bairros operários, e o que encontrou o fez produzir uma das obras mais realistas e completas da revolução industrial e suas consequências. Ele busca, não apenas relatos dos operários, mas também dos patrões, e convive por quase dois anos com a miséria e a precariedade em que praticamente todos os operários das indústrias estavam inseridos, sem sequer imaginar alguma saída para suas vidas sem sentido e sem recursos adequados.

A abordagem do mundo do trabalho é a história feita a partir dos trabalhadores, permitindo que estes a entendam e que ela seja contada a partir do ponto de vista de quem a vive. Parte do pressuposto de que a pessoa que está fazendo a história, solta pelo mundo, em qualquer época, está muito mais preocupada com a ação do que com o pensamento. O pensamento, a abstração, a análise formulada pelos filósofos são atividades intelectuais e não atividades de ação, e a história se faz analisando-se as ações dos seres humanos e não apenas os seus pensamentos (THOMPSON, 1981). Existe a análise das ideias, mas estas ideias só fazem sentido quando confrontadas com a história factual.

Neste sentido, a identidade da classe trabalhadora está ligada à cultura, às lutas religiosas, as *workhouses*, às repressões e aos heróis da classe operária e da identidade para a consciência. Sempre trabalhavam na esperança de que seus filhos ascendessem às classes mais privilegiadas da sociedade, mas ao longo da história veem-se os direitos trabalhistas se perdendo em nome do equilíbrio financeiro e que

o sistema de castas pode voltar, ameaçando os princípios do capitalismo, de liberdade e de meritocracia.

A mulher sempre esteve presente no mundo do trabalho, na produção agrícola, na manufatura e na industrialização. No início da industrialização, com a adoção de máquinas que facilitaram os processos fabris e onde o uso da força física já não era mais tão necessária, acabaram ocupando o lugar dos homens nas primeiras indústrias têxteis, com salários menores e com carga horária de trabalho que ultrapassava 12 horas (Engels, 2010).

Com a mudança de perfil produtivo da agricultura para a indústria, houve uma migração das regiões agrícolas para as cidades, precarizando-se as condições de vida das famílias, fazendo com que as mulheres ocupassem postos de trabalho para ajudar no sustento da casa.

Para Thompson (2005), com o advento da sociedade industrial, aparece a necessidade de sincronização do trabalho, o que favorece uma maior atenção ao tempo no trabalho: o “tempo das máquinas” passa a dominar sobre o novo cenário social. Isso não acontecia em relação ao ritmo na manufatura, a qual se manteve numa escala doméstica, pois o grau de sincronização que se requeria era muito menor (THOMPSON, 2005, p. 258).

Pode-se considerar o trabalho como elemento central da sociabilidade humana. Contudo, na sociedade capitalista, esse trabalho se torna assalariado, controlado, fragmentado por tempos e movimento, condicionando a emancipação humana e muitas vezes à precarização e à alienação (FARIA; RAMOS, 2014, p. 52).

Thompson (2005, p. 7) afirma que a passagem da vida camponesa à vida de fábrica é a passagem de uma orientação temporal baseada na tarefa para uma orientação fundada na prestação de trabalho por hora: “em uma comunidade camponesa, relações sociais e trabalho estão interligados – a jornada de trabalho se alonga e se prolonga conforme as tarefas – e não existe uma grande sensação de conflito entre o trabalho e o passar do dia”. Entretanto, os assalariados que tiveram seu trabalho regulado pelo relógio experimentam uma diferenciação entre o tempo de seu patrão e seu próprio tempo. Thompson (2005) afirma que não era qualquer pessoa que poderia possuir um relógio, em função do seu preço elevado, assim, o registro do tempo pertencia aos patrões e comerciantes, nunca aos trabalhadores.

Entendemos que essa regulação do tempo de trabalho afeta a mulher de forma direta, ela desenvolve diversas tarefas no espaço da casa, que se estendem ao longo

do dia e que não cessam em um determinado horário, como o cuidado com os filhos, a casa e os maridos, e com a migração para os centros urbanos ainda tiveram que gerar renda, pois o salário dos maridos não era suficiente para sustentar a família.

O alto número de mulheres empregadas como operárias nas fábricas na França e Inglaterra ocorreu devido aos baixos salários masculinos, insuficientes para garantir as necessidades básicas da família, levando a mulher a "sair" de casa para trabalhar e assim complementar a renda, a fim de garantir a subsistência familiar (RODRIGUES et al., 2015, p. 5).

Situação similar aconteceu em Imbituva e Terra Roxa, quando as mulheres, além de cuidarem de todas as tarefas da casa, precisavam de uma atividade que complementasse a renda de seus maridos, mas esta atividade não poderia comprometer o seu tempo de tarefas de casa, portanto, seriam realizadas no seu "tempo livre" e com a consciência de que elas continuariam a responder pela educação dos filhos e que todas as tarefas seriam concluídas a tempo para atender às necessidades dos maridos, como o almoço, jantar, os cuidados com as roupas, limpeza da casa, etc. Assim, a mulher assumiu, além das suas tarefas como dona de casa, atividades produtivas que consumiam todo o tempo que antes era considerado "tempo livre", precarizando as condições de trabalho que passaram a ser sem definição, mas duravam o tempo necessário para completar as encomendas.

A princípio, foi um complemento da renda, com o tempo passou a ser o principal meio econômico de sobrevivência de muitas famílias, com maridos deixando seus empregos para assumir posições dentro do processo produtivo iniciado pelas mulheres.

A mulher protagonizou o processo, conseguiu autonomia financeira, mas continuou responsável pelas tarefas da casa, conciliando os cuidados com os filhos e com a casa, mesmo com a produção já em grande escala.

4.1 O GÊNERO E O PROTAGONISMO DAS MULHERES NO ESPAÇO PRODUTIVO

A importância do trabalho para a sobrevivência, sua centralidade nas trajetórias de vida e valorização da realização pelo trabalho tornaram temática central em diferentes disciplinas das humanidades, nas áreas médicas e nas engenharias. Sob a perspectiva de gênero, observam-se tensões do universo do trabalho com as masculinidades e feminilidades, que vincularam o masculino ao trabalho, provento e

sustento da família em confronto com as ambiguidades, presença, ocultamento e questionamento em torno do trabalho feminino (COLLING; TEDESCHI, 2015, p.639).

O lugar extremamente delimitado do homem, como provedor, o coloca em sobreposição sobre o trabalho feminino, que era escondido, vergonhoso e desvalorizado, porém era um espaço onde o homem tinha toda a autoridade sobre a mulher e os filhos, que lhe deviam obediência.

Boschilia (2010, p. 43) ressalta que

[...] ao dividir o mundo entre público e privado, a sociedade burguesa definiu como o espaço da mulher os limites do mundo privativo da família e esse confinamento restringiu seu espaço de atuação e resultou numa tripla subordinação: dentro da família, da produção e da sociedade.

A dinâmica da família patriarcal que permitiu que o trabalho da mulher fosse considerado como complementar garantia que ela recebesse um salário menor, mesmo que desenvolvesse trabalho idêntico ao homem. A interferência do estado quanto ao trabalho feminino tinha como principal característica a defesa da família, em cujo modelo o homem era o chefe. Nos boletins publicados pelo governo brasileiro sobre o trabalho feminino, se reitera a importância da mulher dentro do lar e a defesa da família.

Quanto ao espaço da mulher na sociedade, delimitado pela sociedade capitalista no Brasil, Saffioti (1984, p. 83) destaca:

Assim, na defesa de valores real ou supostamente mais altos, como o equilíbrio das relações familiares, o bom desenrolar dos serviços domésticos, a preservação dos métodos tradicionais de socialização dos imaturos, o respeito ao princípio moral da distância entre os sexos, faz-se a mais completa e racional utilização de critérios de ordem irracional, tais como a debilidade física, a instabilidade emocional e a reduzida inteligência femininas, a fim de imprimir-se ao trabalho feminino o caráter de trabalho subsidiário, tornando-se a mulher o elemento constitutivo, por excelência, dos contingentes humanos diretamente marginalizados das funções produtivas.

O homem deveria ser forte e capaz, o trabalho seria a sua autorrealização seu crescimento pessoal, sua criatividade e prazer. Estas qualificações seriam valorizadas pela sua capacidade de ação, praticidade e objetividade, sucesso e iniciativa, vinculando o sucesso com a competitividade, seria o homem capaz de sustentar mulher e filhos.

Desta forma, ser homem “implica em subjetivar valores de trabalho, provento, sucesso e dinheiro, as denominações de bom marido e pai, honrado e provedor constituíam imagens do que se esperava de um homem” (COLLING; TEDESCHI, 2015, p.639).

Nas últimas décadas, a masculinidade vem sofrendo alterações, incorporando outros elementos, como a presença, o cuidado com os filhos e atividades consideradas domésticas, além do sucesso no mundo do trabalho.

Quanto à participação crescente da força de trabalho feminina na estrutura ocupacional das sociedades capitalistas, Saffioti (1984) diz que esta participação não representa senão um sub-aproveitamento desta mão de obra, e é evidente que o desempenho de funções no lar também apresenta um caráter econômico, devendo ser acrescida ao orçamento familiar, contudo, as funções domésticas inibem a determinação da mulher como pessoa economicamente independente.

Neste aspecto, Peña (1981, p. 70) diz que as mulheres, no espaço doméstico, realizam o fortalecimento das condições de produção:

É concretamente difícil imaginar a produção/reprodução da força de trabalho como um processo que ocorre somente no mercado, afinal, tanto bebês são tidos por mulheres (e existe “tempo socialmente necessário” despendido na produção de bebês) quanto mercadorias compradas no mercado para consumo doméstico são reprocessadas dentro de casa, além do cuidado com as crianças, lavagem de roupa, louça, limpeza da casa, remendos de roupas, preparo de alimentos.

Por patriarcado, Peña (1981) entende como sendo as relações sociais de reprodução, organizadas na família e que designam à mulher o trabalho reprodutivo. A reprodução não contém apenas o elemento biológico como será sacramentado na instituição da maternidade, para a autora, o trabalho reprodutivo envolve:

A reprodução em bases geracionais (a regulamentação da sexualidade, controle da fertilidade e o cuidado à criança) e em base rotineira (o trabalho doméstico). A família, assim, não apenas reproduz relações sociais de produção quanto também relações de reprodução, não apenas uma sociedade dividida em classes, mas também uma sociedade dividida em gêneros.

Já o termo patriarcalismo procura descrever relações concretas de poder entre os sexos, organizadas na família, significando o comando do pai. Tem sua expressão na divisão sexual do trabalho e se reflete nas relações de produção e reprodução,

designando à mulher o cuidado com a prole, mas não o controle, e o desempenho do trabalho doméstico, o que a torna menos envolvida com o mundo da produção.

Deriva destas relações de poder impostas pelo patriarcado a divisão de tarefas dentro da família, estabelecendo-se os limites entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo, entendendo que o trabalho produtivo está ligado ao mundo da produção, à fábrica, aos negócios, e o trabalho reprodutivo ao mundo privado, aos assuntos referentes à casa e aos filhos e todas as atividades decorrentes da interação dos membros da família.

Em decorrência disso, a divisão social do trabalho possui dois princípios norteadores: o princípio da separação, afirmando que existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e o princípio hierárquico, em que um trabalho de homem vale mais do que um trabalho de mulher (HIRATA, 2007). Esta divisão sexual de tarefas leva em consideração apenas as diferenças físicas dos corpos masculinos e femininos, que por si só já estariam incluídos em uma divisão social, que espera comportamentos específicos de ambos os sexos, sem levar em consideração o lugar de onde surgem os comportamentos, os lugares sociais dos sexos masculino e feminino.

Os comportamentos diferenciados do que é aceito como masculino e feminino deram origem a questionamentos que apenas as diferenças físicas entre os sexos não davam conta de explicar, surgindo então o conceito de gênero, uma forma mais abrangente e mais profunda de tratar as diferenças entre homens e mulheres nas diversas esferas da vida.

O conceito de gênero, no sentido político que se conhece na atualidade, surgiu com força na segunda metade dos anos 1980, tendo sido construído coletivamente e de modo desafiador, em contrapartida ao que se convencionava chamar de gênero as diferenças no corpo biológico dos sujeitos. Gênero buscava, então, “dar conta das relações socialmente constituídas, que partem da contraposição e do questionamento dos convencionados gêneros feminino e masculino, suas variações e hierarquização social” (COLLING; TEDESCHI, 2015, p.639).

O trabalho feminino muitas vezes é confundido com os cuidados com a família e a casa, ou as atividades remuneradas realizadas no próprio domicílio, e mesmo que a mulher participe do mercado de trabalho, isso pode ser considerado como impeditivo das ditas funções naturais, de mãe e esposa. Portanto, as mulheres sempre

trabalharam, mesmo quando seu trabalho era confundido com ofícios coletivos e familiares, como o cuidado com os filhos, pais, irmãos etc.

Quanto ao reconhecimento deste trabalho, Perrot (2017a, p. 230) deixa evidente que:

Nem sempre as mulheres exerceram ofícios reconhecidos, que trouxessem remuneração. Não passavam de ajudantes de seus maridos, no artesanato, na feira ou na loja. Sua maneira de lidar com o dinheiro trazia problemas, ainda mais quando eram casadas [...] é o regime assalariado, principalmente com a industrialização, que, a partir dos séculos XVIII-XIX, nas sociedades ocidentais, coloca em questão o trabalho das mulheres. As mulheres podem, devem ter acesso ao salário, isto é, receber uma remuneração individual, deixando a casa, o lar, que era o seu ponto de apoio e a sua utilidade?

Ao longo da história da industrialização, as mulheres foram ocupando espaços muitas vezes vetados para ela, mas que, ao perceberem necessidade de mão de obra, acabavam assumindo ocupações para as quais eram consideradas hábeis ou vocacionadas, como fiar, tecer, costurar, cuidar, servir, e precisaram enfrentar maiores dificuldades quando foi necessário superar preconceitos existentes, sobretudo nos setores mais conservadores, tidos como tradicionalmente masculinos.

Em 1894, a participação de mão de obra feminina na indústria têxtil na cidade de São Paulo representava 67,62% do total de operários, e no levantamento do ano de 1901 totalizavam 49,95%, sem contar as crianças operárias do sexo feminino. A participação feminina na indústria têxtil continuou a crescer após a Primeira Guerra Mundial. No ano de 1920, foi recenseado um total de 247 indústrias que trabalhavam com produtos têxteis, 34.825 operários, dos quais 14.352 (41,21%) eram homens e 17.747 (50,96%) eram mulheres (RAGO, 1997).

Analisar tais mudanças é entender a divisão sexual das atividades como um sistema de relações suscetível de evoluir com o passar do tempo, à medida que transformam as próprias características do meio de trabalho e dos grupos de diferentes sexos (HIRATA; MARUANI, 2003, p.31).

A jovem da década de 1970, que recebeu educação formal, e livre dos incômodos da maternidade não desejada, começava a ameaçar o equilíbrio de um mercado de trabalho supostamente masculino.

As mulheres apareceram, no início timidamente, nas esferas da maternidade e da assistência ou ainda nos ofícios que a tradição consentia em lhes reconhecer: mulheres das tecelagens e das agulhas, em oposição aos homens das máquinas e das ferramentas [...] as mulheres relegadas às

esferas da precariedade identificadas como a simples e famosa mão de obra de apoio (HIRATA; MARUANI, 2003, p.55)

Na gênese do conceito de divisão sexual do trabalho existe a evidência de que “uma enorme massa de trabalho é realizada gratuitamente pelas mulheres, este trabalho é invisível, é realizado para outras pessoas, e sempre feito em nome da natureza, do amor e do dever materno” (HIRATA, 2007, p. 230).

Uma das maiores transformações dos últimos cem anos foi a presença marcante e evidente das mulheres no mundo do trabalho, apoiada pela elevação do nível de qualificação escolar e universitária, na medida em que o diploma protege da não atividade e do desemprego.

Especificamente no Brasil, no final do século XIX, intensificou-se o processo de modernização, com o fim da escravidão e do regime monárquico, juntamente com a crescente urbanização, imigração, migração interna e industrialização, principalmente no sudeste do país. Estas transformações provocaram, em um curto espaço de tempo e em ritmo acelerado, transformações econômicas e sociais. Geraram um novo perfil populacional, aumento demográfico e da presença feminina no universo do trabalho nas cidades e no campo.

O censo agropecuário de 2017 mostra que o total de estabelecimentos agrícolas nos quais o produtor é do sexo feminino subiu de 12% em 2006 para 18,6% em 2017, e o número de mulheres na administração de propriedades rurais passou de 10% em 2013 para 30% em 2018 (IBGE, 2018).

A mulher ocupava cerca de 40% dos postos formais de trabalho em 2007; subiu para 44% em 2016, segundo dados do IBGE, ainda recebem em média 79% do salário pagos aos homens, e estacionam nos cargos de gerência intermediária nas organizações. Escolhem trabalhos com menor carga horária e desenvolvem mais atividades consideradas femininas, como cuidados com a casa e filhos.

No Paraná, o número de mulheres com carteira assinada no Estado aumentou 255% entre 1986 e 2016. A participação aumentou de 31,7% para 45,3% do total de vagas, houve mudança estrutural, com mais mulheres chefes de família e com maior nível de instrução.

O número de mulheres no mercado de trabalho formal do Paraná mais que triplicou nos últimos 30 anos. Em 1986, de acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho, 384.223 mulheres trabalhavam com carteira assinada no Estado. Em 2016, esse número estava em 1.364.106 –

255% maior. Há 30 anos, o sexo feminino detinha 32% das vagas no mercado de trabalho no Estado. Em 2016, essa participação chegou a 45%.

Para o IPARDES (2018), a inserção crescente da mulher no mercado de trabalho é um movimento global, e diante da crise, houve um processo de busca por trabalho alternativo. Isso fica claro no caso da mulher que demonstrou grande capacidade para diversificar e conseguir renda.

Segundo Peña (1981), o início da industrialização brasileira caracterizou-se como um período de escassez de mão de obra, que acabou possibilitando a abertura de um novo campo de trabalho, o de operária, para a mulher dos mais baixos estratos da população. Os ramos que mais absorviam o trabalho das mulheres foram aqueles cuja produção anteriormente se fazia nos quadros domésticos e eram considerados atribuições femininas (BOSCHILIA, 2010).

No setor de fiação e tecelagem de algodão, seda, juta e lã, cerca de 70% do total da mão de obra empregada eram de mulheres e crianças. No setor de vestuário, confecções de roupas, camisas, malharia, produção fabril de redes, fitas, bordados, tamancos, chapéus e alimentos (massas, biscoitos e chocolates), mais da metade dos trabalhadores eram mulheres. Elas atuavam também na manufatura de cigarros, charutos e fumos, tocador, fósforos, velas e sabão (PEDRO, 2016).

O emprego fabril se caracterizou pela expressiva participação de imigrantes e de jovens, ficando para as mulheres os baixos salários, as tarefas rotineiras, repetitivas, monótonas e menos qualificadas, que foram determinantes do emprego da maioria das mulheres nas indústrias. Ambientes insalubres e rotina de trabalho de 11, 12 e até 14 horas diárias, muitas vezes sem descanso semanal, e ainda eram tratadas e referidas como frágeis e indefesas, passivas e carentes de consciência política, quando, na verdade, participavam ativamente das lutas operárias, das mobilizações, paravam as fábricas, faziam piquetes, reivindicando melhores condições de trabalho.

Apesar de conseguirem algum avanço na legislação trabalhista, que regulamentava o trabalho feminino, proibindo trabalho noturno e atividade durante o último mês de gravidez e o primeiro do puerpério, essas medidas acabaram provocando demissões, pois, ao serem consideradas frágeis e vulneráveis, eram consideradas como mais onerosas.

O aumento da população urbana gerou novas oportunidades para o crescimento das atividades comerciais e de abastecimento, abrindo oportunidade para

estabelecimentos de pequeno e médio portes como armazéns, açougues, adegas, quitandas, vendas, bares e botequins, onde a participação de mulheres foi determinante, e vários destes estabelecimentos eram conhecidos pelos nomes das suas proprietárias.

Muitas mulheres comercializavam como ambulantes vários produtos, como verduras, legumes, frutas, flores, ovos, batatas, cebolas, aves, carnes, peixes, leite, pão. Algumas vendas eram eventuais, como a oferta de um excedente disponível ou sobras da produção de quintal, mas em muitos casos a atividade era regular, como a venda de verduras, a maioria por imigrantes, que produziam em chácaras existentes ao redor das cidades (PEDRO, 2016). Havia também as mulheres que comercializavam leite, conhecidas como leiteiras, que percorriam um roteiro determinado, visitando a freguesia com seus animais (vacas e cabras) e oferecendo leite tirado na hora.

Nos domicílios, exímias cozinheiras faziam doces, salgados e petiscos para serem comercializados pelas ruas em bandejas e cestas, algumas com clientela fixa e produziam sob encomenda. Algumas transformavam suas residências em pensão.

Várias destas atividades foram abraçadas por mulheres não apenas por não conseguirem se inserir no mercado de trabalho formal, mas também porque assim não teriam uma jornada de trabalho com horário fixo.

O trabalho domiciliar era uma das alternativas para as mulheres, onde se realizava parte das atividades de uma empresa, no regime de pagamento por peça (facção da produção). Apesar da remuneração baixa, esta atividade permitia conciliar as atividades de mãe e dona de casa com uma que proporcionava algum rendimento.

Mesmo trabalhando nas sombras, um número expressivo de mulheres trabalhava desta maneira, nos chamados trabalhos “de agulha”, rapidez e destreza, repetição e precisão eram elementos importantes para a execução de bordados e rendas, costura, tricô, crochê, manufatura de flores, ornamentos e chapéus, elaboração de enxovais de cama e mesa, *lingerie*, chinelos e também para a indústria de carregação de produtos, como sacos de juta para o café e uniformes fabris.

A qualificação da mão de obra era feita através do processo de socialização e da educação, as mulheres utilizavam no trabalho as habilidades aprendidas com outras mulheres ao longo da vida, e muitas das ocupações eram passadas de geração a geração.

As trabalhadoras domiciliares foram identificadas como passivas e desarticuladas dos movimentos reivindicatórios, porém, há vários registros que demonstram sua capacidade de articulação e combatividade em associações como a União das Operárias Costureiras (1905), Sindicato das Costureiras (1908) e Liga de Resistência das Costureiras (1906) (PEDRO, 2016, p.134).

Muitas mulheres reproduziam no mercado de trabalho suas ocupações nos quadros domésticos, como lavar, passar e engomar, num esforço de ganho extra ou mesmo para tentar sustentar a família. As negras eram preteridas nas contratações onde havia mais imigrantes, os patrões preferiam os serviços das brancas, restando para as negras as ocupações ainda menos valorizadas, como doméstica, cozinheira, lavadeira e catadora de restos.

Apesar de oferecer os piores pagamentos, o trabalho das lavadeiras foi uma das ocupações mais procuradas pelas mulheres das classes menos favorecidas. As roupas eram lavadas ao ar livre junto aos rios ou chafarizes, e a secagem dependia do clima, as lavadeiras eram proibidas de utilizarem os bondes com pacotes de roupas, e percorriam grandes distâncias a pé carregando as roupas. Com o tempo, as autoridades passaram a proibir que as roupas de várias pessoas se misturassem, podendo, assim, propagar várias doenças, e aos poucos o trabalho das lavadeiras perdeu seu caráter externo, passando a ser feito no domicílio dos patrões (PEDRO, 2016, p.145).

Uma outra ocupação feminina foi a de Amas Criadeiras, que consistia em amamentar as crianças das famílias dos patrões que contratavam os serviços, sendo estes mais bem pagos devido à valorização da responsabilidade dos cuidados com as crianças, exigindo paciência, dedicação e asseio.

A ocupação foi sendo organizada a tal ponto que as amas criadeiras deveriam manter exames atualizados do leite e de sangue para comprovar que não possuíam doenças infecciosas. Este serviço poderia ser prestado na casa das amas ou na casa dos patrões; algumas se dispunham a pernoitar na casa dos patrões para amamentar durante o período da noite também. Com o passar do tempo, a responsabilidade da mãe pela amamentação foi sendo ampliada até que as funções de ama criadeira fossem totalmente extintas como profissão (PEDRO, 2016).

No Brasil, desde o final do século XIX, segundo Boschilia (2010), o trabalho industrial da mulher foi alvo de críticas feitas por autoridades sanitárias e policiais, educadores, políticos, imprensa e operariado. O discurso tinha a intenção de

responsabilizar o trabalho industrial feminino pelos problemas de escolarização, delinquência, mortalidade infantil, desemprego e desintegração familiar.

O código civil de 1916 consolidou as relações patriarcais na família, ao legitimar a posição do homem como seu chefe e, somente depois de 1943, a mulher ganhou o direito de poder trabalhar fora de casa sem a autorização expressa do marido (PEÑA, 1981, p. 148).

Após a primeira guerra mundial em 1918, ganhou força por toda a sociedade que a mulher deveria dedicar-se exclusivamente às tarefas do lar e da maternidade, e o trabalho feminino passou a encontrar oposição em diferentes grupos e instituições. Algumas profissões, como operária, costureira, lavadeira, doceira, florista, artista (figurante de teatro, atriz, bailarina, cantora) foram estigmatizadas e associadas à “perdição moral” e até à prostituição.

O trabalho feminino fora de casa passou a ser aceito como trabalho transitório, que deveria ser interrompido por ocasião do casamento ou do nascimento de um filho, e foi tolerado apenas como uma fatalidade da pobreza. As mulheres deveriam poupar suas energias para desempenho de suas funções prioritárias de dona de casa, esposa e mãe.

Entre 1920 e 1940, com as mudanças no processo de industrialização, com o desenvolvimento de setores tradicionalmente masculinos, como o metalúrgico, o siderúrgico e o mecânico, houve uma diminuição da presença feminina nas fábricas, isto somado a ações públicas, médicas e do movimento operário e a legislação que se considerava protetora do trabalho feminino. Mesmo assim, em 1920, 30.070 mulheres, 31% da população feminina tinham empregos remunerados, e no setor têxtil 51% (PEDRO, 2016).

A mulher era vista pelo governo de Getúlio e durante todo o período do Estado Novo como responsável pela permissão divina de educar os filhos e pelo equilíbrio e integridade da família (BOSCHILIA, 2010).

Entre os grupos de imigrantes que não seguiam a religião católica, cabia à mãe o papel de guardiã da identidade nacional, preservando 4 elementos de manutenção da etnicidade: escola, religião, língua e lar. Independentemente do credo religioso ou da origem cultural, a vocação doméstica da mulher era ponto consensual para os diferentes grupos sociais (BOSCHILIA, 2010).

O capitalismo marcou o retorno da mulher à economia de produção, sendo “a independência econômica uma condição para a liberdade – tanto da ação quanto da

reflexão e também do sentimento. Muitas vezes é condição para a manutenção da própria dignidade” (ALBORNOZ, 1985, p.62). A mulher, através de uma atividade criativa, artesanal ou artística, ou através de um emprego nos diversos setores da cidade organizada, faz com que comece a perceber a si mesma e ao mundo.

As mulheres passaram a ocupar espaços em empregos menos visíveis e estáveis, como serviço doméstico e no trabalho no domicílio, e ocupavam espaços como balconistas, nos estabelecimentos bancários, comerciais e de seguros, em postos como telegrafia, telefonia, contabilidade e como escriturárias, secretárias, guarda-livros, entre outros cargos burocráticos e de menor status. O ofício de datilógrafa era possibilitado a partir da difusão da máquina de escrever, sendo que estas novas funções demandavam preferencialmente moças solteiras, que eram consideradas mais disponíveis, ágeis, assíduas, dóceis e submissas.

A necessidade de qualificação profissional levou à expansão dos cursos de Secretariado, Contabilidade e Comércio, com salas e escolas especiais para mulheres, e quanto mais mulheres ocupavam estes postos de trabalho nos escritórios, os salários pagos foram sendo rebaixados.

As profissões de maior prestígio exigiam formação superior, como Medicina, Engenharia e Direito, e as mulheres sofriam muita restrição para ingressarem nos cursos. Somente em 1879 a legislação brasileira permitiu que mulheres frequentassem cursos superiores e se titulassem no país. Nas áreas em que as mulheres eram consideradas mais aptas, como Magistério, Enfermagem, Farmácia e Odontologia, os obstáculos foram menores, mas ainda muito significativos.

A república brasileira foi marcada pelo positivismo que apregoa a transformação da sociedade através da educação, dando à mulher uma certa valorização no seu papel de mãe e educadora. Para tal, houve uma preocupação com a formação dos professores; no início, havia professores de ambos os sexos, mas entre 1835 e 1890, se tornaram exclusivamente femininas. O magistério, até 1930, era uma das poucas possibilidades profissionais que atraíam mulheres das elites e dos setores médios da sociedade, por proporcionar um ganho financeiro e status social que permitia aceitação em funções públicas e ambientes intelectualizados.

O magistério foi considerado adequado às mulheres por poder ser um trabalho de meio período, permitindo conciliar a atividade profissional com as obrigações do lar. Na década de 1950, o aumento do número de crianças e a necessidade de docentes abriram a área para outros extratos sociais e isso popularizou a profissão,

assim como o aumento de alunos no ensino secundário abriu possibilidades para as mulheres atuarem como professoras neste nível também.

A identificação do magistério com um sacerdócio difundiu a ideia de que uma boa professora não se preocupa com o pagamento, pois está concentrada na formação dos alunos, contribuindo para a queda do nível salarial ao longo do tempo, gerando, nos anos 1960 e 1970, a luta por melhores condições de trabalho e salários, e mobilização da categoria através de sindicatos específicos.

No Brasil, a interferência do Estado no trabalho feminino apresenta ambiguidades; as ações do governo eram em favor da proteção e defesa da instituição familiar, reforçando a importância da maternidade e dos cuidados femininos do lar, considerando o trabalho fora do domicílio uma atividade provisória ou complementar ao trabalho do chefe da família, privilegiando homens em detrimento de mulheres no mercado de trabalho.

A partir da década de 1960, a empregabilidade feminina crescerá de forma sistemática, tornando-se constante, intensa e diversificada. As crises econômicas levaram mulheres de setores populares ao mercado de trabalho, as mudanças comportamentais, do desejo de autonomia financeira e de realização profissional, o controle da natalidade e o desejo de investir nas carreiras profissionais.

Nos anos 1970, o milagre econômico consolidou a industrialização, modernizou as linhas de produção e a mão de obra feminina foi incorporada nos setores tradicionais, como têxteis e alimentos, e também nas indústrias de eletroeletrônicos, de brinquedos, farmacêuticas e de cosméticos, reforçando os atributos procurados nas mulheres como adequadas a atividades repetitivas, meticolosas, exigindo habilidade manual, cuidado, rapidez e concentração.

A indústria têxtil, que funcionou como o motor da revolução industrial, teve enorme importância também nos primórdios da industrialização brasileira, antes do seu aparecimento, teciam-se manualmente os tecidos populares, importando-se os demais (SAFFIOTI, 1981, p.73).

Em São Paulo, as principais características da mão de obra empregada nas indústrias têxteis ressaltam que:

A primeira observação a fazer quanto aos dados de 1970 diz respeito à enorme absorção de mulheres menores de 18 anos por parte das empresas têxteis. As mulheres menores representam, em termos relativos, mais de quatro vezes o percentual masculino nesta faixa etária. Como os salários são baixos na indústria têxtil, seus empregos parecem interessar às mocinhas

que apenas complementam os salários familiares. Todavia, como grande parte desta indústria trabalha em três turnos, estando a mulher excluída apenas do turno que tem início às 22 horas e havendo troca semanal de turnos, as moças ficam impedidas de continuar seus estudos, já que semana sim semana não, trabalham até as 22 horas. Este tipo de emprego, portanto, não se constitui em trampolim para outros mais bem remunerados ou de maior prestígio social. Pode ser considerado um emprego transitório em termos de ciclo de vida, sendo interrompido com o casamento ou com a vinda dos filhos, mas não em termos de permitir uma qualificação simultânea da força de trabalho e, por conseguinte, uma promoção na vida da trabalhadora. (SAFFIOTI, 1981, p. 85)

A expansão do ensino médio e universitário possibilitou a ampliação da escolaridade feminina em diferentes áreas do conhecimento. Entre 1970 e 1975, o número de mulheres aumentou 5 vezes nas universidades, enquanto o número de homens dobrou. O aumento da escolaridade entre as mulheres gerou impacto no mercado de trabalho, tornando-as economicamente mais competitivas e capazes de enfrentar resistências e preconceitos e aumentar a sua presença em setores antes impossíveis para as mulheres (PEDRO, 2016).

Apesar do aumento da contribuição feminina para o orçamento da família e da constatação da chefia de domicílios encabeçada por mulheres, nos núcleos familiares, os cuidados dos filhos e encargos domésticos continuam majoritariamente sob responsabilidade das mulheres, sobrecarregando seu cotidiano envolto numa dupla jornada.

O trabalho doméstico, fundamental na vida das sociedades, segundo Perrot (2017a), proporciona o funcionamento e reprodução das sociedades e é um peso nos ombros das mulheres, sendo responsabilidade delas, pesando também sobre a sua identidade. A dona de casa perfeita é o modelo sonhado pela boa educação, torna-se objeto de desejo para os homens e uma obsessão para as mulheres.

Perrot (2017a) ainda completa que a mulher é sempre uma dona de casa e o trabalho doméstico resiste às evoluções igualitárias, praticamente não é compartilhado entre homens e mulheres, é invisível, fluído, elástico. É um trabalho físico, pouco qualificado, que depende do corpo e pouco valorizado, sendo os instrumentos mais constantes o pano, a pá, a vassoura e o esfregão, parecendo o mesmo desde a origem dos tempos.

Os trabalhos domésticos foram mecanizados, amenizados, mas as mulheres continuam se ocupando de questões relativas ao espaço da casa, à saúde, aos estudos dos filhos, sem que os homens colaborem muito mais, de modo que as mudanças são mínimas.

O tempo das mulheres é todo produtivo, não existem pausas da atividade de ser mãe e dona de casa, não existe feriado, nem final de semana, e mesmo que exerça uma atividade produtiva fora de casa, o trabalho dentro de casa, relativo ao trabalho reprodutivo, não tem início nem final.

Com relação à regulação do tempo, Thompson (2005) descreve que, a partir da Revolução Industrial no séc. XVIII em diante, o relógio passou a ser um símbolo de status, como tempo passou a ser símbolo de conveniência, pois a revolução industrial requeria maior sincronização do trabalho.

Com isso, o relógio passou a regular o ritmo de vida industrial, e se antes os trabalhadores detinham o domínio sobre seu tempo, organizando-o pelas tarefas que realizavam e segundo suas necessidades, a nova disciplina industrial impunha a necessidade de que as tarefas passassem a ser organizadas pelo tempo, medido e determinado pelo relógio do empregador ou do patrão.

A partir de então, segundo Thompson (2005), o tempo deixava de ser um aliado para tornar-se um inimigo contra o qual o trabalhador lutava a fim de livrar-se de seu trabalho. O grande problema enfrentado nessa reestruturação produtiva, regida pelo controle do tempo, era o tempo livre associado a não-produtividade. Na sociedade capitalista madura, todo o tempo deve ser consumido, negociado, utilizado; é uma ofensa que a força de trabalho meramente passe o tempo.

No entanto, para as mulheres, as atividades nunca tinham final, pois não se encerra a atividade de cuidados com a casa e a família, de modo que, além de trabalharem fora de casa, o tempo livre era utilizado para produzir o necessário ao conforto da família.

Em função disso, muitas mulheres acabam optando por desenvolver alguma atividade produtiva no mesmo espaço em que precisam ficar para cumprir os cuidados com a família. Então, a produção adentra às casas, pois a ideia é a conciliação das atividades reprodutivas, exclusividade das mulheres com a atividade produtiva, já que qualquer tempo produtivo pode ser determinante no sustento de si mesmas e de suas famílias.

No APL de Imbituva, as mulheres iniciaram as atividades produtivas na década de 1970, época em que eram mais cobradas por suas atividades no lar, mas o fato de a cidade ser pequena e de interior influenciou para que as mulheres iniciassem algum tipo de atividade para gerar renda, dentro da própria casa, para que não atrapalhasse nas atividades rotineiras de cuidado com a casa e a família.

No APL de Terra Roxa, onde as atividades produtivas foram iniciadas juntamente com as atividades do próprio APL, na década de 1990, as características dos cuidados com a casa e a família não mudaram muito. As mulheres ainda tinham esta preocupação, principalmente nos cuidados com os filhos, precisando de ajustes na casa e na produção, para que tudo fosse acompanhado sem prejuízos, nem da casa e filhos, e sem prejuízo da própria produção, incorporada à casa.

A análise destas adaptações será apresentada no Capítulo 5 da presente tese.

4.2 AS MULHERES E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO PARANÁ

No Paraná, o processo de industrialização ocorreu de forma mais intensa na região metropolitana de Curitiba, concentrando as principais indústrias. O interior ainda possuía a maioria da economia centrada nas atividades de plantação de café no norte do estado, fumo na região sul, erva-mate na região central, e pouca concentração nos centros urbanos que começavam a se desenvolver.

A década de 1970 foi marcada pela implantação de diversas indústrias no interior do Paraná, o que favoreceu o surgimento de negócios locais para atender às novas demandas, como restaurantes, bares, hotéis, comércio em geral. Esta década é rica em iniciativas de empreendedores que buscavam uma alternativa de geração de renda e encontraram no espaço da própria casa o lugar ideal para produção de peças de vestuário, venda de secos e molhados, venda de roupas.

Muitas destas iniciativas eram encabeçadas por mulheres que precisavam complementar a renda da família ou que eram a única provedora. Estas iniciativas, em muitos casos, acabaram mudando o perfil das cidades, sendo uma das atividades que mais impulsiona a região, como é o caso de Terra Roxa, Cianorte, Maringá.

O Paraná convive com uma forte e dinâmica indústria, bastante diversificada, com grandes empresas multinacionais ou que têm o capital aberto a investimentos estrangeiros. A indústria e, conseqüentemente, os empregos relacionados a ela têm o dinamismo ligado às flutuações do mercado mundial, onde, a cada período, se tem uma crise que pode afetar o funcionamento destas indústrias ou se não for mais viável, o encerramento das atividades em solo brasileiro.

O que mantém a economia dinâmica, em muitos casos, é a economia regional, que é sustentada por empreendimento de pequeno e médio portes, por empreendedores individuais, que acabam empreendendo para produzir para si e para

a família renda extra ou principal no sustento. Os empreendimentos locais privilegiam a contratação de pessoas da comunidade próxima, aquecendo a economia local.

Muitos desses empreendimentos acabam encerrando suas atividades precocemente devido a vários fatores, alguns utilizam o espaço da casa para não arriscar muito investimento, ou acabam se incorporando ao processo de produção de empresas maiores, chamados terceirizados, recebem por unidade produzida, e acabam à margem da cobertura de segurança que o vínculo empregatício proporciona, mas encontram nestas atividades alguma segurança maior do que se estivessem sozinhos no mercado, competindo com os grandes produtores. Esta situação é muito comum no setor de confecções em todos os lugares do mundo.

Com estas adaptações, parte do processo produtivo foi terceirizado, fazendo com que os funcionários que tinham garantias junto aos seus empregadores passassem a produzir em casa, assumindo todos os riscos, desde acidentes de trabalho até assistência médica e previdência. A precarização das condições de trabalho foi sentida em todos os países que se relacionam de forma global, pois a competição por qualidade e preço empurra o processo produtivo para a terceirização e para pessoas que são incentivadas a empreender, mesmo não possuindo as condições necessárias para cumprir todas as exigências do mercado.

Existe o risco de uma pequena empresa vir a falir já no início das suas atividades, tanto pela falta de conhecimento dos novos empreendedores, como por mudanças econômicas. Vários esforços têm sido feitos pelo governo no sentido de dar suporte, capacitar e incentivar os novos empreendedores, justificando que a economia depende deles, mesmo que esta relação esteja totalmente invertida.

No Brasil, o tema empreendedorismo ficou mais conhecido nos anos de 1990, com a expansão de programas adotados pelo governo para incentivar trabalhadores que ocupavam vagas de trabalho públicas e com dificuldades de retornar ao mercado de trabalho após demissão voluntária.

Além de forjar sua própria ocupação, tirando este peso do governo e empresas, empreendedores acabavam lançando novos produtos e serviços no mercado, proporcionando evolução.

Quando não encontram uma atividade que remunere adequadamente, ou quando a sua situação não permite que cumpra turnos fora de casa, a mulher passa a empreender, mais por necessidade do que por oportunidade, no espaço da casa.

Embora as mulheres com pouca formação geralmente ocupem postos de trabalho precários, empreender não significa que estas condições melhorem muito, pois existe uma precarização das condições de trabalho que são desenvolvidos no espaço da casa.

4.3 AS MULHERES E A PRODUÇÃO DE CONFECÇÕES

Enfatiza Perrot (2017a, p. 201):

[...] em um congresso operário de 1867, um congressista declara: Para o homem, a madeira e o metal, para a mulher, a família e os tecidos. Uma grande divisão material e simbólica do mundo, o duro para os homens, o mole para as mulheres.

Ainda para Perrot (2017a), o setor que mais empregou mulheres foi o têxtil, que entrou nas fiações na primeira resolução industrial, sendo um trabalho temporário, pois as mulheres começavam muito cedo nas fábricas, com cerca de 12 anos, e paravam de trabalhar quando se casavam. Considerado um trabalho pouco qualificado, monótono, reduzido a gestos simples e repetitivos, mas cuja cadência se acelerava cada vez mais.

Este setor apresenta a característica de contratar mão de obra domiciliar, em que as mulheres, principalmente, produzem nas suas casas quando impossibilitadas de trabalhar nas fábricas. Em Curitiba, o relato de uma fábrica de fitas ilustra esta situação. Segundo Boschilia (2010, p. 76):

Apesar da grande oferta de mão de obra de trabalhadores menores de idade, uma das preocupações dos donos da fábrica de fitas era a manutenção, em seus quadros, de operárias especializadas. Poucos anos depois de chegar ao auge da carreira, em termos de especialização e produtividade, operária deixava a fábrica para se casar. Para uma aprendiz tornar-se uma hábil tecelã, além da experiência, era necessário muita paciência e habilidade, atributos considerados como essencialmente femininos. Para manter uma equipe mínima de tecelãs altamente produtivas, uma das formas encontradas pela indústria para assegurar o trabalho destas operárias foi o estabelecimento da prática do trabalho domiciliar.

Para que as mulheres continuassem produzindo e cuidando dos afazeres domésticos, máquinas eram instaladas na residência daquelas antigas operárias que possuísem imóvel próprio. Essas trabalhadoras executavam o trabalho industrial em

seu próprio domicílio, recebendo da indústria, além da máquina instalada, a manutenção e a matéria-prima.

Esta prática foi sendo abandonada, proibida por lei em 1945, ao mesmo tempo em que a fábrica de fitas de Curitiba inaugurou uma creche, na tentativa de manter no emprego as funcionárias casadas. A instalação da creche, muito mais do que uma exigência legal, comprova o interesse da empresa em manter em seus quadros operárias especializadas.

4.4 O TRABALHO DA MULHER EM CASA E A EMANCIPAÇÃO

No início do século XIX, prevalecia no Brasil a ideia de que a mulher deveria ser educada para assumir o papel de esposa e mãe, justificando-se o baixo nível da educação feminina por valores morais e sociais ligados à preservação da família. Às mulheres, atribuía-se a incapacidade intelectual inata e aos homens a inteligência e o poder de decisão. Condições injustas bloqueavam o acesso das mulheres ao ensino superior, particularmente aos cobiçados cursos de medicina e de direito, criados pelo Príncipe Regente Dom João e por Dom Pedro I.

O espaço privativo da casa é reservado às mulheres desde a colonização do Brasil, porém, não a todas as mulheres. As filhas de famílias respeitadas não conheciam a rua, viviam em casa e aprendiam tudo o que era necessário para permanecerem em casa, mesmo após o casamento. A rua era o espaço masculino, desafiador, perigoso e meio de subsistência.

As famílias com menos posses não podiam dispor do luxo de manter suas filhas em casa, pois quanto mais pessoas trabalhassem fora, maiores as chances de melhorar o padrão de vida, embora isto fosse quase impossível para algumas famílias.

Atividades eram desenvolvidas paralelamente às obrigações diárias, o que levava algumas mulheres a vender produtos fabricados na própria casa, como cocada, renda, pequenos consertos em roupas e tudo o que permitisse melhorar a qualidade de vida tão precária.

O que diferencia o trabalho reprodutivo do trabalho produtivo é que o primeiro diz respeito aos cuidados domésticos, e que o trabalho da dona de casa não possui valor, pois as mulheres realizam de graça, assim a emancipação feminina seria a ruptura com estas atividades, realizando um trabalho que gerasse renda, e que trouxessem valor, sendo este o trabalho produtivo.

Destaca-se que, na “esteira da reorganização econômica global e do declínio do salário familiar do homem, a partir da década de 70, as mulheres precisaram tornar-se provedoras” (BORIS, 2014, p. 92).

O emprego remunerado seria o que daria libertação às mulheres deste cenário, de donas de casa, reproduzindo atividades sem valor, além de complementarem a renda da família e, em alguns casos, de serem a única renda da família.

Se os poucos postos de trabalho oferecidos às classes mais baixas eram precários, trabalhar no espaço da casa trazia mais precariedade ainda, conciliar serviços de manutenção da própria casa, como limpeza, refeições e cuidados com roupas, além de cuidar das crianças e atender às necessidades do marido, o tempo que sobrava era alocado todo para a produção destinada à venda ou a realização de serviços que podiam gerar renda.

Apesar de ocupar muito tempo e exigir muito esforço, esta atividade para gerar renda pode emancipar a mulher, ou seja, libertá-la de uma condição de dependência financeira, dando-lhe espaço para tomar outras decisões. A palavra emancipação é intrínseca à modernidade e, segundo Luiz (2013), “é na modernidade que se reinstituem as temáticas e valores humano-sociais, após longo período de dogmatismo religioso da vida social, cultural e política, justificando assim o seu destaque no mundo moderno”.

A emancipação feminina é um movimento em que há uma luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e pela libertação dos preconceitos e da opressão ainda existentes na sociedade. Assim, a emancipação feminina é uma ferramenta de combate à desigualdade de gênero.

Considerando-se que a partir da década de 1970 é que a mulher conseguiu alguma autonomia, podendo tomar decisões sobre ter filhos ou não, isso possibilitou a entrada da mulher no mercado de trabalho de forma mais duradoura e não apenas como um período pré-casamento ou pré-gravidez. Muitas mulheres estavam, assim, confinadas ao espaço da casa, com responsabilidade sobre filhos e sem opções seguras de atividades que pudessem garantir a renda necessária para si e para os filhos, e a única possibilidade de conseguir renda seria dentro da própria casa, utilizando conhecimentos previamente adquiridos.

O fruto do trabalho empreendedor traz para as mulheres o primeiro passo para a emancipação: a autonomia financeira e a partir dela pode tomar decisões sobre o futuro dos seus negócios. Nesta pesquisa, fica evidente o quanto as empreendedoras

ainda precisam de aprovação externa para tomarem decisões a respeito de seus negócios.

Apesar de não se dedicarem exclusivamente às atividades produtivas, seu tempo de trabalho se estende muito além do tempo exigido pelas organizações, pois quem trabalha no espaço da casa dispõe de muito mais horas do que se estivesse cumprindo horário em alguma empresa.

As mulheres participantes desta pesquisa protagonizaram o fortalecimento de um setor tido como feminino, a partir dos espaços de suas próprias casas, por impossibilidade de participarem do mercado de trabalho, transformando o espaço reprodutivo em empreendimentos que acabaram mudando o perfil produtivo de cidades inteiras, empregando várias pessoas e possibilitando melhorias na qualidade de vida da comunidade.

4.5 IMBITUVA E TERRA ROXA – O TRABALHO DA MULHER NA INDÚSTRIA TÊXTIL

Em ambos os APLs, as iniciativas cresceram e passaram a ser um negócio da família, desenvolvido no interior das casas e que, ao longo do tempo, foram ganhando experiência e profissionalismo em torno da mulher. Como são duas cidades de interior e pequenas, as características familiares são muito parecidas, são mulheres casadas, com filhos, que dividem a casa e a vida com as empresas, assumindo atividades que vão muito além da casa.

O município de Imbituva está localizado na região sudeste do Estado do Paraná, Microrregião Geográfica de Prudentópolis, composta pelos municípios de Ivaí, Ipiranga, Guamiranga, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro, Imbituva e Prudentópolis. Situa-se a uma distância de 180 km de Curitiba e a 76 km de Ponta Grossa, ocupando uma área de 676 km², foi criado em 1910, quando se desmembrou de Ponta Grossa.

Figura 2 - Mapa de Imbituva



Fonte: Ipardes (2018)

Os primeiros habitantes da região vieram de São Paulo, eram alemães e italianos que fundaram uma colônia que, em 1929, seria chamada de Imbituva.

Figura 3 – Feira de Malhas de Imbituva



Fonte: Revista Distinção (2019)

Conforme dados do IBGE de 2017, Imbituva possui 23 mil habitantes e dos 3.704 empregos no setor industrial, 84 empregos estão relacionados com a produção de malhas, que é o terceiro setor que mais emprega, sendo o primeiro o setor de madeira, com 1794 empregos, seguido do de calçados, com 1632 pessoas empregadas.

A produção de malhas se tornou uma característica da cidade quando ela passou a ser conhecida como Cidade das Malhas, pela produção de malhas tricô e a realização da Feira de Malhas desde 1983, com a participação de 11 malharias. Na terceira feira, em 1985, já havia 33 empresas participantes e, em 1990, o evento chegou a contar com 120 empresas expositoras.

Este crescimento no número de malharias e a realização da Feira de Malhas todos os anos acabou fazendo a cidade mais conhecida, aumentando o turismo de compras. que consolidou o comércio atacadista local.

Figura 4 – Cartaz de divulgação da Feira de Malhas de Imbituva 2019



Fonte: Femali (2019)

Uma característica do APL pouco divulgada é que as primeiras mulheres que começaram a produzir malha tricô aprenderam a tecer em máquinas manuais, tendo recebido o treinamento mínimo necessário para começar. Contavam com a mão de obra de outras mulheres que aprenderam a partir da primeira iniciativa e, quando dominaram a técnica de tecer e arrematar as malhas, abriam sua própria malharia.

Desde 1980 até 2005, quando o APL foi organizado, foram 25 anos de história em que a experiência e a liderança das mulheres contam a história da Cidade das Malhas, passando pela crise do setor têxtil da década de 1990, quando da abertura do mercado brasileiro a concorrentes internacionais, principalmente a China.

O setor encolheu juntamente com a crise e com a mudança de tecnologia de produção, quando um novo maquinário de produção de malhas tricô exigia investimentos altos para a montagem e manutenção de novas fábricas e permaneceram no mercado os mais preparados para enfrentar as crises.

Terra Roxa é uma cidade situada na região oeste do Paraná, em uma região eminentemente agrícola, as atividades agropecuárias respondem por cerca de 70%

Figura 7 - Logo do APL de Moda Bebê em Terra Roxa



Fonte: APL Moda Bebê de Terra Roxa (2018)

No primeiro contato com ambos APLs, algumas características se sobressaem, como o início das atividades, no interior das casas, sem muita ideia do que aconteceria, com a intenção de apenas melhorar a renda da família em épocas consideradas difíceis, a década de 1970 em Imbituva e a década de 1990 em Terra Roxa.

O setor de confecções é conhecido pela baixa tecnologia empregada no processo de produção, porém, à medida que a produção aumenta e se especializa, é necessário investimento em equipamentos sofisticados e adequados. Para tecer malhas de tricô, como em Imbituva, o investimento inicial das pioneiras não foi tão alto, pois as máquinas eram mais simples e manuais. Com o passar do tempo e com a abertura do mercado, novas máquinas passaram a fazer parte do parque fabril, porém com um investimento muito maior, o que inviabilizou a competitividade de muitas das malharias.

Para a produção de malha de tricô, são necessárias máquinas específicas, e o investimento pode ser alto, dependendo do modelo de máquina a ser adquirido. No início, as malharias utilizavam máquinas de produção manual, com investimento menor, porém com produção limitada.

À medida que aumentava a demanda, investimentos eram necessários, tanto em máquinas para tecer as malhas, quanto em máquinas de acabamento das peças, não sendo viável para todos, alguns acabavam tendo uma produção limitada pela capacidade de seus maquinários. Muitos acabamentos eram manuais e para tal eram contratadas pessoas que faziam estes acabamentos e bordados de forma terceirizada.

As malharias que puderam, investiram em maquinário moderno e produtivo, enquanto uma máquina caseira produz cerca de 7 peças (blusas) que necessitam de

acabamentos específicos, a máquina computadorizada produz cerca de 40 peças por dia (blusas) com todos os acabamentos.

Em Terra Roxa, a produção de roupas para crianças não necessita, num primeiro momento, de investimentos muito altos, com uma máquina de costura caseira, é possível produzir com qualidade, o baixo investimento incentivou várias mulheres a iniciarem a produção de roupas para bebês.

Com o tempo e o aumento da demanda, era necessário investir em máquinas de corte de tecidos e na modelagem das peças, para que o tecido fosse mais bem aproveitado e os tamanhos adequados. Hoje existe um investimento maior quando se trata de produção de roupas de bebês, como pessoas especializadas em designer, software de desenho e corte e maquinário específico para algumas fases da produção, como corte e acabamentos.

Máquinas mais sofisticadas de costura e acabamentos também são necessárias para a produção em larga escala. Apara se manter competitiva, a fábrica de confecções deve investir no diferencial das peças, com inovações em design, tipos de tecidos e acabamentos, o que pode exigir mais preparo e especialização.

O setor de confecções é conhecido no mundo todo pela grande utilização de mão de obra, pois todo o processo utiliza mão de obra direta, em todas as fases, desde o corte, montagem e acabamento.

O processo pode ser realizado em qualquer lugar, e por terceiros em alguma das fases, ou até mesmo o processo todo. Neste setor é muito comum a utilização de terceirizações, onde a pessoa contratada é paga por peça produzida, sem possuir nenhum vínculo com a organização que a contrata.

Em ambos APLs existe terceirização de parte do processo, como acabamentos e serviços especializados, porém, em ambos APLs as empresas produtoras mantêm a finalização e a comercialização sob sua responsabilidade.

Como o investimento no maquinário de produção de malhas de tricô é alto, as grandes empresas contratam funcionários para trabalharem em suas dependências, terceirizando apenas o acabamento, como bordados e customização das peças para terceirizados especializados nesta fase do processo.

O treinamento dos funcionários era feito na própria empresa. Alguns serviços especializados são contratados por representarem custo alto para contratação, como é o caso do programador das máquinas para a produção que são mais sofisticadas e que precisam ser programadas a cada modelo diferente a ser produzido. O APL de

Imbituva conta hoje com apenas um profissional que programa as máquinas mais sofisticadas, faltando investimento estratégico para que não se tornem dependentes de um profissional que atende todas as fábricas do APL.

Em Terra Roxa, a demanda aumentou muito rápido e várias empresas entraram no mercado, gerando a necessidade de mão de obra especializada, a mão de obra disponível tinha saído da agricultura, e havia necessidade de alfabetização, pois muitos trabalhadores tinham sido boias-frias e foram encaminhados para o Mobral para que pudessem ler as etiquetas e conseguissem produzir sem dificuldades.

Com o passar do tempo, os funcionários foram incentivados a estudarem e hoje existe uma preocupação de que tenham oportunidade de fazerem curso superior, o horário de uma das fábricas foi adaptado para que os estudantes pudessem sair a tempo de pegar o transporte para outras cidades, uma vez que em Terra Roxa não tem instituições de ensino superior.

A valorização da mão de obra é um diferencial das empresas, porque acreditam que se o funcionário estiver trabalhando motivado, acaba produzindo de forma mais responsável e interessada em resolver possíveis problemas de produção que possam aparecer.

Com a formalização dos APLs em ambas cidades, a mão de obra passou a ser treinada pelo SEBRAE, porém em Terra Roxa havia necessidade de treinamentos mais específicos que através do APL foram viabilizados para atender às necessidades das empresas.

Através do levantamento inicial dos dados, que foi o contato com os responsáveis pelos APLs de Imbituva e Terra Roxa sobre a história anterior ao APL, bem como uma conversa com as primeiras mulheres envolvidas nas atividades, foram elaboradas categorias de análise que serão abordadas no Capítulo 5: As meninas e a aderência cultural e social feminina no trabalho doméstico; A casa é a fábrica: o processo de organização dos arranjos familiares; A insegurança das mulheres no crescimento das empresas e a frágil cooperação das empreendedoras.

Estas categorias estarão descritas no próximo capítulo e respondem à pergunta de pesquisa: Como as mulheres envolvidas nas primeiras iniciativas no setor de confecções dos APLs de Imbituva e Terra Roxa conciliam as atividades produtivas e as atividades reprodutivas sob sua responsabilidade, no espaço da casa?

CAPÍTULO 5

MAIS QUE UM TRABALHO DE TEMPO LIVRE: DA PRECOCIDADE DO LABOR MANUAL DOMÉSTICO AO TRABALHO EMPREENDEDOR NA CONFECÇÃO

O desenvolvimento endógeno de cidades estudadas, a saber, Imbituva e Terra Roxa, começou em torno do trabalho doméstico das mulheres, de suas habilidades com as agulhas, utilizadas para produzir os mais diversos tipos de roupas para a casa e para a família. Foram ensinadas a confeccionar seu enxoval, treinadas desde muito cedo para dominarem técnicas de bordado, crochê, tricô, costura e tudo o que pudesse ser útil para organizar e cuidar de uma casa, filhos e marido.

As “donas de casa”, como foram denominadas as mulheres que não trabalhavam fora, só eram consideradas “boas donas de casa” quando cuidavam de forma responsável e eram totalmente envolvidas com as atividades da casa. Estavam sempre limpando, lavando, passando, organizando, e quando sobrava algum tempo, estavam remendando, costurando, bordando, tricotando, crochecendo alguma roupa para os filhos, para o marido, para si mesmas e para a casa.

No Brasil, uma revista de grande circulação, *O Cruzeiro* (1928 – 1975), trazia regras de conduta e conselhos de beleza para as mulheres, em que as diferenças de papéis entre homens e mulheres ficavam bem delineadas, com incentivo às mulheres para permanecerem no espaço da casa, cumprindo as suas obrigações.

A análise feita por Vieira (2014) da sessão *Da mulher para a mulher* enfatiza os lugares dos sexos, com seus incansáveis manuais de comportamento, instruindo suas leitoras a se submeter a essa ordem, que é considerada natural do espírito humano. Mesmo em uma década de mudanças sociais, as duas seções, *Da Mulher para a mulher* segue encampando valores distorcidos e ressaltando o estereótipo de que a mulher é muito diferente do homem e, por tal motivo, deve se sujeitar a ele.

Figura 8 – Imagem representativa de uma dona de casa em 1960



Fonte: Revista *O Cruzeiro* (1960 apud VIEIRA, 2014)

A imagem *Dona de casa*, publicada na revista *O Cruzeiro*, de 1960, retrata como deveria ser a vida da mulher após o casamento, no âmbito doméstico, no cuidado da casa e, posteriormente, no cuidado dos filhos.

A ilustração é uma tentativa de imprimir um glamour à dona de casa, mas, ao mesmo tempo em que está saboreando um café (ou chá), a mulher está rodeada de seus afazeres e responsabilidades domésticas. Isto mostra claramente o espaço da mulher dentro da casa – é a cozinha, a lavanderia. Mesmo nas famílias mais pobres, a presença da mulher é marcada perto do tanque, da pia. Muito dificilmente próxima a algo que possa representar algum divertimento ou lazer como a televisão.

Ao homem cabe o sustento da família, provindo do trabalho fora do ambiente doméstico. Essas relações são representadas pela revista *O Cruzeiro* como naturais, o casamento é o definidor das atribuições e dos direitos de mulheres e homens, acentuando e reforçando as desigualdades entre os gêneros e salientando a dominação do masculino sobre o feminino.

A seguir, uma das dicas da revista para as mulheres:

Casar por amor e nada mais

“Quem se casa por amor e nada mais” corre o grande risco de, dentro de pouco tempo, nada ter. Há condições básicas, essenciais para o casamento feliz, além do amor. É preciso que o rapaz tenha qualidades que credenciem um bom esposo: lealdade, capacidade de trabalho, iniciativa. Qualidades, enfim, que predisponham não somente a consideração da moça, mas da sociedade também.

É necessário, ainda, que a moça se encaminhe para a vida de casada consciente das responsabilidades que a esperam. Há mulheres que dizem, com uma certa euforia, que não nasceram para donas-de-casa e que acham que qualquer serviço doméstico reduz a mulher a um plano inferior. Entretanto, ainda que não haja necessidade, jamais, que ela desempenhe essas funções que consideram subalterna, é interessante que conheça para orientar bem suas empregadas.

O amor sexual entre os esposos é um meio pelo qual exteriorizam sua afeição espiritual. É preciso haver compreensão e afinidade entre marido e mulher neste sentido. É um aspecto importantíssimo do casamento que não deve ser descuidado. Há mulheres que se recusam à maternidade. Ter filhos, entretanto, é uma das finalidades do casamento. Há pessoas também, que deixam para ter filhos depois. E muitas vezes nunca os têm, porque acham sempre que nunca estão em condições econômicas de recebê-los. Seria interessante, porém, deixá-los fazer parte da família, mesmo dentro do orçamento atual. E os pais chegariam à evidência de que, embora com algum sacrifício, tudo se ajeitaria normalmente, por fim. Enfim, estas são algumas sugestões que nos parecem necessárias, além do amor, para um casamento feliz. (REVISTA O CRUZEIRO apud VIEIRA, 2014).

Estas dicas permaneceram no ideal de mulheres que queriam ser uma boa dona de casa e de homens que sonhavam com uma esposa com este perfil. O objetivo era mostrar quais seriam as atividades e os espaços de homens e mulheres no mundo corporativo e no espaço doméstico. Dentre tantas habilidades necessárias à boa dona de casa, as habilidades manuais eram extremamente necessárias às mulheres e pode-se dizer que costurar era uma destas habilidades.

Assim, pode-se dizer que uma mulher não conseguisse tempo suficiente ou não tivesse habilidades para produzir suas próprias roupas e as roupas da casa, ela era responsável por comprar, encontrar quem fizesse, pesquisar o melhor preço, o que envolvia energia e tempo.

Em cidades com o perfil de Imbituva e Terra Roxa, que estavam mais afastadas de centros mais desenvolvidos, sem comércio estruturado, muitas compras eram realizadas em cidades próximas, porém, na década de 1970, poucos lugares comercializavam roupas para toda a família, então satisfazer às necessidades da casa era um desafio maior.

Este trabalho anônimo era desvalorizado, pois ao mesmo tempo em que o que as mulheres produziam era imprescindível para a família, não tinha valor comercial,

resultando que muitas mulheres produziam para vender e complementar a renda da família, mas sem retorno que pudesse garantir a sua autonomia.

Nas cidades de Imbituva e Terra Roxa, o movimento de produzir para atender necessidades locais iniciou como uma forma de complementar a renda da família, e utilizou conhecimentos que as mulheres já possuíam ou não teriam muita dificuldade para obter, mas as mulheres envolvidas com os primeiros empreendimentos ainda não consideravam estas atividades como trabalho principal mas como uma atividade secundária, que poderia ser feita nas “horas de folga” das donas de casa.

Pode parecer uma vantagem poder produzir algo que possa gerar um valor comercial, então, qualquer quantia era considerada boa, porque era produzida a partir de uma sobra de horário, de disposição, de espaço na própria casa, portanto não era considerado um trabalho e não era uma atividade levada a sério, nem pelas próprias mulheres.

Isto fica evidente quando várias entrevistadas declaram que chegou o momento em que elas teriam que transformar aquela atividade em um negócio e só conseguiram porque tiveram apoio de pessoas próximas, de familiares que tiveram visão do negócio e valorizavam mais do que elas próprias o que era produzido.

Este apoio virou uma dependência e muita dificuldade quando, por algum motivo, tiveram que assumir sozinhas toda a empresa e não apenas parte dela que era o setor produtivo, o corte, a costura, os arremates, a criação de modelos. Demonstraram medo e a maior ameaça era a solidão, diante do que chamaram de desafio, que era cuidar também da negociação com clientes e fornecedores, gerenciar funcionários, cuidar das finanças e dos diversos tipos de controles administrativos.

As mulheres participantes da pesquisa de Terra Roxa falam desta transição e das inseguranças no passado, mas hoje são seguras, pensam no futuro, enxergam o negócio como importante para elas mesmas e para a cidade, direcionam seus filhos, tomam decisões conjuntas e falam de apoio mútuo, de interesses em comum com outras empresárias, se qualificam como guerreiras, se orgulham de terem conseguido enxergar em si próprias e nas demais mulheres as empresárias que estão empregando pessoas e mudando o perfil da região.

Mas algumas mulheres de Imbituva cansaram, não fizeram nem questão de pensar em deixar seus negócios para os filhos, queriam que eles fizessem outras coisas, fizeram questão que eles estudassem, se formassem longe de suas fábricas, tivessem um futuro menos sofrido e uma vida melhor do que as delas.

O cansaço da lida fez com que elas desistissem de produzir, de competir, e sem ninguém da família para assumir a fábrica, elas fecharam, venderam os equipamentos, as máquinas, os espaços ocupados pela fábrica voltaram a ficar vazios. Assim, as mulheres voltaram a ser donas de casa, mas não sem muita história pra contar, do que fizeram pela própria família e pela cidade, porém sem terem se apropriado destes feitos, elas acreditavam estar apenas cuidando de um negócio sem maiores impactos.

Mesmo que a importação de roupas produzidas em larga escala tenha atingido o setor de confecções em todo o país na década de 1990, com grande impacto para as fábricas de Imbituva, levando algumas iniciativas menos estruturadas a desistirem de produzir, as fábricas mais estruturadas e com maiores investimentos conseguiram permanecer no mercado até hoje.

O setor têxtil é bastante competitivo, e as grandes fábricas costumam utilizar mão de obra de vários países para se manterem no mercado mundial, porém, a pequena fábrica ainda possui espaço, o mercado interno e regional não deixa de consumir produtos nacionais, porque reconhece que o produto oferecido tem qualidade e diferenciais que muitas vezes não são encontrados nos produtos vindos da China, principalmente em roupas de tricô.

A indústria nacional tem acompanhado a tendência de customização dos produtos, e justamente o que traz uma diferenciação são as técnicas manuais de tricô, crochê, bordados e acessórios. A valorização das técnicas manuais, aliada ao alto padrão de produção com maquinário de última geração, tem dado fôlego à indústria nacional frente aos preços atrativos dos produtos importados.

Todas as mulheres entrevistadas nos dois APLs se reconheciam como donas de casa, na primeira geração, nenhuma se preparou para gerenciar uma empresa, mas foram se deslocando de funções ditas femininas para funções notadamente masculinas, como gerenciar, negociar, treinar, coordenar, produzir.

O sentimento de insegurança destas mulheres foi grande quando se viram diante do desafio de fazer cada uma das tarefas citadas, juntamente com as suas atribuições, lhes ensinadas como naturais, de cuidados com a casa e com a família, que inclui filhos, maridos e pais.

Estas mulheres se deslocaram das atividades próprias da casa para outras muito desafiadoras e desconhecidas, porque, de alguma forma, as mulheres se preparam para serem donas de casa, mesmo que não precisassem realizar,

precisariam saber mandar outra pessoa fazer e que, invariavelmente, seria outra mulher.

Ao se deslocar para outros afazeres, estas começaram a proporcionar renda para a família, às vezes unicamente proveniente delas ou complementar à renda de maridos, pais e irmãos.

Elas utilizaram o que aprenderam desde muito jovens, com as mães, em casa ou com outras mulheres que já tinham iniciado negócios baseados nas atividades que já realizavam para manter a ordem, a organização e a beleza das casas, como bordados, crochê, tricô, costura e reparos tão necessários para que todos na casa fossem beneficiados. Ainda, com roupas, toalhas de banho, roupas de cama e mesa, e todo tipo de peças que poderiam ser produzidas em casa, como toalhas de crochê, tapetes, cortinas etc.

Ao atenderem às necessidades de outras famílias com seus trabalhos, começaram a gerar renda, e com algum investimento inicial, como no caso de máquinas de tricô em Imbituva e máquinas de costura em Terra Roxa, começaram a mudar o perfil das cidades.

As mulheres então começam a se deslocar, e com essas atividades produtivas até então informais a se converter em pequenas empresárias, e o sentimento de insegurança e de que são inadequadas para o tamanho dos desafios é evidenciado nas entrevistas, mas elas não tem como voltar atrás, já se envolveram, comprometendo tempo, esforço e investimento nas suas fábricas.

Saffioti (1984, p. 128) explica que a penetração maciça da tecnologia na indústria acaba por expulsar grandes contingentes femininos de seu seio, os quais vão se localizar em bolsões artesanais, nos quais as atividades ainda guardam as características compatíveis com uma socialização ao velho estilo. Trabalhos manuais minuciosos, de agulha, continuam a atrair as gerações que tiveram acesso a este tipo de aprendizagem no seio da família.

As duas cidades foram bastante impactadas pelas iniciativas das mulheres. No caso de Imbituva, o auge da produção de malha tricô deu o nome de Cidade das Malhas e era uma das principais atividades econômicas da cidade com a iniciativa de pequenas empresas. Em Terra Roxa, o movimento, que começou na década de 2000, se expandiu tanto que, em 2018, rendeu à cidade o título de Capital Nacional da Moda Bebê.

Em várias entrevistas, fica claro o caráter individual da produção, como opção pela falta de oportunidades tanto em Ibituva quanto em Terra Roxa. No início do movimento produtivo, algumas mulheres passaram a utilizar as habilidades que aprenderam com as mães para tentar gerar alguma renda numa época de crise na atividade agrícola, que era a principal atividade das duas cidades. Estas habilidades foram herança de uma cultura patriarcal que preparava os homens para atividades externas à casa e as mulheres para cuidar da casa e de tudo o que elas continham e representavam, roupas, filhos e maridos.

Apesar de Ibituva não ter utilizado diretamente uma habilidade específica desenvolvida em casa para a produção de malhas tricô em máquina, elas tiveram a noção de corte e costura com tecido retilíneo, que compravam pronto; após um pequeno treinamento, elas aprenderam a produzir também a malha tricô em máquinas manuais e utilizaram as suas habilidades de costura, arremates e bordados para incrementar as peças. Além de aprenderem em curtíssimo espaço de tempo a utilizar a overloque, uma máquina de costura que corta e arremata malhas para que estas não desfiem. Mesmo que não dominassem todas as técnicas necessárias à produção em ambos os APLs, as atividades de costura, crochê, tricô e bordado sempre fizeram parte do universo feminino.

A partir das visitas de campo e das entrevistas, as mulheres revelaram que as mães começavam cedo a tarefa de preparação das filhas mulheres e, segundo os relatos das entrevistadas, em ambos APLs as meninas eram alvo de aprendizagem desde muito cedo, em torno dos 13 anos, e não era facultativo, era uma obrigação para as mulheres e também um orgulho poder exibir peças manufaturadas por elas mesmas, o que não se imaginava era que este orgulho se estenderia pelas cidades e geraria empregos.

A seguir, será feita a análise dos dados qualitativos, levantados a partir de entrevistas e organizados em categorias, os quais foram coletados junto às mulheres de ambos os APLs que participaram do início das atividades, bem como algumas que se inspiraram pela iniciativa das primeiras empresas produtoras de malhas tricô em Ibituva e de moda bebê em Terra Roxa.

Os dados estão organizados em categorias que evidenciam a relação das mulheres com as atividades consideradas mais femininas e desenvolvidas no interior das casas, como uma ocupação menos importante do que trabalhar fora, ficando evidente que as mulheres, mesmo desenvolvendo atividades que se tornaram

lucrativas, não acreditavam que teriam a mesma importância que o trabalho desenvolvido pelos homens fora de casa.

Evidenciam também a preocupação da transmissão das habilidades consideradas como femininas para outras mulheres, quanto mais cedo possível, e que estas habilidades acabaram fazendo diferença nos negócios iniciados pelas entrevistadas.

A análise mostra o quanto as entrevistadas transformaram o espaço da casa em espaço produtivo e o impacto desta transformação das funções tradicionais da casa como espaço da família em fábrica, além de como crescimento das atividades produtivas trouxeram insegurança e cooperação entre as mulheres dos APIs estudados. E quando chega o momento de se deixar o negócio, o que as mulheres entrevistadas pensam sobre os filhos assumirem suas fábricas e como prepará-los para a transição.

5.1 AS MENINAS E A ADERÊNCIA CULTURAL E SOCIAL FEMININA NO TRABALHO DOMÉSTICO

A realidade dos dois lócus de pesquisa aqui estudados mostra-se diferente, entretanto, em se tratando da relação de gênero e do trabalho feminino no contexto doméstico, ambos os contextos – Imbituva e Terra Roxa – têm muitas similaridades.

As mulheres entrevistadas em ambos os APLs falam dos trabalhos manuais aprendidos pelas jovens como se fosse algo inerente aos vários conhecimentos domésticos da mulher. Dessa forma, algumas falam com orgulho que começaram muito cedo, em torno dos 13 anos; outras se declaram apaixonadas por trabalhos manuais, enquanto outras acreditam que conhecer e dominar alguma das técnicas (crochê, tricô, bordados, costuras etc.) pode significar a diferença entre um negócio bem-sucedido ou não.

Sabe-se que esta preparação para o mundo da família e da casa era comum, como destaca Del Priori (1952, p. 49), citando que, ao falecer, em 1688, uma conceituada senhora recomendava que ensinassem aos machos a ler, escrever e contar, e as fêmeas a coser e a lavar e todos os bons costumes, apartando-se do mal e chegando-se ao bem. Assim, as mulheres das classes mais abastadas preparavam suas filhas para que cuidassem da casa e de todas as atividades inerentes a ela, pois

mesmo que a mulher não fizesse todos os trabalhos domésticos, por possuir funcionárias para tal, deveriam aprender a fazer para poder mandar.

Esta lógica permaneceu no Brasil até a década de 1970, quando a mulher começou a conquistar alguns direitos civis e políticos através dos movimentos feministas, ao mesmo tempo em que a mulher trabalhadora ampliava a sua participação nas lutas de classe na organização política e sindical. Nogueira (2010) destaca que se mantinha o enfrentamento em relação ao discurso conservador que preconizava um destino natural para a mulher: ser mãe e esposa, mantendo o conceito de família como instituição básica e universal.

Na década de 1970 houve um combate contra a opressão da mulher, pelo seu direito ao trabalho, salários iguais para trabalhos iguais, bem como a divisão mais justa no trabalho doméstico, na esfera reprodutiva, libertando ao menos parcialmente a mulher da dupla jornada. Foi nesta década que as mulheres de Imbituva iniciaram as atividades de produção de malhas de tricô para complementar a renda da família com uma atividade que não interferisse muito na rotina de atividades relacionadas à esfera reprodutiva, pela qual elas eram totalmente responsáveis, juntamente com uma atividade produtiva, sendo realizadas no mesmo espaço.

Nos centros urbanos mais desenvolvidos, como São Paulo e Rio de Janeiro por exemplo, surgiram oportunidades no mercado de trabalho e o aumento de oferta de anticoncepcionais possibilitou à mulher uma certa independência financeira e autonomia sobre seu próprio corpo, podendo decidir sobre formar família através do casamento e se queria ter filhos. Porém, nas cidades menores – e este foi o caso de Imbituva e Terra Roxa – afastadas dos centros urbanos mais desenvolvidos, a baixa oferta de vagas no mercado de trabalho e as mudanças ocorridas na agricultura levaram algumas mulheres a buscarem alternativas dentro de suas próprias casas.

Perrot (2017a, p. 121) destaca que a costura foi um imenso viveiro de empregos, de ofícios, de qualificações para as mulheres, durante séculos e:

A costura está ligada a importância do vestuário e da roupa íntima, em nossa cultura, nesse estágio do desenvolvimento das sociedades ocidentais. O luxo, na corte, na cidade, se traduz em jabôs de renda, galões e debruns de seda. A primeira Revolução Industrial é a do têxtil. No século XIX ainda há mais trabalho nesse setor. É o grande século da roupa de cama, das anáguas e da lingerie, da moda. Para atender essa demanda, desenvolvem-se os tipos de ofício [...] das mulheres, diz-se que nasceram “com uma agulha entre os dedos”. Na verdade, todas elas aprenderam a costurar: com a mãe, nos ateliês das religiosas, com uma costureira da vila

No início das atividades, tanto em Imbituva, como em Terra Roxa, existia a necessidade de conhecer algumas técnicas de trabalhos manuais, como bordado, tricô, crochê e costura à mão e à máquina, porém não é condição básica que as mulheres detenham estes conhecimentos para que o negócio seja próspero. São habilidades que podem ser treinadas, aprendidas em qualquer fase da vida, por homens e por mulheres, mas das mulheres se exige que aprendam muito jovens, e embora algumas declarem que não gostaram do processo de aprendizado precoce, foi o que deu o diferencial nas peças comercializadas por suas empresas.

Quando relatam suas experiências com este aprendizado precoce, fica claro que saber fazer era crucial para que o negócio prosperasse, pois muitas começaram sem nenhum investimento, apenas com a sua aptidão, seu dom para costura ou trabalhos manuais que foram identificados desde criança, portanto, a produção toda estava centrada nelas, o controle de tudo o que era feito, como era feito, as etapas, a qualidade, antes da produção se tornar grande o suficiente para que elas não tivessem mais o pleno controle, contavam com sua vontade e suas habilidades, como nos relatam as entrevistadas abaixo:

Minha história começa desde os meus 13 anos de idade, hoje eu tenho 44, eu fui fazer um curso pela escola de trabalho, oferecido pela prefeitura, o curso era de bordado, eu sempre gostei de máquina, e eu tinha uma bordadeira manual. E6 – Terra Roxa

Eu costuro desde os 13 anos, hoje estou com 52, tive um ateliê de alta costura. Minhas duas tias costuravam e a gente fazia esta linhagem de costura. Uma das tias fazia jeans e vendia, o marido dela saía revender, então tinha esta pegada de fábrica na família já. E5 – Terra Roxa

Trabalhei lá na [nome da empresa omitido] com 18 anos, primeiro eu fiz o curso de corte e costura no Clube de mães que tinha, e daí quando a professora viu que eu tinha jeito pra coisa, me chamou para trabalhar na malharia dela e me ensinou tudo, me ensinou tudo de tecelagem, de passar, de cortar, de overlocar e finalizar a peça. E1 – Imbituva

Existiu também a necessidade de aprendizado específico, como relata uma das entrevistadas, cuja mãe aprendeu a bordar para aproveitar a oportunidade que surgia na cidade. Com a tendência de bordados nas blusas de tricô, a mesma entrevistada se declarou forçada a aprender para ajudar a mãe na produção dos bordados nas peças produzidas por várias das malharias:

Minha mãe aprendeu a bordar por necessidade e eu que tinha uns 14 anos quando acabei aprendendo meio que forçado. Os bordados eram todos

manuais, minha mãe era muito habilidosa e foi aperfeiçoando os bordados, tanto que uma época ela era a mais procurada da cidade. E4 – Imituva

Neste relato, percebe-se que, com o crescimento da atividade de produção de malhas tricô, cresceram também as oportunidades para as mulheres que não conseguiram investir muito, e que o bordado manual também era uma opção para valorizar as peças.

Este tipo de aprendizado era uma riqueza transmitida pelas mães, sendo quase que uma obrigação, elas ensinavam vários tipos de trabalhos manuais como aprendizado obrigatório apenas para as filhas mulheres, e assim também seria transmitido para as próximas gerações, de modo que, no momento necessário, esses dons se transformaram em uma alternativa viável de geração de renda em época de crise,

Eu sou de origem italiana e a mãe teve que me ensinar a bordar, fazer crochê, enfim, as mães Italianas prepararam as mulheres para serem donas de casa, só que com o tempo a gente viu a necessidade financeira da família e aquilo que ela tinha ensinado a gente começou a fazer para vender. E2 – Terra Roxa

A entrevistada E2 – Terra Roxa, reforça a necessidade de as mães instruírem as filhas a desenvolverem habilidades para os trabalhos manuais, para que possam ter uma profissão, embora fique evidente que ela não achava interessante aprender, mesmo tendo sido decisivo para que pudesse se destacar na produção de peças diferenciadas.

Constatando que, quando as mães não passam estas habilidades para as filhas, os empresários de hoje precisam investir em treinamento, as mulheres interessadas precisam fazer cursos, tamanha é a importância deste tipo de conhecimento para a região. A entrevistada considera que aprender a fazer crochê foi uma outra faculdade.

Hoje a gente vê que as meninas não sabem fazer nada. Eu contratava meninas de 18 anos que não sabiam pegar na tesoura. Eu pergunto o que está faltando, porque uma mãe ensina tanto e outra não, é da cultura de cada um, uma pena porque isto faz diferença. Quando eu aprendi a fazer crochê eu odiava e hoje eu vejo que foi uma outra faculdade que eu tive, que se eu não tivesse todo este conhecimento, eu não conseguiria colocar na minha coleção. Precisamos ter um diferencial para colocar nas peças. E2 – TR

A indústria têxtil e de confecções apresenta características próprias em termos de processo de trabalho, segundo Saffioti (1984, p. 98):

Não obstante toda a influência da máquina, a indústria do vestuário permanece, sobretudo quando atende às classes abastadas, bastante artesanal. Requer uma força de trabalho especificamente treinada para executar tarefas manuais, ainda que muitas se exerçam com o auxílio de máquinas. Pelas próprias características da qualificação exigida, grande parte desta mão de obra é constituída por mulheres que receberam treinamentos de corte e costura no interior da família.

No caso dos dois APLs, existia a necessidade de mão de obra em todas as etapas do processo de fabricação, desde o corte do tecido, ou da fase de tecer a malha tricô, a costura, os arremates e os acessórios, bordados etc. No início, todas as fases eram realizadas por uma pessoa, e aos poucos o processo foi exigindo que mais pessoas participassem, e a maioria era mulheres que já dominavam as técnicas ou que aprendiam exclusivamente para a produção.

Devido à necessidade, há a valorização do conhecimento sobre os variados trabalhos manuais, o que até então, em ambos APLS, era apenas um conhecimento esperado das mulheres que pretendiam ser boas donas de casa. Tais conhecimentos se tornam fundamentais à medida que os negócios crescem e prosperam, a ponto de uma das entrevistadas considerar que aprender a fazer crochê foi tão impactante quanto fazer uma faculdade

Quando eu aprendi a fazer crochê eu odiava e hoje eu vejo que foi uma outra faculdade que eu tive. E2 – Terra Roxa

Apesar de produzirem para seu sustento e de suas famílias, ainda era considerado um serviço inerente às mulheres e mais, como dito pela entrevista acima E2 de Terra Roxa: *“Eu pergunto o que está faltando, porque uma mãe ensina tanto e outra não, é da cultura de cada um, uma pena porque isto faz diferença”*. Deste modo, causa indignação entre algumas mulheres o fato de as meninas não saberem mais pegar na tesoura – isto é, para algumas, tarefa feminina.

As mulheres apareceram, no início timidamente, nas esferas da maternidade e da assistência ou ainda nos ofícios que a tradição consentia em lhes reconhecer: mulheres das tecelagens e das agulhas, em oposição aos homens das máquinas e das ferramentas [...] as mulheres relegadas às esferas da precariedade identificadas como a simples e famosa mão de obra de apoio (HIRATA; MARUANI, 2003, p.55)

Fica evidente que elas também consideravam o perfil dos produtos que produziam algo sem muito valor, mas com o tempo, diante do crescimento da

produção e a necessidade de se tornar um negócio mais estruturado em termos de espaço e processo produtivo, as mulheres acabaram sendo forçadas a crescerem e a assumirem os seus negócios como profissionais.

Destaca-se também que elas não estavam sozinhas, a maioria das mulheres teve apoio, principalmente de membros da família mais próximos, conforme será analisado a seguir. Este é um fato muito importante, pois “sozinhas” (sem ajuda de um homem da família) elas revelam que não teriam conseguido. A força do homem (filho, marido, irmão) tem um significado cultural e social forte no imaginário dessas mulheres.

O posicionamento da mulher no mercado de trabalho em ambos APs estudados era tão frágil, não somente pela baixa oferta de postos de trabalho, como também pela vocação que as duas cidades estavam desenvolvendo para produção de produtos têxteis, o que coloca a mulher diante de atividades restritas, mas que ela pode realizar em casa, com algum investimento.

Esta condição é acentuada pela divisão sexual do trabalho, conforme relatam Hirata e Maruani (2003), em que ao homem é imputado o trabalho produtivo e a dispensa do trabalho doméstico, e a atribuição do trabalho doméstico às mulheres, embora seja crescente o número de mulheres querendo entrar e se manter no mercado de trabalho, também pelo ideário ou imaginário social de que o homem é o centro, o cabeça da família, foram educadas assim.

Diante desta realidade, as mulheres tentam conciliar as atribuições do trabalho doméstico com a geração de renda, ainda que este perfil de trabalho, que seria uma das atribuições do trabalho doméstico, não tenha tanto valor quanto o trabalho masculino. Todas as entrevistadas começaram assim, em casa e sem muito recurso, trabalhando para quem já estava no mercado, com salários menores, ou trabalhando como prestadoras de serviços, conhecidos também como facção (da produção), em que desenvolviam as atividades manuais de bordados, crochê, tricô e costura.

A atividade produtiva, nestes casos, era desenvolvida em casa, no mesmo espaço das demais atividades atribuídas às mulheres, onde a família exerce grande influência, e as entrevistadas relataram que as famílias tiveram papel fundamental como apoiadores e incentivadores das atividades produtivas desenvolvidas pelas mulheres.

Em síntese, os dados revelam que, em ambos os APs estudados, as mulheres empreenderam a partir de conhecimentos já existentes e que foram adquiridos como

parte dos conhecimentos do que era ser boa dona de casa, no entendimento das famílias envolvidas neste processo de deixar habilidades suficientes para suas filhas.

Segundo Saffioti (1984 p. 128), na transição do artesanal para o industrial, a mulher perde talvez sua única vantagem, ou seja, sua qualificação domesticamente adquirida. Assim, as funções econômicas da mulher são relativamente mais numerosas e importantes quando a produção está organizada em moldes artesanais. Decaem em importância e em número relativo à medida que o artesanal vai cedendo lugar ao industrial.

Em Imbituva, o domínio de atividades manuais tem uma importância relativa menor quando se trata da produção de malha tricô, pois era um processo não ensinado nas casas, uma vez que não era comum as mulheres produzirem as suas próprias roupas em máquinas. A realidade em Terra Roxa é diferente, uma vez que a produção está centrada em habilidades adquiridas pelas mulheres no espaço da casa, como costura, bordados etc. Assim, os conhecimentos necessários para a produção em Imbituva são mais amplos, vão além dos conhecimentos adquiridos em casa, na juventude, bem como o investimento inicial.

Em ambos APLs, a atividade produtiva no espaço da casa trouxe um diferencial para a família e para a cidade em termos de retorno financeiro, porém, o preço pelo crescimento da produção acabou comprometendo o espaço da casa, que foi sendo adaptado em prol da fábrica – atividades produtivas –, que passava a ter prioridade sobre as atividades relativas à família – atividades reprodutivas, conforme a categoria que será descrita abaixo.

5.2 A CASA É A FÁBRICA: O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DOS ARRANJOS FAMILIARES

O modo de vida popular pressupõe a mulher “em casa”, o que não significa “no interior do lar”. Perrot (2017a) afirma que há resistência da classe operária em relação ao trabalho da mulher, principalmente nas cidades que não são industriais, e que às mulheres cabia a procura, localização, compra de tudo o que representasse o bem-estar da casa, e juntamente com ela seguiam os filhos menores. Em vista disso, a mulher em casa significava a mulher com tempo disponível, mas não livre, a dona de casa está investida de todos os tipos de função, dar à luz e criar filhos, que a partir do momento que sabem andar já a acompanham em todos os lugares.

Outra tarefa é a manutenção da família, os trabalhos domésticos, que incluem alimentação, aquecimento, a conservação da casa e da roupa etc., tudo isto significa idas e vindas, tempo de trabalho considerável. A sociedade do século XIX não poderia crescer e se reproduzir sem esse trabalho não contabilizado, não remunerado da dona de casa (PERROTa, 2017)

A mulher também é a responsável pelas finanças; Perrot (2017a) destaca que gerir o pagamento que seu marido lhe entrega pode ser visto como uma conquista feminina, mas também uma carga pesada, com a soma que lhe é confiada, a mulher tem de alimentar a família, ela é responsável pela sua subsistência.

Esta descrição é da classe popular, na Paris do século XIX, mas poderia ser de qualquer cidade do interior do Brasil, na década de 1970. No Paraná, e principalmente nas cidades estudadas, a falta de oportunidades no mercado de trabalho levou as donas de casa a procurarem formas de manter suas famílias sem que elas tivessem que deixar o espaço de suas casas e suas “obrigações” de donas de casa.

Incorporar uma atividade produtiva no espaço da casa foi um grande desafio para as mulheres de ambos os APLs, e, mesmo que elas tenham desenvolvido diversas atividades produtivas paralelas às atividades de cuidados com a casa e com os filhos, o grande desafio é definir qual atividade seria possível conciliar com as atividades da casa. Nos dois APLs estudados, as mulheres acabaram optando por atividades que elas já dominavam, puderam aprender informalmente ou trabalhando para outras mulheres, que ensinaram o que sabiam.

Ser mãe e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres e, para Del Priore (2018, p. 609), nos anos dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina, sem história, sem possibilidade de contestação. “A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas da feminilidade, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade”.

Por conseguinte, a mulher que não seguisse o caminho de ser dona de casa estaria indo contra a natureza e não poderia ser feliz e nem fazer outras pessoas felizes. As prendas domésticas eram consideradas imprescindíveis para qualquer moça que desejasse se casar e o casamento era a realização feminina, considerado o objetivo de vida de todas as jovens solteiras.

Alguns relatos corroboram para o fato de que existe, nas atividades de ambos APLs, uma tendência ao feminino, àquilo que faz parte da natureza das mulheres de

realizar ou tem uma certa obrigação de saber. Na experiência das mulheres dos APLs estudados, elas agregaram mais uma tarefa às que já realizavam, e a de produzir não poderia atrapalhar ou se sobrepor às atividades tidas como “normais” para as mulheres. Elas então vão se adaptando e invadindo os espaços da casa até o ponto de não conseguirem mais conciliar os espaços produtivos e reprodutivos, tendo que organizar e separar as atividades da casa e da fábrica em locais diferentes.

O desenvolvimento das cidades e da vida burguesa no século XIX influenciou na disposição do espaço no interior da residência. Del Priori (2018, p. 228) descreve o interior das casas como mais aconchegante, os limites do convívio e as distâncias sociais das classes permitiu um processo de privatização das famílias, valorizando a intimidade. A ideia de intimidade se ampliava e a família, em especial a mulher, submetia-se à avaliação e opinião dos outros; a mulher de elite passou a frequentar cafés, bailes e teatros, todavia, maridos e pais vigiam seus passos e sua conduta era submetida aos olhares atentos da sociedade, de modo que as mulheres tiveram que aprender a se comportar em público, convivendo de maneira educada.

Desta forma, pode-se compreender a insegurança em transformar a casa em fábrica, em trazer uma atividade produtiva para conviver com o espaço sagrado da família, e abrir ao julgamento externo as relações de trabalho que passam a fazer parte da casa. Pessoas estranhas ao convívio entrando em casa, homens que passavam um tempo grande dentro da casa para vender ou para trabalhar poderiam afetar a imagem da mulher.

Nos dois APLs a atividade produtiva vai aos poucos invadindo a casa, que no início vai sendo adaptada, reorganizada, mas com o passar do tempo e o aumento da produção, deixa de ser casa e passa a ser fábrica, obrigando os moradores a encontrarem outro lugar, ou para a casa ou para a fábrica.

O meu quarto era a expedição, a minha sala era o estoque, minha varanda era o corte, o meu fogão eu cozinhava e depois do almoço eu fechava e era onde passava as roupas. A mesa onde almoçava era a mesa de embalagem, então foi difícil, mas valeu a pena. Eu tinha dois filhos eu tirei o quarto deles para colocar uma mesa e eles foram dormir no meu quarto. No começo não podíamos fazer nenhum barracão, e a gente acabou usando a minha casa, se eu tinha um espaço vago na lavanderia, eu achei que acomodaria tudo ali, mas crescemos muito e eu usava o capital de giro para crescer e não podia construir, a gente fazia milagre. Não foi fácil. Na minha casa não tínhamos liberdade de mais nada. Acabou toda a nossa liberdade em utilizar a casa. Pessoas no meu quarto, utilizando o meu banheiro, foi difícil, passamos alguns anos muito complicado, virou um depósito, a casa praticamente era impossível de usar, eram corredores para entrar dentro, mas fomos usando...e acreditando. E2 – Terra Roxa

Apesar das oportunidades de manter um trabalho regular fora, a entrevistada a seguir preferiu permanecer em casa, em nome dos cuidados com a filha e de trabalhar de forma mais flexível, fazendo o expediente no horário que achar mais conveniente. Mesmo recebendo um valor menor pelo mesmo serviço e ver a sua casa se transformando em uma fábrica, com os espaços ocupados pela produção, encontrou vantagens em dividi-lo, para poder ter mais liberdade e autonomia.

Eu não queria mais sair de casa para trabalhar fora, quando pedi a conta da fábrica [nome omitido], eu continuei fazendo acessórios em casa, e produzia para a própria empresa, pagava pouco mas estava em casa com a minha filha, tinha horas que eu pensava, eu acho que eu trabalho mais em casa do que se eu estivesse cumprindo horário na empresa. O legal é que eu consigo conciliar os horários que eu quero e posso trabalhar, eu tenho muito mais liberdade trabalhando em casa, porque eu trabalho melhor a noite, eu amo trabalhar à noite. E3 – Terra Roxa

Agora já está com 10 anos e alguns dias ela acaba ficando em casa mesmo, só quando meu marido não está em casa que ela fica comigo até eu terminar o que precisa ser feito, quando era menor, ela sempre estava por ali, queria fazer barraquinha, neste sentido que eu queria ficar em casa, para poder acompanhar, é muito bom, mas conciliar nem sempre é fácil, então eu penso, eu queria ficar em casa pra isto, eu gosto muito de ter esta liberdade, não quero crescer muito, isto tomaria todo o meu tempo e hoje eu quero cuidar da minha família em primeiro lugar. E3 – Terra Roxa

Frente a isso, algumas concessões são feitas em nome da atividade produtiva, como a privacidade e o número de horas trabalhadas, fator comum a todas as entrevistadas.

Vencer as demandas da casa muitas vezes deixa de ser prioridade, os filhos se adaptam, se sujeitam aos horários das mães, muitos são “criados” no espaço produtivo, as mães os acomodam embaixo das mesas da atividade produtiva, e quase todas falam a respeito de como tudo isto é difícil e o quanto determinadas atividades estão afetas às mulheres. A participação dos outros membros da família nas atividades da casa nem são citadas nos relatos daquelas que vencem todas as atividades naturalmente impostas a elas e mais as que escolheram como atividade produtiva.

Esta situação remete às famílias da Inglaterra no relato de Engels (2010), onde a produção sobrepunha qualquer outra necessidade, e que às mulheres era imputada a tarefa de cuidados com a casa e os filhos além das várias horas de trabalho na indústria têxtil.

Começamos em casa, abri a porta do quarto ao lado da sala, era o meu quarto ali, botei pro fundo e minha casa foi se tornando a minha fábrica, eu não tinha mais espaço, eu só tinha onde dormir e onde comer e o banheiro era coletivo, cliente usava, funcionário usava e a gente usava, privacidade nenhuma, você estava comendo e chegava gente. E5 – TR

Trabalhando 24 horas por dia, era conveniente, trabalho em casa rende, porque você já está ali, você já pode adiantar um almoço, porque aqui é difícil um funcionário, e naquele tempo a gente nem podia pagar uma pessoa para cuidar da casa todos os dias, e eu já era acostumada a esta lida, porque eu tinha a minha empresa dentro de casa, e as minhas funcionárias tinham ido todas para as fábricas maiores, então eu fazia tudo sozinha mesmo, a gente concilia bem, vou pra casa, faço almoço, eu faço na hora, não gosto de comida requentada, mas quando a pessoa não vem pra limpar eu limpo também, não tem problema, não vai matar ninguém. E5 – TR

Na disputa pelo espaço da casa, apesar de não interferir nos negócios da mulher e até participar da construção de um espaço específico, o marido não se sentia à vontade com a atividade produtiva. No relato de uma das entrevistadas, constata-se que havia um descontentamento do marido e as reclamações eram normais – o termo utilizado era “briga”, ou seja, a mulher precisa brigar pela sua atividade, principalmente quando traz algum tipo de incômodo ao marido.

Com meu marido, muita briga saiu por isso, por causa da poeira da lã. Ele ficava loco de bravo que nós almoçava, jantava e dormia comendo lã, ele ficava loco de bravo. Por causa da poeira da lã que ele implicava, mas não assim que ele se metesse no meu negócio, não! E7 – IB

Em se tratando de incômodo, as mulheres não se sentiam tão à vontade quando o espaço privativo da casa acabava se tornando espaço produtivo, seja por falta de planejamento, ou por não acreditarem que seus negócios prosperariam, então elas iam perdendo o espaço da casa, que acabava por se tornar uma fábrica. Assim permanecia até que elas pudessem investir em um espaço mais adequado, de modo que as adaptações foram as mais variadas, como relatado em algumas narrativas:

Eu comecei na lavanderia, ficava em um espaço separado da casa, tive que aumentar porque a produção aumentou muito e fui comprando máquinas, mas nunca coloquei máquina dentro de casa, foi um acordo que fizemos, que não teria mistura da casa com a malharia, mas muitos dos serviços manuais, eram feitos em casa, além do expediente, não tinha horário pra trabalhar, tinha que fazer as tarefas da casa, já tinha funcionária, mas as crianças tinham horário, tarefa, trabalhos escolares que tinha que dar um jeito de ajudar. E3 – Imbituva

Quando veio os filhos eu já tinha funcionárias, tinha uma moça que tecia, fiquei 3 ou 4 anos só eu e a mãe, daí quando veio os filhos eu tinha uma moça que cuidava da casa e outra que tecia as malhas, mas os filhos era eu que cuidava, eu trabalhava dentro de casa, então os filhos eram largados dentro das caixas de retalho das máquinas, minha filha tem rinite até hoje, ela tem

30 anos agora, ela ficava no meio das caixas de arremate. O menino não, quando ele nasceu, a gente já tinha construído um lugar só para a malharia ele ficava na casa, mas ela dividiu o espaço na linha de produção, sentada na máquina de costura, brincava com as sobras de malhas. E2 – Imbituva

Numa casa véia que tinha aqui, herdei o terreno, fiz um lugarzinho, meu marido foi construindo, ele era pedreiro, fomos construindo e fomos crescendo. Nós fizemos uma casinha para a gente morar e colocamos as máquinas na casa velha que era maior, que cabia as máquinas, fiquei muitos anos na casa de madeira, uns 5 ou 6 anos trabalhando ali, até que construímos este sobrado que passou a ser malharia embaixo e moradia em cima, e minha mãe acabou ficando viúva e veio morar na casa dos fundos. E7 - Imbituva

Não havia nenhuma preocupação com as mulheres que se sobrecarregavam de tarefas de casa e de uma atividade que estava beneficiando a família toda; à mulher só existia a possibilidade de assumir tudo sozinha, era o preço de tentar gerar renda a partir de casa, administrar todas as atividades relativas à fábrica e ainda se sentir grata por poder ficar perto dos filhos, que são sua responsabilidade também.

Observa-se que, mesmo com a casa toda modificada, com o marido duvidando da capacidade de organização e prosperidade do negócio, a entrevistada a seguir viu vantagens em manter o seu negócio em casa, estar próxima à família e sentir que os negócios não interferem nas duas funções de dona de casa e mãe, e mesmo após organizar um espaço específico para a produção, a principal vantagem que ela reconhece é estar em casa.

É muito difícil fazer tudo no mesmo espaço, por isso que eu falo que é questão de você às vezes deixar a produção de lado, porque a gente não conseguia almoçar, eu não tirei foto, mas foram mais ou menos uns dois anos, convivendo deste jeito, utilizando a cozinha, e a casa vira uma bagunça e era engraçado, porque meu marido não acreditava que um dia eu teria uma empresa, porque era uma loucura mesmo dentro de casa. Mas o que eu mais prezo é o fato do meu negócio não interferir na minha família, apesar de que a minha filha, quando eu preciso trabalhar até mais tarde, ela pega o colchãozinho dela e a coberta e fica embaixo da mesa de corte, com o tablet, e ela fica por ali. E3 – TR

Assim, o trabalho da mulher não tem a mesma importância que o do homem, podendo ser menosprezado ou desacreditado, o que não se concebe é que ela deixe de cuidar da casa e dos filhos, que acabam acomodados ao seu trabalho, procurando a sua companhia em dias que a mãe precisa se ausentar. As crianças ainda são parte da responsabilidade da mulher, estão junto à mãe e não ao pai, que por sua vez nem é citado, aparecendo apenas para reclamar e duvidar da capacidade da mulher. Também, a casa não é um espaço adequado para comportar produção, ela é

adaptada, as coisas da casa estariam todas deslocadas, pois é uma atividade totalmente diferente que divide o mesmo espaço. Mesmo assim, a mulher sente que a sua missão de cuidar da família não é afetada e, portanto, ela está em paz com a sua missão de cuidados.

A gente não tem hora, nem para começar e nem para terminar, mas quando eu trabalhava nas malharia, quando apurava o serviço, a gente trazia para terminar em casa, tinha funcionário que não sabia fazer direito ou fazia muito devagar, e a gente tinha que terminar em casa, é um negócio que você é presa, sempre está dependendo do que precisa fazer para poder ver os horários. E7 – IB

Fica evidenciado o caráter exploratório da mão de obra feminina, quando o patrão precisa entregar alguma encomenda e a funcionária precisa levar trabalho para casa, para vencer às demandas que não são diretamente dela, mas as assume como se fosse um elogio, pois comparada a outros funcionários é a que “dá conta” do serviço.

Outra entrevistada declarou que nunca envolveu diretamente seu marido nos negócios e que ele nem sabia o que ela fazia, já que ela produzia em um espaço separado, no mesmo terreno da casa. Segundo seu relato, ele nunca sequer soube como estavam os negócios da esposa:

Com meu marido, nós nunca misturemo as coisas, o que é dele é dele, ele conduz do jeito dele, e o que é meu, é meu, eu conduzo do meu jeito. Meu marido, Deus o livre, nunca contei pra ele o que tinha que pagar, o que tinha que fazer, que tinha fiado para pagar, porque ele não gosta, fui enfiando a cara e fui fazendo, e pagando. Não adianta preocupar o outro, né? O que vc tem que fazer, vc tem que enfiar a cara e fazer. E7 – Imbituva

Este relato é uma exceção, uma única entrevistada não cita o marido como fonte de apoio e nem de incentivo, demonstrando ter total autonomia para gerenciar seu negócio e declarando uma autonomia muito grande.

Dentro deste espaço da casa, a mulher tem uma autonomia relativamente grande de organizar, estabelecer rotina e horários, e esta autonomia está relacionada, segundo Perrot (2017a, p. 177), com poderes que têm por sinônimo influências difusas e periféricas, de modo que a mulher não tem poder, ela tem poderes, mais perceptíveis na esfera do privado, do familiar e até mesmo na sociedade civil.

Portanto, as entrevistadas utilizam as influências que possuem na esfera do privado e desenvolvem atividades paralelas às atividades já consideradas naturais,

com o objetivo de ajudar a manter a casa e/ou proporcionar um futuro diferente e melhor para seus filhos, no que são apoiadas por membros da família, que as incentivaram.

Sabe-se que a família é impulsionadora do trabalho, estimula os filhos para o mundo do trabalho, prepara as novas gerações. E o envolvimento dos membros da família, demonstrando apoio e compreensão, são citados por todas as mulheres entrevistadas, mas também a participação direta na produção, nas vendas e na influência que tiveram para que as mulheres investissem mais, arriscassem mais, sendo de vital importância esta participação para os negócios e para a vida de todas as entrevistadas.

Apesar de trabalharem muito e de assumirem as funções de dona de casa e de empresárias, ressaltam o apoio recebido como se fosse algo extraordinário, como se seus diversos trabalhos não estivessem favorecendo a todos da família. Mesmo com todo o acúmulo de trabalho, ressaltam que se não fosse o apoio recebido de familiares próximos, se não fosse a presença da família, teria sido impossível ou muito mais difícil. Entre as entrevistadas, E6 – Terra Roxa fala da importância desta relação:

Eu tinha um irmão, falecido em 2006, [...] ele era funcionário do banco [nome do banco omitido] e eu era funcionária da [nome da fábrica omitido], ele falou, vamos montar o nosso próprio negócio, aí eu falei eu só sei criar modelo, bordado, costurar, eu faço, mas esta parte administrativa eu não sei fazer, ele disse, esta parte eu faço. Em 2004 a gente começou[...] eu costurava, bordava, embalava eu pregava e foi crescendo gradativamente, em 2004 ele descobriu que estava com câncer, eu saí da parte de produção, já estávamos com uns 10 funcionários mais ou menos, passei para o administrativo junto com ele, ele me arrastou, disse que eu precisava aprender,

A entrevistada sabia que seu irmão a estava preparando para assumir a empresa como um todo, mas ela não se sentia preparada porque não dominava a parte administrativa, e após o falecimento do irmão, se sentiu muito sozinha e insegura. Todas as sugestões do irmãos foram acatadas e reconhecidas como a melhor opção para si mesma e para os negócios

Meu irmão era meu companheiro, meu amigo, meu porto seguro [...] meu irmão falou que eu iria fazer uma faculdade, ou ciências contábeis ou administração, porque era o que o nosso negócio precisava, daí fui pra faculdade, com 6 meses de faculdade ele faleceu, foi muito complicado porque eu tinha uma fábrica, tinha uma filha pequena e tinha a faculdade e estava sem meu irmão. E6 – Terra Roxa

Ainda que a entrevistada fosse muito próxima de seu irmão, sua mãe também estava envolvida nos negócios e a apoiou, tomando conta da neta quando ela cursava faculdade.

Em 2004 a gente começou, era eu, ele [o irmão], a minha mãe, uma costureira e um rapaz que ajudava a cortar [...] graças a Deus minha mãe cuidava da minha menina pra eu ir para a faculdade. E6 – Terra Roxa

Vê-se aqui um caso de envolvimento de dois membros da família que foram essenciais para que a entrevistada iniciasse o negócio e, na sequência, conseguisse administrá-lo sozinha. A fragilidade da entrevistada é revelada ao relatar que procurava o SEBRAE não para a empresa, mas para ela se fortalecer diante de tantos desafios.

Eu recebi muito apoio, mas foi muito difícil, o pessoal do SEBRAE foi muito legal e eu era membro do APL, eu ia lá para chorar, pra buscar um ombro amigo, então eles foram me apoiando e eu fui me fortalecendo, eu não ia lá para buscar solução pra minha empresa, eu ia lá pra mim, era um refúgio, eu não tinha mais chão. E6 – Terra Roxa

O apoio e a decisão de mudar o perfil produtivo, que foi essencial para a entrevistada E5 – Terra Roxa, veio do seu filho, que foi assertivo na estratégia de fabricar apenas roupas de bebês, embora a entrevistada já possuísse grande experiência na confecção de alta costura para adultos. Somente depois de o filho assumir o negócio junto com ela, houve a mudança de foco do público adulto para a moda bebê. Ainda relutante, a entrevistada disse ter chegado a estipular um prazo para permanecer no novo perfil de fábrica.

A entrevistada acrescenta que houve participação indireta de seu pai, que financiou as máquinas, e das suas tias, que também costuravam quando ela trabalhava como facção de alta costura, conforme relato abaixo:

Meu filho fez faculdade de direito, e em uma conversa que a gente teve e falou: mãe, vc fica se lascando aí, vamos montar uma fábrica, a gente já tem as máquina, você já tem as modelagens, vamo? eu fazia roupinha de criança, mas eu não gostava. Eu falei, então vamo, entramos em contato com o assessor do SEBRAE, tinha umas máquinas, porque eu tinha montado uma facção antes, com as minhas tias, meu pai financiou as máquinas pra mim, mas eu falei que não queria ficar muito tempo, eu começo e daí você contrata outra pessoa pra ficar no meu lugar, e toca a fábrica. E5 – Terra Roxa

Segundo ela, ele foi decisivo para o futuro do negócio, pois não poderia participar do APL se fosse confecção de roupas para adultos, neste caso, mudar o foco do negócio foi estratégico e ela reconhece o papel do filho nesta decisão.

O envolvimento de membros da família nas iniciativas acabou sendo benéfico para todas as partes, a entrevistada E3 – Terra Roxa relata que a sogra, após se envolver nos negócios, superou a perda de um filho, porque segundo a própria família, estar tão envolvida na produção ajudou a superar a dor da perda. Nesta situação o marido nem aparece como apoiador ou como parte das decisões sobre a empresa.

Quando comecei, eu tinha aquelas máquinas de patchwork, e a minha sogra sempre amou costurar, e estava decidindo se se aposentaria ou não, então meu cunhado que era solteiro, sofreu um acidente de carro e morreu. Se ela não tivesse se envolvido na produção, minha sogra teria entrado em depressão. E3- Terra Roxa

Uma sociedade com membros da família pode ser decisiva no momento de investir em um novo negócio e na sua continuidade, a exemplo de algumas mulheres que tinham o conhecimento, a vontade, mas não contavam como comprar o maquinário necessário, conforme o relato da entrevistada E1 – Imbituva:

Eu era sócia do meu cunhado, ele que montou a malharia na verdade, eu não tinha um cruzeiro para dar na malharia, na época, eu entrei com a vontade de trabalhar e ele entrou com o dinheiro, e assim fomos pagando. Trabalhamos 11 anos de sociedade com meu cunhado, graças a Deus deu certo, foi tudo bem, ele não trabalhava, tinha as filhas, mas as filhas foram estudar e tal e eu fiquei, daí a gente dividiu a parte, ele pegou a dele, mas ele foi uma pessoa que se não fosse ele eu não tinha começado, não tinha conseguido. E1 - Imbituva

Nem sempre os membros da família se envolvem apenas financeiramente, como é o caso da entrevistada E2 - Imbituva, em que sua mãe acabou se envolvendo também na produção das peças e aprendendo novas habilidades para participar da atividade produtiva. Mesmo que a iniciativa tenha sido da filha, a mãe foi decisiva quando comprou a primeira máquina e se envolveu no processo produtivo, que já trabalhava em uma malharia da cidade. A principal dificuldade encontrada foi a falta de capital para investir e alavancar o negócio.

Daí ensinei minha mãe, fiz os moldes tudo, que ela não sabia também, daí eu tecia e ela passava e cortava, e depois eu ia overlocar lá na [nome omitido], depois do expediente, mas foi bem sofrido assim, sabe? Sem dinheiro, sem as máquinas necessárias, foi muito sofrido, porque se você começar com toda a equipe e máquinas que precisa, é outra coisa, a gente

começou sem nada, só com a máquina de tecer e daí levou uns 3 anos para ter tudo, minha mãe comprou a nossa primeira máquina e a produção era muito pequena, entre 4 a 6 peças por dia para dividir em duas, eu não pegava a minha parte porque o dinheiro era dela, ela que investiu então a gente dividia meio a meio e a minha metade eu dava pra ela, para pagar a minha parte da máquina que ela comprou. E2 - Imbituva

Às vezes, é necessário rever a parceria em prol da continuidade dos negócios, conforme relata a mesma entrevistada, que a parceria com a mãe foi bastante benéfica, porém, com a entrada da irmã na sociedade, houve problemas que foram solucionados somente com a saída da irmã. Embora a irmã colaborasse indiretamente, vendendo as peças produzidas, quando começou a participar da produção é que os problemas ficaram mais evidentes e sem solução.

Compramos uma máquina de tecer, daí para overlocar e fazer os outros acabamentos eu usava as máquinas da [nome omitido], depois do horário eu usava as máquinas dela e daí começamos, a minha irmã vendia em Ponta Grossa [...] depois veio a minha irmã trabalhar junto, depois a gente comprou mais uma máquina e mais uma overloque e dividiu, porque com a irmã junto não deu muito certo. E2 - Imbituva

A parceria com os maridos foi a mais citada, alguns com atitudes decisivas para os negócios, outros com pouca participação, mas sem dúvida, as pessoas que mais influenciaram nos negócios e nas decisões das mulheres ouvidas foram os companheiros:

O meu marido ia organizando as contas, papeis, documentação, Foi uma dupla que deu certo. E2 – Terra Roxa.

Com quatro anos de empresa, a gente estava iniciando e eu trabalhava diretamente, sempre junto com ele na direção da empresa, mas ele era mais focado na parte comercial, de vendas, representantes e eu mais na parte administrativa e aí fiquei viúva, a partir dali eu assumi tudo, foi um momento difícil para mim, porque ele era empreendedor, tinha uma visão muito boa e eu tive que assumir tudo sozinha depois. E1 – Terra Roxa

[a iniciativa do negócio] foi mais ainda do meu marido, ele falava assim, você tem muita sabedoria, muita capacidade de você ter a sua marca, eu tinha muito medo, mas o incentivo dele e muita fé que a gente tinha, fomos crescendo. Tudo começou numa [local omitido] que armazenava os alimentos os venenos da roça e a gente foi desocupando e estamos hoje aqui, graças a Deus. E4 – Terra Roxa

Ele participou e participa, ele trabalha como vigilante, e o serviço dele é 24 horas por dia, ele fica de plantão em casa e só sai quando tem algum chamado para resolver. Como ele fica em casa, a parte de produção ele não gosta, ele não faz, porém, quando eu preciso que ele atenda algum cliente na região, ele vai vender pra mim. Às vezes precisa fazer alguma entrega,

qualquer coisa relacionada a entrega ou buscar alguma coisa, ele me ajuda, ou quando a gente vai fazer feira, ele me ajuda também. E3 – Terra Roxa

Eu comecei sozinha, eu e minha mãe, depois em 2000 que veio meu marido trabalhar comigo, ele era taxista e caminhoneiro e daí ele largou do trabalho dele e veio trabalhar comigo, quando veio a máquina eletrônica, ele veio pra cuidar da máquina. Aumentou muito a produção e quanto mais gente melhor, melhor que sejam da família. E2 – Imbituva

Quando os homens se envolviam, não era com a produção, com exceção do relato de uma das entrevistadas de Imbituva, de que o marido deixou o emprego para trabalhar com uma das máquinas de tricô. A maioria dos companheiros, filhos e irmãos, veio para o setor administrativo da empresa, que só foi assumido pelas mulheres na falta desta figura masculina. Assim, o que representava o dinheiro propriamente dito era exercido pelo homem da família, cujo imaginário cultural lhe dava o aval para tratar dos negócios e não da produção em si. A mulher continuava com a confecção – este era, portanto, seu *métier*, seu espaço de produção e seu domínio.

Todas declararam ter recebido incentivo para começar ou expandir suas empresas, e a maioria de figuras masculinas, de modo que apenas uma das entrevistadas declarou que o incentivo veio de sua mãe. Desse modo, segundo relato de uma das mulheres, a figura do homem era muito importante nas relações sociais em Imbituva, para não quebrar o padrão de família da cidade, como é o caso a seguir:

Nós viemos pra cá porque meu marido veio administrar a [empresa omitida], ele nunca interferiu na malharia, mas acabou se envolvendo porque na época que tinha muita produção e precisava de mão de obra mais forte, o turno depois das 18hs era ele quem fazia, porque ficava muito chato ter um estranho dentro de casa depois do horário do expediente, a cidade pequena, todo mundo se conhecia e acabavam falando muito. E3 – Imbituva

Em um dos relatos, a figura do marido acabou fazendo falta, a mãe de uma das entrevistadas, viúva, sentia muita dificuldade nos relacionamentos sociais, porque uma família que não tinha a figura do homem acabava influenciando até as amigas, e com certeza, os negócios também.

Esta foi uma dificuldade muito grande que minha família enfrentou, principalmente eu e minha mãe, ser viúva e não ter pai, era uma espécie de vergonha pra nós, não éramos convidadas para quase nada, minha mãe vivia para cuidar de nós e eu só estudava, tinha poucos amigos porque as mães das minhas colegas não gostavam de ter em casa uma menina sem pai, cansei de ouvir isto, era triste demais, as famílias tradicionais eram mais aceitas. E4 – Imbituva

A maioria das mulheres entrevistada declara que, sem o apoio de algum homem, teria sido muito mais difícil, e que quando perderam este apoio, ficaram totalmente inseguras. No contexto dos APLs, o papel da mulher é o da casa, dos afazeres domésticos, do trabalho que não remunera e que tem no homem o seu principal provedor, mas a mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho, em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar riqueza social (SAFFIOTI, 2013, p. 61).

Nas entrevistas, fica claro o lugar da produção, aproveitando o tempo que sobra das atividades reprodutivas, o espaço da casa e a acomodação da família “da melhor forma possível”, como se a atividade produtiva desenvolvida pelas mulheres, dividindo espaço com os demais membros da família, estivesse atrapalhando, mesmo sendo, na maioria das vezes, um complemento importante da renda, quando não era a única renda da família. Como o papel esperado do homem é exercido fora de casa, ele tem mais intimidade com a rua, o desafio, e ele mesmo é um reflexo do quanto a sua esposa tem cuidados com a sua roupa, sapatos etc.

Para produzir bens ou serviços que se traduzam em valor, diretamente relacionado com retorno financeiro, além de todas estas atividades, a maioria mulheres dos dois APLS desenvolvem atividades produtivas capazes de trazer este retorno financeiro, mas não sem apoio ou sem incentivo dos homens, sejam eles maridos, filhos ou irmãos. O fato de receberem este incentivo se traduziu em força e determinação para começarem ou darem continuidade aos negócios, reconhecendo que, sem este incentivo, são conseguiriam. Isto se ratifica quando precisam assumir os negócios “sozinhas”, se sentem muito inseguras.

Apenas uma das entrevistadas deixa claro que nunca misturou os negócios com o marido, que ele nunca interferiu, ficando evidente como uma figura importante de apoio para as mulheres entrevistadas, o homem ajuda a tomar decisões importantes como iniciar um negócio ou mudar estrategicamente os rumos de um negócio já existente. Ele seria, então, um espelho, alguém em quem elas poderiam confiar e que estariam presentes quando sentissem dificuldades próprias de um empreendimento que exige apoio.

Muitas das mulheres nos APLs estudados lideram em casa mais pessoas do que o homem em seu trabalho, mas as atividades da mulher em âmbito privado não

são apreciadas ou valorizadas, então, quando elas precisam liderar pessoas que trabalham pra ela, mesmo que seja no mesmo espaço da casa, elas ficam inseguras.

Pode-se associar o conceito de valor do trabalho para complementar a análise. Hirata (2003) faz esta reflexão, afirmando que o valor distingue o trabalho masculino do feminino, não somente no sentido econômico, mas principalmente no sentido antropológico e ético, o que induz a uma hierarquia social.

A divisão sócio-sexual do trabalho expressa uma hierarquia de gênero que, em grande medida, influencia na desqualificação do trabalho feminino assalariado, no sentido da desvalorização da força de trabalho e, conseqüentemente, desencadeando uma acentuada precarização feminina no mundo produtivo conforme Peña (1981, p. 81-82):

Aqui, a relação capital/trabalho como uma relação histórica concreta pode ser vista de forma a incorporar uma hierarquia de gêneros, expressa em categorias como – qualificação, responsabilidade, controle – que de fato não são neutras a sexo, como também não são neutras as classes.

O trabalho de um homem pesa mais do que o trabalho de uma mulher, logo ele estaria mais afeto ao mundo do trabalho do que ela, onde seria mais respeitado, assim quando os maridos apoiam as mulheres ou os filhos apoiam as mães, os irmãos apoiam as irmãs, estão dando um aval muito importante, reconhecendo socialmente a capacidade delas e tornando isto público através do seu apoio e de sociedades comerciais.

Neste estudo, fica evidente que o relacionamento das mulheres com o espaço da casa e com a fábrica varia de acordo com o entendimento de cada uma sobre o que é prioridade. Enquanto para algumas seria o seu negócio onde o marido nunca interferiu, para outras seria prioridade estar próximo da família e conseguir ajustar as demandas da casa às demandas produtivas.

Mesmo reconhecendo que a atividade produtiva teve um peso grande na geração de renda da família, as mulheres falam de suas fábricas como uma atividade que interfere significativamente no espaço da casa, enfatizando que a fábrica invadiu a casa, sendo historicamente reconhecida como o espaço privativo da família. Assim, elas estariam diminuindo a importância deste espaço, colocando uma atividade alheia à função natural da casa. Promove nelas uma espécie de angústia: por um lado, a necessidade de gerar renda, e, de outro, a necessidade de cuidar da casa e manter a

família unida. Tal angústia acaba sendo somente delas, que se sentem responsáveis pelo zelo do espaço da família, ao mesmo tempo que precisam supri-la com recursos econômicos.

5.3 A INSEGURANÇA DAS MULHERES NO CRESCIMENTO DAS EMPRESAS E A FRÁGIL COOPERAÇÃO DAS EMPREENDEDORAS

No início da industrialização do Brasil, as mulheres pobres não trabalhavam apenas nas indústrias dos polos mais industrializados, como São Paulo.

Del Priore (2018, p. 603) descreve que as mulheres já estavam no campo, em plantações e colheitas em vários tipos de propriedade rural. “Nas cidades, trabalhavam como empregadas domésticas, lavadeiras, cozinheiras, governantas, em escolas, escritórios, lojas, hospitais, circulavam pelas ruas como doceiras, vendedoras de cigarros e charutos, floristas e prostitutas”. Entre as jovens das classes média e alta, muitas se tornavam professoras, engenheiras, médicas, advogadas, pianistas, jornalistas, escritoras e diretoras de instituições culturais (DEL PRIORE, 2018, p. 603).

Del Priori (2018) aduz que o espaço público moderno foi definido como esfera essencialmente masculina, do qual as mulheres participavam apenas como coadjuvantes, na condição de auxiliares, assistentes, enfermeiras, secretárias, desempenhando funções consideradas menos importantes nos campos produtivos que lhes eram abertos.

As autoridades e os homens de ciência consideravam a participação da mulher na vida pública incompatível com sua condição biológica, levando muito tempo para que a figura da “mulher pública” fosse dissociada da imagem da prostituta e pensada sob os mesmos parâmetros pelos quais se pensa o “homem público”, ou seja, como ser racional dotado de capacidade intelectual e moral para a direção dos negócios da cidade. O autor) enfatiza que

[...] pelo menos até a década de 1960, acreditava-se que a mulher tendo sido feita para o casamento e para a maternidade, não deveria fumar em público ou comparecer a bares e boates desacompanhada, e a política ainda era considerada assunto preferencialmente masculino. (DEL PRIORE, 2018, p. 228).

Não deveria ser natural, mas pelo histórico de lutas pelos espaços públicos que as mulheres viveram e ainda vivem, é um tanto compreensivo que, em cidades como

Imbituva e Terra Roxa, ainda existam resquícios deste período onde o espaço privado estava reservado à mulher e que todas as que saíram deste espaço, ao menos parcialmente, para exercer alguma atividade pública, sentissem um pouco de insegurança.

Pode-se aferir que, mesmo quando a mulher já demonstra sua capacidade, utilizando suas habilidades no mercado de trabalho, ela seja desacreditada quando pretende utilizar as mesmas habilidades para abrir o seu próprio negócio. Uma das entrevistadas, já demonstrando grande habilidade no trabalho para outra empresa, ao manifestar vontade de ter seu próprio negócio, foi desmotivada por seus empregadores. E mesmo já se dedicando à criação própria, relata que continuou trabalhando um tempo ainda para ambas empresas. Assim, desacreditada pelo patrão, foi apoiada pelo marido, mas sentiu medo de arriscar, e se não fosse o apoio dele talvez não tivesse aberto seu próprio negócio.

Aprendi tudo o que sei na empresa, mas eu sempre queria fazer algo diferente nesta empresa e o meu patrão não aceitava e ele dizia que não tinha mercado pra isto, e como eu trabalhava com criação e cuidava da produção, era gerente de produção dele, eu não poderia fazer o que eu queria naquele momento lá na empresa, e daí um dia eu falei pra ele, um dia vou ter a minha própria marca, e ele dizia que não tinha mercado. Durante o dia o meu marido e mais um funcionário produziam, e eu continuei trabalhando na empresa, e à noite eu fazia a criação e foi onde a gente soltou a primeira coleção. Ele me ofertou porcentagem na dele para mim não abrir a minha, mandava eu ir umas duas a 3 vezes por semana na dele, pra resolver as coisas, e até que chegou um ponto que eu falei que não iria mais. E4 – Terra Roxa

Existe o reconhecimento de que tudo o que aprendeu foi na empresa e talvez por isso teve tanta dificuldade em se desligar, mesmo quando já tinha uma empresa de sucesso.

Este caso acaba destacando a insegurança da entrevistada quando ela queria ter sua marca própria e, mesmo tendo capacidade já comprovada como gerente do processo produtivo todo e criando as coleções da empresa, ao ser desencorajada pelo patrão, acabou adiando seu sonho porque não acreditou na sua capacidade e intuição para lançar uma marca inovadora, e demorou até que ela conseguiu se desligar do empregador e se lançar no mercado.

Mas eu sempre queria fazer algo diferente nesta empresa e o meu patrão não aceitava, ele era do básico, do popularzão e eu sempre falava pra ele que eu queria fazer um estilo modinha, fazer o adulto no infantil, e ele dizia que não tinha mercado pra isto. E4 – Terra Roxa

Esta situação mostra também que algumas mulheres ainda necessitam de aprovação masculina para acreditar no próprio potencial, e como a presença do marido influenciou as suas decisões de abrir o próprio negócio e, na sequência, deixar de trabalhar para outra empresa.

A entrevistada E6 – TR afirmou que, logo que se casou, ficou proibida pelo marido de continuar estudando, o que conseguiu fazer 10 anos depois, com o apoio do irmão e depois do divórcio, embora trabalhasse para compor a renda da casa, algumas coisas ainda podem ser proibidas pelo marido, conforme relato:

Eu casei com 23 anos e fiz magistério e contabilidade, mas meu marido era do sítio e me disse que mulher depois que casa não precisa estudar mais, terminei o magistério e encerrei, fui fazer faculdade com 33 anos. E6 – TR

Divorciada e na sequência sem o irmão, se sentiu desamparada diante de tantas atividades que dependiam unicamente dela, porém, a escolha da faculdade não era dela, precisou atender uma necessidade da empresa ao cursar administração, abandonando o sonho de cursar outra área. Novamente se vê uma mulher que trabalhava em seu próprio negócio, criando coleções e cuidando da produção, sentindo-se sozinha e insegura quando ficou sem seu irmão, que era sócio e melhor amigo.

Em Terra Roxa, a situação reforça a ideia de que uma mulher sozinha ainda pode se sentir insegura, mesmo já tendo grande experiência gerencial e de produção, conhecendo muito seus clientes e fornecedores, pelo simples fato de não poder contar com nenhum homem para afirmar as suas decisões.

Outra entrevistada se considerava uma dupla com seu marido, dividindo as atividades da empresa, e se viu diante de um grande desafio quando ficou viúva. Apesar de iniciar seu negócio sozinha, ela se sentiu perdida quando ficou à frente de seus negócios sem poder contar com o apoio do companheiro.

Mesmo dividindo as atividades da empresa com o marido, o que assusta não é o desconhecimento, é o fato de que, a partir de um determinado momento, se sentiu totalmente responsável por todas as atividades da fábrica. O que as mulheres aprendem desde muito jovens, as habilidades para cuidar de uma casa, os trabalhos manuais (crochê, tricô, bordados, costura) nada mais são do que serviços necessários para que a casa se mantenha organizada e bonita. Transformar estas habilidades em negócios rentáveis que proporcionam uma vida melhor, oportunidades melhores para

os filhos e que podem empregar a família inteira não foram ensinados junto com os pontos, laços e laçadas.

Os filhos ficam embaixo das mesas, são distraídos com pedaços de tecido que sobram dos cortes das peças, brincam com a correia das máquinas, dormem e batem as cabeças na mesa à medida que vão crescendo e nem percebem que já não cabem mais embaixo das mesas. E as mães, estas ainda estão ocupando o espaço da casa, perdendo privacidade, equilibrando as funções de dona de casa e de empreendedora da melhor forma possível. Até que a ruptura não vem de dentro, não vem delas, a ruptura sempre vem de fora; até que o marido vai embora, o irmão falece, ou fica viúva, ou a mãe compra uma máquina, ou o cunhado investe. Então ela é apoiada, ou por algum parente próximo, ou por ela mesma, quando percebe que não tem mais ninguém.

O mais desafiador para estas mulheres é perceber que não têm mais ninguém, que precisam seguir a vida e concretizar seus sonhos sem apoio, e o quanto isto pode ser desafiador, estar sozinha não é duvidar de sua capacidade de produção ou de criação, estar sozinha é enfrentar a administração dos funcionários, o mercado, os vendedores, os patrões, os filhos e ainda cuidar da casa e dos negócios.

Apesar de serem todas concorrentes, algumas mulheres acabaram se apoiando e ensinando o que sabiam para outras mulheres, mesmo sabendo que elas poderiam abrir seus próprios negócios e se tornarem concorrentes também. Em alguns casos, as mulheres viram na iniciativa de outras mulheres muito mais do que concorrentes, mas ameaças, e levaram um tempo grande para confiarem que, cooperando, poderiam ter mais vantagens do que trabalhando sozinhas.

Mesmo assim, algumas apenas convivem e aproveitam o que o trabalho em comum pode trazer em termos de retorno financeiro, enquanto outras vislumbram além do próprio negócio, a possibilidade de melhorias para a cidade e entendem que trabalhando sozinhas não poderiam chegar onde estão.

Nesta possibilidade de formação de lideranças que unissem as iniciativas isoladas das cidades mapeadas pela política pública dos APLs, várias cidades do Paraná foram consideradas para receber apoio formal de entidades como SEBRAE. Se tornar um APL teve pesos totalmente diferentes para as cidades de Imbituva e Terra Roxa, em ambas já havia uma competição e do ponto de vista das empresárias entrevistadas, nem sempre era positivo.

A entrevistada E1 – Terra Roxa mostra as diferenças de relacionamento entre os empresários antes e depois do APL:

Antes do APL eu via uma rixa muito grande, ninguém podia se ver, se falar que ia copiar o modelo, ia copiar alguma coisa, tinha este medo, e depois do APL o tratamento ficou melhor, algumas empresas são parceiras, até de visitar uma empresa, outra, não tem mais esta questão assim, ah vai copiar meu modelo ou vai roubar meu funcionário, 100% não muda porque tem pessoas que são mais difíceis, mas na grande maioria eu vi uma melhora de relacionamento nas empresas.

A proposta da Política Pública de fomento aos APLs, ao utilizar os atores locais com experiência, principalmente o SEBRAE, tem a finalidade de organizar as ações isoladas dos empresários em ações mais amplas, pensando no APL como um todo, unindo os esforços em torno de objetivos maiores. O que se evidencia em Terra Roxa é que o perfil dos empresários, juntamente com as lideranças, acabou gerando resultados positivos, principalmente no que diz respeito à cooperação.

A entrevistada E2 – Terra Roxa enfatiza a força de trabalharem juntos por objetivos em comum, mas ressalta que se fosse um outro grupo de pessoas, poderia não ter chegado aos resultados que chegou, e ainda que a participação das mulheres foi decisiva para o sucesso do APL.

[...] a gente acabou adquirindo força porque são várias empresas numa só, então [o APL] está respondendo por várias empresas, então ajudou muito, isto fortaleceu. Mulheres são mais guerreiras, mais briguentas, foi muita persistência, entendeu, se tivesse pegado um grupo de pessoas que não é tão esforçado de repente não teria dado resultado. Tem várias pessoas com a mesma cabeça, com o mesmo objetivo, acho que o que fez o APL crescer foi a persistência, muita garra para buscar os resultados. As mulheres daqui conseguiram conciliar isto [...] A concorrência é saudável, mas mil maravilhas não é, existem os atritos, existem aqueles que não querem se entrosar. Mas uns 80% está unido, e são mais mulheres, os 20% são mais os homens que não gostam muito de participar.

O reconhecimento de que no APL a entrevistada E3 – TR pode encontrar apoio e que através deste apoio houve crescimento:

Eu vejo uma união neste sentido, porque a APL tem o mesmo interesse, as empresas médias e grandes me ajudaram muito, em trazer pessoas, olhar as peças e me dar sugestão. Pra mim, eu agradeço muito, porque as empresas do APL me ajudaram muito, eu fui muito ajudada, não tenho do que reclamar, e é legal, porque agora eu não estou sendo mais MEI.

Outra empresária afirma que se não houvesse um esforço em torno do crescimento do APL, hoje não estariam onde estão, fazer parte de uma organização

que cuida do interesse de todos os membros e que conseguiu reconhecimento do mercado pode ser decisivo para permanecer no mercado e conquistar novos clientes, o que fica marcado na fala da E5 – TR:

O APL existe faz tempo, hoje eu faço parte da diretoria do APL também, daí tem certas coisas [atividade produtiva] que pra vc abrir, pra vc seguir [ter sucesso], tem que se associar a alguma coisa [APL], a gente queria mais conhecimento, porque a gente não pode parar, a gente precisa buscar sempre.

Ano passado recebemos o diploma de Capital Nacional da Moda Bebê, ninguém faz nada sozinho, não adianta falar, tem umas fábricas isoladas, tipo cascavel, elas querem se associar no APL, fica conhecido, fazer parte da capital nacional da moda bebê. Vai o logo do APL junto com isto, a gente está assim, pensando como a gente vai fazer o resto do Brasil e o mundo conhecer o APL.

Participar do APL pode ter mudado a postura de alguns empresários que se sentiam ameaçados pela concorrência, mas após trabalharem juntos e conquistarem muitos benefícios para todos, inclusive para a cidade, a visão foi mudando, conforme o relato da entrevistada E4 – TR:

Demorou um pouco, fomos meio resistente ainda, quando montamos a nossa, fomos concorrentes muito fortes para os outros, porque entramos no mercado com um produto diferente, aí eu tinha medo de participar de um grupo com eles, de expor uma ideia, foi muita discussão, muito debate em reuniões, hoje não. E4 – TR

[...] porque vinha pessoas mandadas pelas outras empresas aqui conhecer, pesquisar, a gente descobriu e pediu para não virem mais, porque estava indo longe demais, vinham ver o que estávamos produzindo para contar para as outras empresas, vai acabar criando um grupo no APL que ninguém confia em ninguém e ninguém ganha com isso. E4 – TR

A união dos empresários em torno do APL é um avanço muito grande na cooperação, apesar de já terem conquistado muitas melhorias para a cidade e para as próprias empresas, algumas empresárias afirmam que ainda não chegaram a um nível de cooperação ideal, e que a concorrência, apesar de menor, ainda existe:

Quando iniciamos, todas copiavam a primeira fábrica, ela lançava coleção de inverno deste ano, seria a coleção de inverno de 3 ou 4 do ano seguinte, era muita cópia, hoje já não acontece mais, porque hoje todas tem sua criação, então sai coisas lindas, maravilhosas, mas assim, a prática de negociação, preço, é livre, a gente deixa isto bem claro na feira, cada um decide o seu preço. E6 – TR

Nós poderíamos estar muito mais à frente, mas lidar com os políticos não é nada fácil, e falta participação interna também, muitos querem a coisa pronta. A nossa cidade já melhorou muito e precisa melhorar mais ainda. E

precisamos trabalhar mais unidos, existe uma amizade, mas ainda falta mais união, tem uns empresários, que pensam que se for para dividir eles não participam, com medo de perder. E6 – TR

As mulheres de Imbituva passaram pelo processo de formação de liderança cerca de 20 anos antes, com a formação da Associação de Malharias de Imbituva em 1985, para organização das feiras de malhas realizadas desde então. Perceberam o poder da associação e criaram identidade para a cidade, tiveram um período de muita competição e de aproximação para atingirem objetivos em comum.

Quando a política pública de fomento aos APLs chegou em Imbituva, em 2005, a associação estava consolidada, e a necessidade da criação de mais uma entidade de lideranças colocou mais carga de trabalho sobre as diretorias, que ao longo do tempo foi enfraquecendo a liderança do APL, uma vez que a diretoria da associação já tinha 20 anos de atuação.

Um estudo de Bobato (2012, p. 166) evidencia que “um dos problemas relacionados à falta de cooperação e apoio ao projeto já se origina na implantação do APL, pois os empresários não tiveram suas ideias acatadas e os demais não se sentiram à vontade para opinarem”, e alguns, mesmo não muito empolgados, fizeram parte do APL, ao passo que muitos declararam não entender direito o que é de fato um APL. Este mesmo estudo reflete que a opinião dos empresários nem sempre foi levada em consideração quando das reuniões de implantação do APL juntamente com os técnicos, e que o APL, segundo a opinião de alguns empresários que participaram deste estudo, era muito confuso, com muitas reuniões e pouca ação para resolver os problemas que já existiam.

Um dos pontos nevrálgicos dos empresários de Imbituva era exportar, aumentar o mercado consumidor, e a partir do momento em que as promessas existentes no projeto não foram cumpridas, os empresários deixaram de participar, enfraquecendo a ideia de APL, que era unir os empresários.

Em 2012, na época em que o estudo de Bobato foi realizado, já havia um grande descontentamento no empresariado com relação ao APL, por ter ficado no plano do discurso as questões relacionadas à exportação. Outra queixa que o estudo de Bobato (2012) levanta é que os consultores, ao visitarem as fábricas, acabavam interferindo nas decisões estratégicas, dizendo se a empresa teria ou não condições de participar da feira de malhas, sendo que a feira já existia havia mais de 20 anos, e

os empresários que acatavam as sugestões dos consultores acabavam se sentindo prejudicados.

O APL não conseguiu cumprir o papel de catalisador das necessidades dos empresários e fica evidente que os empresários com empresas maiores eram mais ouvidos do que os empresários das empresas menores ou iniciantes.

Segundo Bobato (2012, p. 125), das 29 empresas visitadas durante as pesquisas, 26 tinham mulheres como proprietárias, ou seja, era a mulher a protagonista do APL de Imbituva. No levantamento para o presente estudo, 6 anos depois, restaram 18 empresas, das quais 9 são chefiadas por mulheres, desvendando-se o quanto o setor encolheu e as mulheres saíram do protagonismo no setor de tricô em Imbituva.

Em conversa com o presidente da Associação de Malhas de Imbituva, no diário de campo, o mesmo informou que “Imbituva já não é mais um Arranjo Produtivo Local, houve sobreposição de lideranças, dificuldade de conciliar duas diretorias e baixa participação, fazendo com que os empresários desistissem de participar”, e que “muitas empresárias estavam simplesmente parando, e sem possibilidade de continuidade do negócio, fecharam, outras deixaram de vender no varejo, produzindo apenas para a feira”.

O encolhimento do setor, o investimento alto com o aumento da tecnologia empregada na produção de malhas tricô, a falta de sucessores, e o tempo que já trabalharam são alguns dos fatores do número de mulheres empresárias do setor ter diminuído tanto. Em um dos casos, uma grande malharia foi fechada e dividida entre dois herdeiros homens, que abriram 2 novas malharias quando a mãe saiu dos negócios.

Em Terra Roxa, a política dos APLs começou pouco tempo depois das primeiras iniciativas, e a liderança local foi formada em torno das ações do APL com o apoio do SEBRAE. Todas as entrevistadas reconhecem que, sem o apoio, os cursos e o acompanhamento do SEBRAE, seria muito difícil alavancar tudo o que foi realizado nas empresas e na cidade. Algumas empresárias ficaram inseguras em compartilhar informações e tomar algumas decisões em conjunto porque não sabiam até que ponto seria saudável conhecer os pontos fortes e fracos de cada uma das participantes, mas com o tempo, reconheceram que cooperar é o caminho mais rápido para atingirem objetivos em comum.

Do ponto de vista das iniciativas, em ambos os APLs as entrevistadas afirmam que não tinham muita opção para gerar renda, algumas já tinham um contato prévio com a produção de alguma peça artesanal, mas nenhuma tinha experiência de produção para atender demandas além da sua casa.

Quando a demanda pelos produtos cresceu, e algumas entrevistadas se viram desafiadas pelos companheiros ou pelos irmãos, e em um caso pelo filho, não se sentiram seguras para estar à frente de um negócio que sairia da casa e passaria a ser uma empresa. Sair do espaço da casa poderia significar perder o controle sobre a atividade, e encontraram o medo de não dar certo, de estarem cometendo um erro e até mesmo se sentirem incapazes de assumir todas as atividades relativas à produção de uma empresa.

As entrevistadas que demonstraram esta fragilidade de assumir os negócios sozinhas usaram termos como medo e insegurança de não conseguir, de não ser capaz. Uma diferença que precisa ser ressaltada é o fato de 5 em 6 entrevistadas de Terra Roxa utilizarem a palavra “insegura” para descrever como se sentiram diante da possibilidade de crescer e investir em uma fábrica maior, e também de enfatizarem que se não fosse o incentivo de algum homem, seja marido, irmão ou filho, não teriam conseguido. Isso corrobora os levantamentos teóricos que apontam de forma muito clara os espaços da mulher, qual é o seu domínio e como o fato de sair do espaço da casa traz insegurança quando sozinhas, mas que com o apoio de algum homem, ficou mais fácil e como foi difícil quando estes homens, por algum motivo, as deixaram sozinhas com uma fábrica, com produção maior e com todos os desafios que este tipo de negócio pode trazer.

Outro ponto que merece destaque é que, apesar de a maioria das mulheres entrevistadas de Terra Roxa evidenciar a insegurança, ao mesmo tempo receberam apoio e solidariedade de outras empresárias quando se viram sozinhas. As situações de insegurança e de cooperação se mostraram invertidas em Imbituva, onde as mulheres não enfatizaram esta inseguranças quando entrevistadas e citaram com maior veemência o fato de serem concorrentes declaradas a ponto de não quererem participar das feiras, não as reconhecendo como um espaço que poderia beneficiar a todas.

Algumas entrevistadas chegaram a contar que as vitrines eram montadas voltadas para o interior das lojas para evitar que as concorrentes passassem em frente e copiassem os modelos. Em termos de cooperação, as experiências são diferentes

em Imbituva e em Terra Roxa, assim como são diferentes as formas pelas quais as mulheres de ambos APLs preparam seus sucessores.

5.4 PREPARAÇÃO DOS SUCESSORES

Como estas mulheres estão planejando o futuro dos seus negócios está mais relacionado a questões pessoais do que relativas ao mercado ou à posição de suas empresas neste mercado, evidenciando a falta de visão empresarial, que poderia ter sido trabalhada pela política de fomento aos APLs. Algumas conseguiram fazer sucessores, seja porque os filhos demonstraram interesse, ou assumiram os negócios mesmo sem demonstrar interesse imediato, acabaram optando pela sucessão nos negócios da família. Destacam-se as falas das entrevistadas:

O filho que eu nunca imaginei que ia levar à frente, saiu da faculdade, ele fez engenharia mecânica e como está difícil o mercado de trabalho, bem difícil, ele veio trabalhar com a gente, até o professor dele falou, você tem negócio próprio da família, o que que vai trabalhar em outro lugar. Já está tudo pronto, tem os clientes, é só dar continuidade. E2 – IB

Ter uma continuidade é muito importante, são 30 anos de investimento alto, a gente trabalhou 30 anos comprando máquinas, arrumando espaço físico, treinando funcionários, e daí quando vc está cansada de trabalhar, acaba o negócio. É um patrimônio. Ele já faz 2 anos que se formou e está aqui com a gente. E2 – IB

Arruinou muito pra malharia, aumentou muito o imposto, achemo até que nem compensa trabalhar com tricô mais, minha filha está pensando em trabalhar com malha, com uniformes, agora que eu passei para minha filha, eu já posso me aposentar. E7 – IB

Preparar os filhos para a sucessão nem sempre é fácil e, quando os negócios vão bem e é necessário passar para alguém, o primeiro pensamento é de que seria interessante recorrer a um filho. Existe certa pressão para que haja continuidade das atividades, afinal, depois de tanto esforço e investimento, alguém da própria casa precisa assumir. Em um dos relatos, a entrevistada chegou a perguntar à filha se seria necessário ela adotar para, então, poder deixar a empresa para um filho.

Vai demorar um pouco, mas a gente pretende se desligar da empresa, ela não queria, no começo não queria, aí falei pra ela, então vou ter que adotar um filho para poder deixar? A gente foi bem rígido com ela, aí ela fez administração, ela queria fazer [curso omitido], mas acabou fazendo administração, fez pós em administração. Ela está voltando mais para a parte do financeiro, cuidando das vendas, ela está bem infiltrada na empresa, não

digo deixar as duas marcas pra ela, mas uma das marcas a gente vai dar sequência para ela cuidar sim. E4 – Terra Roxa

A minha filha mais velha já tem um poder bem grande dentro da empresa, de decisão de ajudar, e participar, tem bastante função dentro da empresa, e fez faculdade, hoje está muito empenhada na empresa. A de 17 tem muita facilidade para desenho, de estilo, são peças que vendem, a gente acompanha pelas vendas, representa um número grande para a empresa, só que hoje está naquela fase de vestibular, não sabe se quer isto, ela quer ser veterinária, no início eu falava muito, vamos trabalhar com a mãe, mas ela não quer, mas tem este dom natural, eu falei então vai buscar o que vc está querendo, se não for isto, automaticamente ela já sabe o que fazer. Ela é uma menina que começou desenhar com 12 anos, já viajou comigo para a Itália, já foi em missões com o APL, ela vai muito bem, hoje está saindo um pouquinho fora...não posso influenciar tanto, a gente vai até um limite. E1 – Terra Roxa

Uma das entrevistadas, na impossibilidade de a filha assumir, revelou que a intenção é fechar a fábrica, pois não teria na família alguém para o lugar. No momento, não leva em conta a possibilidade de fazer uma transição para uma administração profissional ou de vender a marca, ou mesmo vender a fábrica toda (marca e equipamentos)

Hoje minha filha está com 16 anos, eu tenho uma loja na avenida, então ela estuda de manhã e trabalha na loja à tarde e ela é apaixonada pela loja, da fábrica ela não gostava, ela queria a parte administrativa mas aqui ainda tem muitas coisas que eu preciso resolver, muita responsabilidade, e pela idade é melhor que ela se concentre em estudar, mas ela sabe embalar, mexer no sistema, fazer expedição, ela só não sabe costurar direito, mas as outras coisas ela vai bem ela já falou que se ela se formar e der tudo certo, ela não vai tocar a fábrica, e eu tenho de medo de fazer um investimento na estrutura por causa disto, eu invisto nos equipamentos, porque é meu ganha pão, mas se ela não quiser realmente assumir, eu vou fechar, porque é muito estressante. E6 – TR

Outra entrevistada afirmou que não quer crescer, porque o envolvimento é muito grande, o negócio precisa de dedicação, então, a sua opção é não crescer para poder conciliar com a sua família. Ela cita outras épocas em que mulheres tiveram que se dedicar muito para crescerem, e a sua opção é ficar em um patamar em que o negócio pague as contas e que não tome muito tempo.

Eu quero poder trabalhar, ter uma vida normal, há 15, 20 anos talvez foi mais fácil, mas eu acredito que não, vc tem que abrir mão de muita coisa e não é uma coisa que eu quero, você precisa focar, você foca naquilo e você deixa sua vida de lado um pouco, tem que ter equilíbrio, eu não quero perder a minha vida assim, me dedicar tanto ao negócio. E3 – Terra Roxa

A entrevistada E7 – Imbituva reforça a ideia de ter um negócio próprio para ficar com a família, principalmente com os filhos. Uma de suas filhas que trabalhava fora,

por não querer se envolver na empresa da mãe, agora prefere se dedicar ao negócio da família e conseguir ter mais tempo para a filha:

Um das filhas trabalha em escritório e a mais velha está aqui agora. A gente quer que eles façam outra coisa, depois que ela ganhou nenê, ela decidiu sair porque ela trabalhava no [nome da empresa omitido] e ali não tem sábado, domingo nem feriado, tem que trabalhar direto e ela queria aproveitar a criança e ela se obrigou a fazer as coisas que eu fazia, para poder conciliar o filho como trabalho. O marido dela trabalha de noite e de dia ele ajuda ela, e vão indo, tem que se virar, é a vida. E7 – IB

A entrevistada E1 – Imbituva conta que a sucessão já está definida, e acabou envolvendo todos os 4 filhos, que diversificaram os negócios, mas continuam no ramo de confecção. Uma das filhas vai ficar com a malharia quando ela parar de trabalhar.

Todos estão envolvidos aqui agora, todos os quatro, pense tenho 4 filhos e todos estão envolvidos agora. Trabalhamos todos juntos, às vezes é difícil também, porque cada um tem uma opinião, eles não se envolvem nas coisas da malharia, só no trabalho deles, eles fazem forro para bota de borracha, eles se desligaram da malharia. Na malharia tem eu e a Eliana, mais tarde, vai ficar tudo com ela. E1 – IB

A entrevistada a seguir acredita que o caminho natural de sua empresa é ficar com o filho, que a ajudou a iniciar o negócio e que desde então trabalha com ela, apesar de ter mais 2 filhos que não se interessaram pela continuidade do negócio da mãe.

Foi mais iniciativa do meu filho do que minha, eu não queria, mas era pra mim, pra ele e para os outros 2 filhos. Como os outros não quiseram, sobrou pra mim e pra ele, ele se formou trabalhando em fábrica, ele trabalhou com 13 anos, em uma fábrica que agora fechou, acabou gostando da área e ficou, então interesse ele já tinha. No futuro, passar para o filho, porque os outros dois não tem interesse, este dá o sangue pela empresa, tem muitas que não estão fazendo isto, tem que pensar no futuro também. E5 – TR

Outra entrevistada já está, aos poucos, fazendo a sucessão dos negócios da família para os filhos, que estão assumindo áreas estratégicas da empresa e considera um caminho natural que eles continuem os negócios.

Tudo tem suas fases, estamos renovando hoje, porque a continuidade do negócio está nas mãos deles, os dois filhos estão envolvidos. E2 – TR

Em muitas famílias, o negócio acaba quando a mulher sai dele. Algumas entrevistadas acabaram desistindo do negócio ou porque cansaram, ou porque mudaram totalmente de área:

Eu trabalhei a vida inteira com a minha mãe, quando ela fechou a malharia, eu estava com idade para me aposentar, então acabei parando junto com a mãe. E6 – IB

Fiquei mais velha e cansei de trabalhar, hoje é tudo mais difícil, tem muita roupa vindo de fora, da China que é muito barato, pra produzir e com preço igual pra nós fica impossível, então acabei fechando, porque cansei mesmo, a vida inteira trabalhando, chega uma hora que a gente precisa parar. E5 – IB

Acabamos mudando para Ponta Grossa, porque eu tinha me formado no segundo grau, e minha mãe achou melhor procurar outras oportunidades para nós, continuamos bordando e fazendo pequenas peças de tricô à máquina, mas eu mudei totalmente de atividade, me formei em letras e hoje sou professora, minha mãe se aposentou e não fazemos mais bordados. E4 – IB

Como nenhum filho teve interesse em continuar e eu nunca fiz questão que eles se envolvessem com a malharia, eles acabaram se formando e eu fechei a empresa quando me aposentei. E3 – IB

O legado de uma mulher é a forma pela qual conduziu a sua família, como educou seus filhos e como se comportou como esposa. Para Perrot (2017b), elas são invisíveis, pois atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa, esta invisibilidade muitas vezes faz parte da ordem das coisas. As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais, e elas mesmas apagam estes vestígios porque os julgam sem interesse, afinal elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito.

Para as mulheres de Imbituva e Terra Roxa, no processo de transmissão da empresa que construíram, fica evidente dois caminhos, ou algum filho assume, ou a empresa fecha. Não existe uma valorização de todos os anos que se dedicaram ao crescimento da fábrica, era apenas uma atividade para complementar a renda, principalmente em Imbituva, ou seja, era um trabalho de mulheres, sem nenhuma pretensão de envolver os filhos, os quais deveriam ser preparados para ter alguma profissão melhor.

Algumas entrevistadas falam com orgulho que os filhos são formados, trabalham em outros ramos, são bem-sucedidos, enfatizam que nunca incentivaram os filhos para assumirem a fábrica, embora tenham feito muito investimento de tempo, capital, aprendizado. Apesar de todo o esforço em torno da atividade de produção, as entrevistadas de Imbituva sequer classificaram a sua atividade como importante ou

necessária, apenas que era um complemento da renda, mas que seus filhos não precisariam desta atividade.

Quando uma das entrevistadas de Imbituva relatou que seus 4 filhos estão envolvidos na produção na fábrica que ela iniciou em casa, fala com espanto, nunca imaginou que todos eles fossem se interessar pelo negócio. Outra entrevistada fala que seu filho, ao ser incentivado pelos professores do curso superior que fez, acabou ficando na empresa, onde poderia exercer a sua profissão e que, por ser um negócio da família, ficaria bem mais fácil.

Além de proporcionar aumento na renda da família, a atividade se mostrou viável e promissora para outras mulheres de Imbituva, uma vez que a primeira iniciativa com 8 anos de atividades já possuía 10 empresas seguidoras. As primeiras mulheres que aprenderam a tecer com máquinas de tricô ensinaram a técnica para outras mulheres interessadas, fomentando a atividade e todos os serviços agregados.

Além da fase de tecer a malha tricô, a fase de modelagem, corte, costura, arremates e bordado agregou várias mulheres que prestavam serviço em uma ou mais etapas, formando uma onda de crescimento do setor na cidade, que 15 anos mais tarde, em 1990, já teria derivado mais de 115 empresas participantes da feira, sem contar com os prestadores de serviços.

O trabalho das mulheres, iniciado nas casas, trouxe notoriedade às cidades de Imbituva e Terra Roxa, e a feira nas cidades atraiu os clientes, que passaram a fazer turismo de compras. Portanto, elas são protagonistas da alavancagem no setor, trouxeram o título de Cidade das Malhas para Imbituva e de Capital da Moda Bebê para Terra Roxa. A atividade das mulheres nas cidades em foco trouxe, sobretudo, independência financeira para as entrevistadas, as quais reconhecem a importância da atividade para a família. Inclusive, alguns maridos acabaram deixando seus empregos para se integrarem à produção, uma vez que o crescimento dos negócios proporcionava rendimentos para a família toda e para a família dos funcionários que foram contratados ao longo do tempo.

Portanto, as mulheres nos APLs estudados são as protagonistas de todo o processo, responsáveis pelas primeiras iniciativas, pela evolução do setor, pelo treinamento de todas as outras mulheres que foram sendo agregadas, trazendo independência financeira para várias mulheres e o incentivo para que elas também se tornassem empresárias, a partir do espaço da casa.

Entre as entrevistadas, 5 declararam trabalhar primeiramente para outras malharias, para depois abrir um negócio próprio; que aprenderam tudo o que precisavam para ter seus negócios e que, na sequência, empregaram outras mulheres, ensinando o que era preciso, fazendo o setor crescer em ambas as cidades.

Em ambos APLs, existem fortes características de um protagonismo feminino, de iniciativa, de um jeito de produzir voltado para a casa e no espaço da casa, o que é produzido traz retorno para a própria família, a intenção é melhorar as condições econômicas da família. Contudo, quando precisaram sair do espaço da casa porque a produção cresceu demais, declararam que precisaram de apoio, de incentivo e de acompanhamento, e isto acabou vindo de alguma figura masculina: maridos, irmãos, cunhados. Apenas uma das entrevistadas declarou que o apoio veio da mãe, que incentivou e financiou a compra de maquinário. A maioria declara uma insegurança, como se o espaço da casa fosse mais adequado à elas,

Apesar de toda a riqueza gerada pelo setor de confecções nos APLs, as mulheres de Imbituva falam de uma atividade que era “apenas” para ajudar na renda da família, a maioria não envolveu os filhos, o negócio não era pra eles, que deveriam ser preparados para uma profissão melhor. Elas não se reconhecem como protagonistas de um grande movimento econômico e social na cidade, mas veem apenas uma forma de ganhar um pouco mais de dinheiro em época de crise.

Partindo desta mesma situação, de superar uma crise econômica, as mulheres do APL de Terra Roxa fizeram o mesmo movimento, dentro das casas, produzindo peças que eram necessárias para as famílias, com conhecimentos que já possuíam, e se declararam inseguras quando tiveram que sair do espaço da casa para um negócio maior, com maiores investimentos. Elas não se reconhecem como capazes de gerir a empresa, afinal elas conhecem e se sentem mais à vontade com a produção artesanal, realizada dentro de casa, nas horas livres.

Em nenhuma das entrevistas as mulheres assumem que foram elas os principais agentes de uma mudança na economia das cidades, que não foi obra do acaso, mas muito trabalho enquanto mulheres, não valorizam a forma através da qual organizaram seu trabalho produtivo, responsável por gerar empregos, renda e riqueza.

Nos APLs de Imbituva e Terra Roxa deixa claro que o papel da mulher é de protagonista, os negócios giram em torno da sua atuação, conhecimentos, vontade, tempo e trabalho, porém, com o crescimento dos negócios, se viram obrigadas a

tomarem a decisão de crescer e investir mais, e para isto teriam que sair do espaço da casa, onde tinham total domínio das atividades.

Este movimento de expansão dos negócios foi realizado, mas não sem a presença de alguma figura masculina, que a maioria das mulheres declarou como fundamental para se sentirem mais seguras.

Assim, a tese abordada neste trabalho de que as mulheres de ambos os APLs tiveram papel fundamental para que o setor se consolidasse através da política pública, no caso de Terra Roxa, e que tiveram idêntico papel em Imbituva, contudo, o setor cresceu em torno na Associação de Malharias, sendo que o APL não conseguiu concretizar os anseios dos empresários, que era organizar o setor para exportação.

As duas cidades, em épocas diferentes, foram impactadas pela presença e atuação das mulheres dentro de suas casas, acumulando várias atividades. Elas fizeram uma verdadeira revolução produtiva, trazendo novas perspectivas para si mesmas e para várias outras mulheres, e mesmo não tendo muita consciência do impacto que causaram, acabaram mudando o perfil econômico das cidades e proporcionaram desenvolvimento regional, embora não tenham trazido para si a emancipação, a visibilidade e a importância que poderiam e mereciam.

O perfil extremamente conservador de Imbituva, com empresárias que não reconheceram o valor de suas atividades, preferindo ficar invisíveis e não investirem na sucessão de suas empresas para seus filhos, não apresentaram também traços de emancipação, que seria a tomada de decisões de acordo com a sua própria orientação. Assim, não reconheceram sequer a importância de seus negócios para a economia local e regional.

Em Terra Roxa, o perfil mais colaborativo das empreendedoras trouxe mais visibilidade para os negócios, o crescimento local e regional, mas a emancipação que apareceria através das decisões autônomas sobre seus negócios acabou não acontecendo, pois em tempos de decisões estratégicas, acabaram dependendo de alguma figura masculina para se apoiarem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecendo as mulheres à frente dos negócios nos APLs de Imbituva e Terra Roxa como parte da Política Pública dos APLs, destaca-se a forma pela qual cada objetivo do presente estudo foi alcançado.

Quanto ao objetivo de levantar a Política Pública dos APLs e a sua dinâmica no Estado do Paraná, este foi atingido através de documentos oficiais produzidos pelo governo do Paraná ao longo do levantamento e implantação da política dos APLs, dos cadernos de notas.

O objetivo de descrever os aglomerados produtivos de confecção selecionados para participarem da Política Pública dos APLs do Paraná que tenham a mulher como protagonista foi possível após a leitura do histórico de cada APL de confecção, que foi considerado um aglomerado pelos levantamentos oficiais. Isso foi complementado pela busca de informações sobre eles em sites das prefeituras, trabalhos acadêmicos e sites de sindicatos, associações e APLs de confecções do Paraná, de modo que os dois APLs estudados são os que historicamente apresentam a mulher como protagonista, iniciando as atividades nas suas próprias casas.

Através de documentos oficiais, foi possível localizar e fazer entrevistas com as mulheres para atingir o objetivo de relatar como elas começaram seus empreendimentos no espaço da casa nos APLs de Imbituva e Terra Roxa, sendo possível conseguir, nas entrevistas, informações de como elas iniciaram seus negócios e como se transformaram em empresas.

Ao contarem suas histórias, as mulheres detalharam como conciliaram as atividades reprodutivas com as atividades produtivas no mesmo espaço nos APLs de Imbituva e Terra Roxa; em épocas de escassez de serviços de cuidados com as crianças, estas mulheres criaram seus filhos em meio à produção e o fato de estarem em casa acabou facilitando tais cuidados.

Além de todos os desafios para conciliarem as atividades produtivas e reprodutivas no espaço da casa, as mulheres acabaram se tornando concorrentes, pois várias empresas começaram a surgir em ambos os APLs; assim, neste estudo, foi possível caracterizar as mulheres em relação à cooperação nas relações de concorrência nos APLS de Imbituva e Terra Roxa, evidenciando como elas se comportaram em um ambiente competitivo.

Com o passar do tempo, as mulheres precisaram tomar decisões sobre o futuro das suas empresas, ao passo que diversas estratégias foram adotadas, atingindo-se, assim, o objetivo de discorrer como as mulheres pensam o futuro dos seus negócios nos APLs de Imbituva e Terra Roxa.

Como o objetivo final de apresentar as relações de dependência das mulheres com outros atores no contexto dos negócios por elas iniciados nos APLs de Imbituva e Terra Roxa, surpreende o fato de a maioria das mulheres se declarar insegura quando precisou assumir sozinha os seus negócios, com apenas uma exceção; dessa forma, as mulheres precisaram de apoio para tirarem seus negócios da informalidade da casa para um local apropriado e muito maior.

Não restando a menor dúvida sobre o protagonismo das mulheres em ambos os APLs, resta concluir que, apesar deste protagonismo, não se sentiram totalmente preparadas para expandir os negócios, e sentindo insegurança, a maioria aponta que sem alguém em quem pudessem confiar, talvez não tivessem conseguido chegar onde chegaram.

Outros achados da pesquisa apontam para o fato de que a iniciativa das mulheres foi decisiva para o desenvolvimento do setor em Imbituva, tornando a cidade conhecida como Cidade das Malhas, e também para o surgimento e desenvolvimento do setor em Terra Roxa, projetando a cidade no Estado e no Brasil como a Capital Nacional da Moda Bebê.

As mulheres de Imbituva não se declararam inseguras quanto aos negócios, mas não fizeram questão de envolvimento dos filhos, chegando até a se espantarem quando os filhos, espontaneamente, se envolveram e deram continuidade aos negócios, deixando transparecer que era apenas “um negócio de mulher”, diminuindo assim a importância do que fizeram, olhando para a atividade como um complemento da renda, e não como um negócio da família.

As mulheres de Terra Roxa, mesmo se declarando inseguras, estão preparando sucessores, haja vista que, em várias empresas, a segunda geração já está se envolvendo com o negócio de forma direta, como responsável por alguma etapa do processo produtivo, como design de coleções, modelagens etc. E alguns sucessores estão nas atividades de apoio como setor jurídico ou financeiro das empresas, caracterizando as empresas de Terra Roxa como um negócio da família.

Quanto à Política Pública dos APLs, foi muito mais decisiva para os negócios de Terra Roxa do que para os de Imbituva. Enquanto em Terra Roxa os negócios

criaram em torno do APL de Moda Bebê, onde as decisões mais estratégicas foram tomadas em conjunto, sendo conduzidas pela diretoria do APL, em Imbituva já existia uma Associação de Malhas, que apesar de ter sido criada com o objetivo de organizar a Feira de Malhas de Imbituva, acabava centralizando algumas decisões estratégicas para todos os participantes. Assim, em Imbituva, quando a Política Pública dos APLs foi oficializada, a diretoria do APL passou a ser uma nova liderança, porém com os mesmos participantes, sobrepondo atividades e reuniões, e interferindo diretamente nas decisões dos empresários.

Em Imbituva, as empresas que já estavam com capacidade de produção ociosa e queriam produzir mais para exportar viram na adesão ao apoio dos agentes públicos, no caso o SEBRAE, para implantação do APL, um caminho para concretizar o objetivo de se unirem em torno das exportações para um futuro próximo. Porém, tanto os empresários quanto os agentes públicos não deram continuidade ao processo e hoje Imbituva vive em torno das vendas na Feira de Malhas, que acontece uma vez ao ano, trazendo muitos desafios aos empresários, que precisam produzir o ano todo.

Outro achado de pesquisa diz respeito à Política Pública dos APLs não levar em consideração as diferenças de formação dos aglomerados quando do levantamento para a formação dos APLs. Os aglomerados que se tornaram APLs de confecção no Paraná tinham histórias muito distintas e composições muito diferentes, mas foram tratados de forma igual, não havendo nenhuma distinção de gênero. Conforme os levantamentos feitos para este estudo, as mulheres podem precisar de uma forma diferenciada de apoio em alguma fase do negócio, e a rede de apoio do APL poderia levar em consideração tais diferenças, as quais, no mundo dos negócios, podem impactar muito.

Uma questão final diz respeito à avaliação sobre o alcance e efetividade da Política Pública dos APLs no Paraná, uma vez que o papel dos APLs é fomentar a liderança local, criar uma rede de cooperação entre os agentes públicos, empresários e demais instituições locais, em alguns casos – e aqui mais evidenciado o APL de Imbituva, em que já havia uma liderança instituída e o papel dos agentes poderia ter sido mais assertivo, no sentido de uma organização para exportação, podendo se utilizar de apoio de outras instituições que pudessem direcionar os esforços locais para atingir o objetivo.

Todas as entrevistadas de Imbituva, juntamente com a presidência da diretoria da Associação de Malhas, ressaltam o fato de não terem conseguido exportar seu

excedente de produção, tendo que subutilizar a capacidade produtiva do maquinário para que não haja acúmulo de produção, uma vez que o setor de malhas tricô é extremamente sazonal.

Ao final deste trabalho, é relevante ressaltar a importância da concessão das entrevistas pelas mulheres, porque isto auxiliou na apuração do olhar para aquelas cujas iniciativas fizeram uma significativa diferença nas cidades pesquisadas – Imbituva e Terra Roxa. Que o fruto de seu trabalho, em foco nesta pesquisa, seja reconhecido e que as futuras gerações possam conhecer as suas histórias.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, S. **Na condição de mulher**. Santa Cruz do Sul: Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, 1985.
- ALBUQUERQUE, F. **Abordagem, estratégias e informação para o Desenvolvimento Territorial**. Buenos Aires: Conectadel, 2015.
- ALVES, G.; SANTOS, J. B. dos (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa sobre o mundo do trabalho**. Bauru: Canal6, 2014.
- AMARAL FILHO, J. do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional no local. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 261-286, jun.2001.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1999.
- ARANHA; M. L. de. **Filosofando**: Introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna, 1993.
- AZEVEDO, S. de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, O. A. dos et al. **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- AZEVEDO, B. Clusters: Os distritos industriais dos países em desenvolvimento. **Desenvolvimento em Questão**, v. 1, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75210206>>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- BAGNASCO, A.; GALÉS, P. Le. **Cities in contemporary Europe**. Cambridge: University Press, 2000.
- BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial**. Tradução de Raul Rubenich. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relatório anual**. 2007. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/932>. Acesso em: 15 abr. 2019.
- BARDIN, L. **L'Analyse de contenu**. Paris: Presses Universitaires de France, 1977.
- BARDIN, L. **Ánálise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, S.Q.M.; KRETZER, J. Arranjos Produtivos Locais: um estudo de caso do segmento de confecções de bonés de Apucarana – PR. In: CONCURSO IEL – PARANÁ DE MONOGRAFIAS SOBRE A RELAÇÃO UNIVERSIDADE/EMPRESA, 4., 2015, Curitiba. **Arranjos Produtivos Locais no Paraná**. Curitiba: IEL, 2016. p 117-154.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

BOBATO, Z. L. **A implementação das políticas públicas territoriais na perspectiva de arranjos produtivos locais**: um enfoque mediante a complexidade do APL de tricot de Ibituva – PR. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia: Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

BOSCHILIA, R. T. **Entre fitas, bolachas e caixas de fósforo**: a mulher no espaço fabril curitibano. Curitiba: Artes e Textos, 2010.

BORIS, E. Production and Reproduction, Home and Work. **Tempo Social**, Brasil, v. 26, n. 1, p. 101–121, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84982>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Gênero e diversidade na Escola**: formação de professoras/es em Gênero, orientação sexual e Relações de Étnico-Raciais. Livro de Conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

BRASIL. Lei 13.537. Confere ao Município de Terra Roxa, do Estado do Paraná, o título de Capital Nacional da Moda Bebê. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 dez. 2017.

BRASIL. Portaria Interministerial 200. Institui o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 02 ago. 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Conceito de Arranjo Produtivo Local**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em: 28 de ago. 2018.

BRITTO, J. Configuração espacial da indústria brasileira: uma análise baseada na noção de aglomerações produtivas. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, 8., 2003, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis, 2003.

BUARQUE, S. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável**. Recife: IICA, 1999.

CAMPOS, Renato et al. **Políticas para arranjos produtivos locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CASSIOLATO, J. E. et al. **Políticas para promoção de arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**: conceito vantagens e restrições do e equívocos usuais. 2004. Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br>>. Acesso em: 12 jan. 2006.

CAVENAGHI, S.; ALVES, J. E. D. Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios. **Estudos sobre seguros**, São Paulo, n. 32, 2018.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A.; SILVA, R.M. **Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHANG, L. T. **As garotas da fábrica**: da aldeia à cidade, numa China em transformação. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

COCCO, G. et al. Desenvolvimento local e espaço público na terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: URANI, A.; COCCO, G.; GALVÃO, A. (org.). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos**: o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p.13-32.

COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. (org.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

CUNHA, L. A. G. Do desenvolvimento setorial ao desenvolvimento territorial. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v.11, n.2, p. 261-282. maio/ago, 2006.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

DEL PRIORE, M. **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. 6. reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

FARIA, J. H.; RAMOS, C. L. Tempo dedicado ao trabalho e tempo livre: os processos sócio-históricos de construção do tempo de trabalho. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v.15, n.4, p.47-74, jul./ago. 2014.

FONSECA, P. C. D. O ecletismo inovador: Bresser-Pereira e o desenvolvimento brasileiro. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n.1, p.1-43, 2007.

FONTANA, D. **História da Filosofia, psicologia e lógica**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 1969.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 24. ed. São Paulo: Nacional, 1991.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Saúde**, São Paulo, v. 1, p. 5-19, ago.1992.

GIAMBIAGI, F. et al. **Economia brasileira contemporânea (1945-2015)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HIRATA, H. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p.595-609, set./dez. 2007.

HIRATA, H.; MARUANI, M. **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac, 2003.

HIRSCHIMAN, A. O. Ascensão e declínio da economia do desenvolvimento. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, v.25, n.1, 1982.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arranjos produtivos locais e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de 90**. Curitiba: IPARDES, 2003.

IPARDES. **Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil**: relatório de pesquisa 1 – Os arranjos produtivos locais no Paraná: mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio / IPARDES, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba: IPARDES, 2006a.

IPARDES. **Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil**: relatório de pesquisa 2 – Análise do balanço de pagamento do Estado do Paraná e a importância dos APLs no fluxo de Comércio / IPARDES, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba: IPARDES, 2006b.

IPARDES. **Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil**: relatório de pesquisa 3 – Caracterização, análise e sugestões para adensamento das políticas de apoio a APLs implementadas nos estados: O caso do Estado do Paraná / IPARDES, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba: IPARDES, 2006c.

IPARDES. **Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil**: Síntese dos Resultados, Conclusões e Recomendações – Paraná / IPARDES, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba: IPARDES, 2006d.

IPARDES. **Arranjo Produtivo Local de bonés de Apucarana**: estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006a.

IPARDES. **Arranjo Produtivo Local de confecção do município de Maringá**: estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006b.

IPARDES. **Arranjo Produtivo Local de confecções do sudoeste**: estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006c.

IPARDES. **Arranjo Produtivo Local de Malhas do Município de Imbituva**: estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006d.

IPARDES. **Arranjo Produtivo Local de moda bebê de Terra Roxa**: estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006e.

IPARDES. **Arranjo Produtivo Local do vestuário de Cianorte:** estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006f.

IPARDES. **Arranjo Produtivo Local de Esquadrias de Madeira de União da Vitória:** estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006g.

IPARDES. **Arranjo Produtivo Local Mandioca e Fécula de Paranavaí:** estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006h.

IPARDES. **Arranjo Produtivo Local louças e metais sanitários de Loanda:** estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006i.

IPARDES. **Arranjo Produtivo Local de móveis de Araçongá:** estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006j.

IPARDES. **Arranjo Produtivo Local de moveis de metal e sistemas de armazenagem e logística de Ponta Grossa:** estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006k.

IPARDES. **Arranjo Produtivo Local de móveis e madeira de Rio Negro:** estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006l.

IPARDES. **Arranjo Produtivo Local de Aparelhos, equipamentos e instrumentos odontológicos e hospitalares de Curitiba:** estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006m.

IPARDES. **Arranjo Produtivo Local de Cal e Calcário de Curitiba e região:** estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006n.

IPARDES. **Arranjo Produtivo Local de Louças e Porcelanas de Campo Largo:** estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006o.

IPARDES. **Arranjo Produtivo Local de Software de Curitiba:** estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006p.

IPARDES. **Arranjo Produtivo Local Implementos Agrícolas de Cascavel:** estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006q.

IPARDES. **Arranjo Produtivo Local Instrumentos Médicos e Odontológicos de Campo Mourão:** estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006r.

IPARDES. **Arranjo Produtivo Local de Móveis do Sudoeste:** estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006s.

IPARDES. **Arranjo Produtivo Local de Software de Maringá:** estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006t.

IPARDES. **Arranjo Produtivo Local de software de Pato Branco:** estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006u.

IPARDES. **Arranjo Produtivo Local de Software de Londrina**: estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006v.

IPARDES. **Identificação, caracterização, construção e tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná**: etapa 1- Identificação, mapeamento e construção de tipologia das aglomerações produtivas/IPARDES, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba: IPARDES, 2005a.

IPARDES. **Identificação, caracterização, construção e tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná**: etapa 2 – Pré-seleção das aglomerações produtivas e mapeamento dos ativos institucionais e das ocupações de perfil técnico-científico/ IPARDES, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba: IPARDES, 2005b.

IPARDES. **Identificação, caracterização, construção e tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná**: etapa 3 - Caracterização estrutural preliminar dos APLs pré-selecionados e notas metodológicas para os estudos de caso / IPARDES, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba: IPARDES, 2005c.

IPARDES. **As espacialidades socioeconômico-institucionais no período 2003-2015** / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba : IPARDES, 2017.

IPARDES. **Indústria de Confecções de vestuário e acessórios de Apucarana: uma análise do período 2007/2015**. V. 6, n. 2, p. 1- 25, jul/dez, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil**. Rio de Janeiro, 2000.

KANT, I. Resposta à pergunta: o que é o iluminismo. In: _____. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 1990.

LASTRES, H.M. M. et al. **Políticas para os APLs: a experiência do BNDES**. IPEA. Boletim regional, urbano e ambiental. jul-dez, 2014.

LEITE JÚNIOR, A. D. **Desenvolvimento e mudanças no estado brasileiro**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.

LEMOS, M.B. et al. A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.33, n.4, p.665-700, out./dez. 2003.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LUIZ, D. E. C. **Emancipação e serviço social**: a possibilidade da prática profissional. 2. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**. São Paulo: Nova Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1964.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MINAYO, C. de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MORAES, J. L. A. de. Capital social e políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável. **Revista do Centro de Ciências Administrativas**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 196-204, dez. 2003.

NIEDERLE, P. A. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

OLIVEIRA, G. C. P. G. de. Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Endógeno: redes de cooperação. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 4., 2008, Porto Alegre. **Anais** [...] Porto Alegre: PUCRS, 2008. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/4-encontro-economia-gaucha/trabalhos/estudos-setoriais-sessao5-3.doc>. Acesso em: 12 mar. 2019.

OLIVEIRA, M. F. de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. Catalão: UFG, 2011.

PEDRO, C.B. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

PENA, M. V. J. **Mulheres e trabalhadoras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. Corrêa. 2. ed. 5. reimp. São Paulo: Contexto, 2017a.

PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução Denise Bottmann. 8.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017b.

PIACENTI, C. A.; LIMA, J. F. de; EBERHARDT, P. H. de C. (org.). **Economia e Desenvolvimento Regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jandir_Ferrera_de_Lima/publication/299791978_Economia_Developimento_Regional_Economy_and_Regional_Development/links/57054c7408aef745f717462c/Economia-Desenvolvimento-Regional-Economy-and-Regional-Development.pdf. Acesso em: 03 mar. 2017.

PREBISCH, R. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1949.

PRIORI, M. Del. **O dia e o dia a dia da mulher**. 2016. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/acervo/o-dia-e-o-dia-a-dia-da-mulher.phtml>. Acesso em: 03 mar. 2017.

REDE APLS PR. Observatório Brasileiro de APLs. Disponível em: <http://www.planejamento.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>
Acesso em: 03 mar. 2017.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Série Os Economistas).

RODRIGUES, P. J. et al. O trabalho humano durante a revolução industrial. In: SEMANA DA MULHER, 12., 2015, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: UNESP, 2015.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**: um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SAFFIOTI, H. **Do artesanal ao industrial**: a exploração da mulher. São Paulo: Hucitec, 1981.

SAFFIOTI, H. **Mulher brasileira**: Opressão e exploração. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Cidadania**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-79, jul./dez.1995.

SANTOS, M. **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHMITZ, H. Global competition and local cooperation in the Sinos Valley, Brazil. **World Development**, v. 27, n. 9, 1999.

SCHNEIDER, B.R. **O estado desenvolvimentista no Brasil**: perspectivas históricas e comparadas. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. (Textos para discussão).

SCHUMPETER, Jo. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. 3. ed. Tradução de Norberto de Paula Lima. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

SEN, A. O desenvolvimento como expansão das capacidades. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, p. 313-333, abr. 1993.

SEN, A. **Pobreza e Fomes**: um ensaio sobre direitos e privações. Lisboa: Terramar, 1999.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, M. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORRÊA, R. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

STEARNS, P. N. **História das relações de gênero**. São Paulo: Contexto, 2007.

SUZIGAN, W. et al. Sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 31., 2003, Porto Seguro. **Anais [...]** Porto Seguro: Anpec, 2003.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial**. Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TONELLI, M. J.; ANDREASSI, T. Mulheres Empreendedoras. GV-executivo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. **FGV-EAESP**, São Paulo, v.12, n.1, p. 50-53, jan./jun. 2013.

VASQUEZ-BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2002.

VIEIRA, P. de O. **O lugar da mulher nas páginas de O Cruzeiro: o caso de elegância e beleza e da mulher para a mulher na década de 1960**. 2014. Dissertação (Mestrado) – PPGH, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.


WACHOWICZ, R.C. **Obrageros, mansus e colonos: história do oeste paranaense**. Curitiba: Vicentina, 1982.

WILLERS, E.M. **Estratégia de desenvolvimento econômico local: o caso do Município de Terra Roxa – PR**. 2006. Dissertação (Mestrado em Análise Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2006.

APÊNDICE A
ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM AS MULHERES DOS APLS DE
CONFECÇÃO DE IMBITUVA E TERRA ROXA

1. Como foi o início das atividades de sua empresa?
2. Houve apoio dos familiares (esposo, pais, filhos)
3. Já possuía experiência na produção das confecções?
4. Existia a necessidade de conciliar as atividades “da casa” com as atividades da empresa? Como?
5. Antes do APL, existia alguma cooperação entre as empresárias da cidade?
6. Como aconteceu o envolvimento com o APL?
7. Fale sobre os pontos positivos e negativos do APL para o seu negócio.
8. Como pensa em fazer a sucessão de sua empresa?

ANEXO A PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG 

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A experiência social cotidiana com o trabalho doméstico e o capital social das mulheres nos Arranjos Produtivos Locais de confecção de Imbituva e Terra Roxa no Paraná.

Pesquisador: SIRLEI MOLETTA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 91834518.3.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.784.319

Apresentação do Projeto:

Projeto de Pesquisa:

A experiência social das mulheres em Imbituva e Terra Roxa e suas atividades produtivas nos Arranjos Produtivos Locais

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a experiência social cotidiana com o trabalho doméstico e o capital social das mulheres nos Arranjos Produtivos Locais de confecção de Imbituva e Terra Roxa no Paraná.

Objetivo Secundário:

Lavantar o envolvimento das mulheres com a atividade produtiva nos Apls de Imbituva e Terra Roxa, sua forma de participação e o capital social que as mulheres percebem na política dos APLs.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Não se aplica, deve-se ser garantido o sigilo das informações

Benefícios:

Conhecer a história das mulheres no setor de confecções e o que a política pública dos Arranjos

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 116-B
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br

ANEXO B
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.)



UEPG

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Comissão de Ética em Pesquisa- COEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.)
PESQUISAS COM SERES HUMANOS

TÍTULO DO PROJETO: A experiência social cotidiana com o trabalho doméstico e o capital social das mulheres nos arranjos Produtivos Locais de confecção de Imbituva e Terra Roxa no Paraná.

Pesquisadora Responsável: Prof. Ms. Sirlei Moletta, portadora do RG 4.272.651-6

Esta pesquisa tem como objetivo conhecer as histórias de vida das mulheres e a sua experiência com o trabalho doméstico, envolvendo produção de bens e cuidados com a casa nos arranjos Produtivos Locais de confecção de Imbituva e Terra Roxa no Paraná.

O trabalho busca entender qual a relação das mulheres com as atividades produtivas e com as outras mulheres que tem as mesmas atividades e que participam de Arranjos Produtivos Locais.

Caso você participe da pesquisa, será solicitado que você ceda uma entrevista semiestruturada que será gravada. A entrevista se refere a sua relação com o tema e será feita em uma etapa. A pesquisadora se compromete a preservar meu depoimento no anonimato, identificando minha fala com nome fictício ou símbolos não relacionados à minha verdadeira identidade.

A pesquisa não trará riscos, nem despesas para você. Também não há remuneração para a participação no estudo, sua participação é completamente voluntária. Se aceitar participar, poderá sair do estudo a qualquer momento, mas é importante que comunique esta decisão ao pesquisador. Cabe salientar que todas as informações serão tratadas de forma ética e cautelosa, sendo que os resultados individuais ou coletivos serão divulgados cientificamente.

As dúvidas sobre a pesquisa poderão ser respondidas pela pesquisadora Sirlei Moletta diretamente pelos telefones (42)99985-3161 / (42)3122-0419, ou e-mail sirleiuepg@hotmail.com ainda junto a Comissão de Ética em Pesquisa em Seres Humanos, situada na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Av. General Carlos Cavalcanti, 4748, Uvaranas, Campus Universitário, Bloco M, Sala 100, CEP: 84030-900, Ponta Grossa – PR. Home page: www.uepg.br/coep, e-mails: coep@uepg.br (coordenação), seccoep@uepg.br (secretaria), ou ainda pelo telefone: (42) 3220-3108.

Declaro que li as informações contidas neste documento e aceito participar da pesquisa.

_____, _____ de _____ de 2018.

Nome e RG do Participante

Assinatura do Participante

Assinatura da pesquisadora responsável